

Câmara de Cataguases aprova o novo Código Tributário Municipal

A lei complementar elaborada pelo Poder Executivo torna social e economicamente mais justos os critérios para a cobrança de impostos como ISS e IPTU, inclusive estabelecendo padrões para isenções fiscais sem que o município incorra em renúncia de receita

Em sessão extraordinária realizada na manhã desta sexta-feira, 30 de setembro, a Câmara Municipal de Cataguases aprovou, por unanimidade e em votação de 2º turno, o projeto de Lei Complementar nº 4.888/2022, que institui o novo Código Tributário Municipal - CTM. O Código Tributário ainda em vigor é datado de 17 de dezembro de 1990. Encaminhado à Câmara no início deste mês, o novo texto de lei já havia sido aprovado por unanimidade em 1º turno, e esta segunda sessão respeitou o intervalo de dez dias entre a primeira e a segunda votações.

Também conforme determina a Constituição Federal, o novo CTM de Cataguases passa a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano que vem, em respeito aos princípios tributários da anterioridade anual e nonagesimal. De acordo com esses princípios, um tributo só pode ser cobrado a partir do exercício financeiro seguinte e respeitando-se ainda um prazo de noventa dias da dada da lei que o instituiu.

A lei que instituiu o novo Código Tributário Municipal está publicada na íntegra nesta edição extra do Jornal Cataguases, de sexta-feira, 30 de setembro.

Isenções de IPTU para bairros carentes ou em casos de doenças graves

O novo Código Tributário de Cataguases foi elaborado pela Administração Municipal com o firme propósito de corrigir antigas distorções na cobrança de impostos. Para o caso do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), por exemplo, era comum a cobrança de uma propriedade situada no Centro da cidade ser lançada em valor mais baixo quando comparado a um simples imóvel localizado em bairro. Ainda no que diz respeito ao IPTU, graças à elaboração da Planta de Valores, instrumento legal no qual estão estabelecidos os valores unitários de metro quadrado de terreno e de construção do município, imóveis nos bairros São Marcos, São Vicente, São Diniz, Guanabara e Riguetete, ficarão isentos deste tributo, desde que tenham até 70 metros quadrados e seu proprietário não possua outro imóvel.

Neste caso, para o município não incorrer em renúncia de receita, a elaboração da Planta de Valores foi fundamental para exigir mais de quem tem maior capacidade contributiva, restabelecendo

o que chamamos de justiça fiscal. A lei inova ao regulamentar os critérios de isenção do IPTU para imóveis atingidos pelas enchentes, no ano posterior ao ocorrido.

A partir de agora, a isenção será direito do proprietário desde que o imóvel tenha ficado impossibilitado de habitação por prazo superior a 30 dias ou tenha sofrido danos. Também ficarão isentos imóveis de associações de moradores, utilizados pelas entidades de assistência social e de saúde sem fins lucrativos, bem como os de associações desportivas licenciadas, em todos esses casos desde que no desenvolvimento de suas atividades. Além disso, da mesma forma em que ocorre isenção de Imposto de Renda, o novo CTM em Cataguases prevê isenção do IPTU para casos de contribuintes portadores de doenças graves.

ISS maior para bancos e menor para atividades culturais

Outra novidade contida na nova legislação, diz respeito aos novos critérios para a cobrança do ISS (Imposto Sobre Serviços). A partir de agora, em muitos casos a alíquota do ISS vai levar em consideração o faturamento da empresa. Isso evita mais uma distorção, uma vez que, até então entidades culturais recolhiam sobre 5% do faturamento, enquanto instituições bancárias recolhiam 2% para esse mesmo tributo. Também neste caso, e muitos casos, a cobrança da alíquota passa a variar de acordo com a capacidade contributiva. Ainda no que diz respeito ao ISS, houve redução das alíquotas para atividades ligadas às áreas de cultura e lazer, bem como das atividades de serviços de estética e de assistência social. Cabe ainda ressaltar que as alíquotas de ISS não atingem as empresas optantes pelo Simples Nacional e tais empresas são maioria do município. As alíquotas do CTM são aplicadas às grandes empresas e instituições bancárias, as quais não podem ser optantes pelo Simples Nacional. E também por aquelas que foram desqualificadas do Simples Nacional por descumprimento de regras.

Isenções e reduções de taxas

No que diz respeito às taxas, o

novo Código reduz a zero todas as taxas municipais relativas à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento do Microempreendedor Individual. Houve redução das referidas taxas em vários segmentos empresariais. Além disso, a localização do estabelecimento empresarial, deixa de interferir no custo da fiscalização.

Nos casos das fiscalizações de obras particulares, loteamentos e afins, passa a se conceder a isenção de 50% do valor das taxas de licença para construção e reforma, bem como a licença para habite-se nos casos de famílias de baixa renda, mediante laudo da Secretaria de Assistência Social. O novo CTM, entre outras vantagens, também reduz em 50% o valor da taxa de licença para mototaxistas e para os comerciantes da Feira de Artesanato.

Acatando ainda uma sugestão da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cataguases, está sendo reduzida pela metade a taxa de funcionamento de estabelecimento comercial em seu primeiro ano de atividade. Para as taxas de coleta de resíduos sólidos, a lei passa a estipular um valor único por metro quadrado de área construída, para áreas residenciais, comerciais e industriais, uma vez que o custo do serviço é o mesmo para as três áreas categorizadas. Já as taxas de fiscalização sanitária foram também reestruturadas, com a retirada de atividades, isenções concedidas e algumas atividades com majoração de valores, sempre levando em consideração a capacidade contributiva.

Facilidade em renegociação de dívidas fiscais

Quanto às renegociações de dívidas, o novo Código Tributário Municipal também estabeleceu critérios facilitadores para a renegociação com o Fisco. Os débitos inscritos em dívida ativa, por exemplo, poderão ser divididos em até sessenta vezes, seguindo limites mínimos de parcelamento de acordo com o contribuinte, sendo ele pessoa física ou pessoa jurídica. O Código regulamenta ainda a possibilidade de o contribuinte optar pela dação em pagamento, quando o interessado poderá oferecer bem imóvel, como forma de pagamento para extinção de sua dívida com o Fisco, sempre que houver interesse da Administração Municipal.



“Destaco três pontos relevantes desse novo Código Tributário: a isenção de IPTU para os bairros São Marcos, Riguetete, Guanabara, São Vicente e São Diniz; a equiparação da isenção para portadores de doenças graves, tal como já funciona para o Imposto de Renda; e o incentivo ao desenvolvimento cultural, reduzindo as alíquotas de ISS para essas atividades, variando entre 2% a 3%, e compensando essa redução com o aumento da alíquota às instituições bancárias, que pagavam sobre 2% e passam a contribuir sobre 5% do faturamento”

José Henriques, prefeito

“O novo Código corrige distorções e promove a justiça fiscal. Para isso, legalizamos a Planta Genérica de Valores imobiliários, atribuindo maior capacidade contributiva a quem tem mais condições de pagar, fazendo justiça aos cataguasenses”.

José Henriques, prefeito

Novo Código exigiu esforço conjunto em trabalho de equipe

A elaboração do novo Código Tributário Municipal, em substituição a um texto que vigorou por 32 anos e que, portanto, encontrava-se ultrapassado, exigiu esforço conjunto do quadro de servidores da prefeitura, envolvendo as secretarias da Fazenda, Obras, Serviços Urbanos, Agricultura e Meio Ambiente, Saúde e demais setores da Administração.

O primeiro passo foi a contratação, no início do ano, da empresa de consultoria Pauta Municipal, de Sete Lagoas, e a nomeação de uma Comissão Especial para a condução dos trabalhos de elaboração da Planta Genérica de Valores no âmbito do município de Cataguases. Tal instrumento legal foi a base para a modernização do código tributário. A Comissão Especial nomeada pelo prefeito José Henriques foi presidida pelo coordenador de Fiscalização e Tributos, Felipe Dutra Ladeira, e contou com a participação do secretário de Obras, José Maria Sasso, e também dos servidores Adriano Ferreira de Freitas, Fernanda da Silva Morone, Lecivaldo Simão Luiz, Aline de Almeida Bispo, Simone Apareci-

da Barbosa Souza, como demais representantes do poder executivo. O delegado municipal do CRECI/MG, Bruno Spindola de Araujo, e o geógrafo Artêmio de Souza Silva, participaram representando a sociedade civil. Atuaram diretamente nesses estudos os servidores Ed Willian Neto Cobas (fiscal de posturas), Edmar Oliveira de Souza (fiscal de tributos), Livia Vargas (fiscal de tributos), Viviane Marinho e Marcela Souza (setor de Dívida Ativa) e Antônio Jorge Barbosa Lima, assessor de Gabinete.

Conforme também destaca o prefeito José Henriques, “além do empenho e competência do nosso quadro técnico de servidores neste árduo trabalho de modernização do Código Tributário, foi fundamental contarmos com o apoio unânime dos vereadores da nossa Câmara Municipal, uma vez que os vereadores mostraram-se sensíveis diante da necessidade inadiável de aprovar a nova legislação tributária até esta data, para que ela possa vigorar a partir do ano que vem, para que Cataguases conte com uma gestão tributária moderna, inovadora e muito mais justa para os cataguasenses”.

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.888 de 30 de setembro 2022

“DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E ESTABELECE NORMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO DE CATAGUASES”.

O povo deste município, através de seus representantes aprovou e, eu prefeito de Cataguases MG, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece normas gerais aplicáveis aos tributos de competência do Município de Cataguases, ao exercício do poder de tributar e ao processo tributário administrativo.

§1º Aplica-se à Administração Tributária Municipal, independentemente de Lei ou regulamento, as normas vigentes contidas nas Constituições Federal e Estadual, no Código Tributário Nacional, nas demais Leis Tributárias e na Lei Orgânica do Município de Cataguases.

§2º Os contribuintes ou quaisquer responsáveis por tributos são obrigados a cumprir as determinações das leis tributárias municipais e dos atos nelas previstos e estabelecidos com o fim de regular os procedimentos inerentes à Administração Tributária Municipal.

LIVRO PRIMEIRO - PARTE GERAL**TÍTULO I - DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL****CAPÍTULO I - DOS TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL**

Art. 2º - São tributos do Município:

I.Os Impostos;
II.As Taxas;
III.As Contribuições;

Art. 3º - Os impostos de competência do Município são:

I.Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

II.Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;

III. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Art. 4º - As Taxas de competência do Município são:

I.Taxa de Localização, Instalação e Licença de Funcionamento;

II.Taxa de Fiscalização do Funcionamento;

III.Taxa de Fiscalização de Publicidade

IV.Taxa pelo Exercício do Comércio Eventual;

V.Taxa de Fiscalização de Obras Particulares/ Loteamentos/ Desmembramentos e Remembramentos;

VI.Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos - TCR;

VII.Taxa de Fiscalização Sanitária;

VIII.Taxa de Fiscalização de Ocupação de Bens de Domínio Público;

IX.Taxa de Serviços Diversos, X.Taxa Ambiental.

Art. 5º - As contribuições de competência do Município são:

a)Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas municipais;

b)Contribuição de Iluminação Pública (CIP)

§1º A Contribuição de Iluminação Pública cobrada pelo Município, no âmbito de suas atribuições, é instituída para fazer face ao custeio e expansão do serviço de iluminação pública.

§2º A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município,

no âmbito de suas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

CAPÍTULO II - DA LEGISLAÇÃO FISCAL

Art. 6º - Nenhum Tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa será considerada como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de obrigação tributária, senão em virtude desse Código ou legislação tributária esparsa.

Parágrafo Único. As tabelas de tributos anexas a este código serão objeto de atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, anualmente.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 7º - As funções inerentes à fiscalização do cumprimento de obrigações tributárias previstas na presente lei, incluindo a aplicação de penalidades por infração a seus dispositivos será exercida privativamente, por titulares do cargo de Fiscal Tributário.

Parágrafo Único. Os servidores municipais, quando no exercício de suas funções de fiscalização, deverão, obrigatoriamente, exibir ao contribuinte documento de identificação funcional expedido pelo Chefe do Executivo.

Art. 8º - A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos.

Art. 9º - A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais e jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade ou isenção.

Art. 10 - O Executivo poderá criar, por Decreto, sempre que necessário, declarações, livros e documentos que deverão ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de cadastramento, fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de tributos municipais.

Art. 11 - Os contribuintes ou quaisquer responsáveis pelos tributos facilitarão por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a arrecadação tributária, ficando especialmente obrigados a:

I.Apresentar declarações e guias, e a escriturar em livros próprios as operações das quais decorra obrigação tributária, segundo as normas desta lei, das leis esparsas e dos regulamentos fiscais;

II.Comunicar à Fazenda Municipal, dentro de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar, ou extinguir obrigação tributária;

III. Franquear ao Fisco o exame de qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato tributário, ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

IV. Prestar, sempre que solicitado pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do Fisco, se refiram a fato imponible de obrigação tributária.

Art. 12 - Os comprovantes dos lançamentos e pagamentos, bem como os livros obrigatórios de escrituração fiscal e comercial e os comprovantes dos lançamentos neles escriturados serão conservados até que

ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 13 - O movimento financeiro e econômico, base de cálculo de tributos, realizado pelo contribuinte em determinado período pode ser apurado por meio de levantamento fiscal, podendo ser considerados, entre outros, os valores dos serviços prestados, serviços recebidos, despesas, porte do estabelecimento, ramo da atividade, encargos diversos, lucros e outros elementos informativos.

Parágrafo Único. No levantamento fiscal podem ser usados quaisquer meios indiciários, desde que fundamentados.

Art. 14 - Não podem embargar a ação fiscalizadora e, mediante notificação escrita, são obrigados a colocar à disposição da autoridade fiscalizadora os impressos, os documentos, os livros, os programas, os arquivos magnéticos ou outros que o fisco vier a solicitar, relacionados com os tributos e a prestar informações solicitadas pelo fisco:

I.As pessoas inscritas ou obrigadas à inscrição nos cadastros municipais de contribuintes ou que tomem parte nas operações ou prestações sujeitas ao imposto;

II.Os serventários de justiça;
III.Os funcionários públicos, os responsáveis e os servidores de empresas públicas, de sociedades em que o Poder Público seja acionista majoritário, de sociedades de economia mista ou de fundações;

IV.Os bancos, as instituições financeiras, os estabelecimentos de crédito em geral, as empresas seguradoras e as empresas de “leasing” ou arrendamento mercantil;

V.Os síndicos, os comissários e os inventariantes;

VI.Os leiloeiros, os corretores, os despachantes e os liquidantes;

VII.As empresas de administração de bens;

VIII.Escritórios de contabilidade e contadores;

IX.As operadoras, credenciadoras e emissoras responsáveis solidárias pela prestação de serviços de administração de cartão de crédito e débito;

X.As empresas e cooperativas de prestação de serviços de planos de saúde.

XI.As empresas públicas e concessionárias de serviços públicos.

Parágrafo Único. Até o término da fiscalização os elementos de verificação a que se refere o caput permanecerão à disposição do Fisco.

Art. 15 - As empresas seguradoras, empresas de leasing ou de arrendamento mercantil, os bancos, as instituições financeiras e outros estabelecimentos de crédito são obrigados a franquear à fiscalização tributária municipal o exame de contratos, duplicatas e triplicatas, promissórias e outros documentos que se relacionem com os tributos municipais.

Art. 16 - Os contribuintes e responsáveis tributários estão sujeitos à apreensão de livros, documentos, impressos, papéis, programas, arquivos magnéticos, bens e mercadorias que constituam prova material de infração à legislação tributária.

Art. 17 - Havendo, fundada suspeita de infração ou irregularidades contrárias à administração tributária, a autoridade fiscal competente poderá, afim de que não se altere o estado de fato, determinar a laçação de imóveis, móveis, equipamentos, máquinas e demais utensílios onde se presumam arquivados quaisquer elementos que pos-

sam constituir prova do ilícito, ainda que armazenados por processo magnético, bem como procederá a sua apreensão, para fins de instauração ou instrução de procedimento administrativo.

Parágrafo Único. No caso de apreensão a mesma se dará mediante termo específico e na presença do responsável pelo estabelecimento e da autoridade fiscal responsável pelo ato, acompanhado de outro Fiscal Tributário ou servidor público efetivo, como testemunha.

Art. 18 - Da apreensão administrativa deve, obrigatoriamente, ser lavrado termo no ato da apreensão, assinado pelo deponente ou, sendo o caso, pelo depositário designado pela autoridade que fizer a apreensão.

Art. 19 - A devolução do bem, livro, documento, impresso, papel, programa e ou arquivo magnético apreendido, somente poderá ser feita se, a critério do fisco, não for prejudicar a comprovação da infração, devendo ser efetuada através de termo de devolução.

Art. 20 - A autoridade fiscal ou qualquer servidor municipal guardará absoluto respeito ao dever de sigilo fiscal, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal.

Art. 21 - Sem prejuízo das penalidades previstas nesta lei, a autoridade ou o agente fiscal poderá solicitar o auxílio da força policial, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 22 - A Administração Tributária poderá submeter o contribuinte a regime especial, na forma que vier a ser definida em Regulamento e em normas complementares expedidas pela Secretaria de Fazenda.

CAPÍTULO IV - DAS ISENÇÕES

Art. 23 - As isenções ou quaisquer outros benefícios ou incentivos fiscais serão concedidos ou revogados por Lei específica de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 24 - Quando a isenção ou o benefício fiscal depender de regulamentação ou de requisito a ser preenchido e não sendo satisfeitas essas condições, o imposto será considerado devido a partir do momento em que tenha ocorrido o fato gerador, com os devidos acréscimos legais.

Art. 25 - A outorga de isenção ou benefício fiscal não dispensa o contribuinte do cumprimento de obrigações acessórias previstas na legislação vigente.

Art. 26 - A concessão de isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou interesse do Município; não poderá ter caráter pessoal e dependerá de lei complementar.

§1º Entende-se como favor pessoal não permitido, a concessão, em lei de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

§2º Ficam reduzidas a 0 (zero) todas as taxas municipais relativas à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento do Microempreendedor Individual.

CAPÍTULO V - DA COBRANÇA E DO RECOLHIMENTO DOS TRIBUTOS

Art. 27 - O crédito da Fazenda Pública cujo pagamento não

for realizado até a data do vencimento sujeita-se à cobrança administrativa e a inscrição em dívida ativa, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

§1º Compete à Secretaria de Fazenda regulamentar as formas de cobrança administrativa.

§2º A Certidão Negativa de Débito terá prazo de validade de 90 (noventa) dias.

§3º A Certidão Positiva de Débito com efeito de Negativa terá prazo de validade de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO VI - DO DOMICÍLIO FISCAL

Art. 28 - Considera-se domicílio fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

I.O lugar da situação dos bens ou da ocorrência de atos ou fatos que deram origem à obrigação;

II.Quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

III.Quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que deram origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

IV.Quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

§1º Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação, indicado no Inciso I.

§2º A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então à regra do Inciso I.

§3º Os contribuintes que, embora sediados em outro Município, realizem atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário e que configure unidade econômica ou profissional no Município de Cataguases estão obrigados ao cadastro no Município, nos moldes da Instrução Normativa da Receita Federal que trata da inscrição de CNPJ.

§4º Consideram-se estabelecimentos distintos:

a)os que embora no mesmo local, ainda que com idênticas atividades, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas.

b)os que, embora com idêntico ramo de atividade e pertencentes a mesma pessoa física ou jurídica, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos, ainda que no mesmo prédio.

§5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, mediante decreto, o Domicílio Eletrônico dos Contribuintes e Responsáveis Tributários do Município de Cataguases, em ambiente eletrônico e virtual a ser disponibilizado na rede mundial de computadores, para fins de comunicação, intimação e notificação dos atos e procedimentos da Administração Tributária Municipal às pessoas naturais e jurídicas sujeitas a obrigações tributárias instituídas no Município.

§6º O decreto a que se refere o §5º deste artigo deverá dispor sobre:

a)As pessoas naturais e jurídicas obrigadas ao credenciamento e à utilização do Domicílio

Eletrônico dos Contribuintes e Responsáveis Tributários do Município de Cataguases;

b)A forma de credenciamento no referido ambiente virtual, o modo de acesso e os requisitos de sigilo e segurança relativos às suas diversas funcionalidades, bem como todas as obrigações acessórias concernentes à sua utilização;

c)A forma pela qual deverá operar-se a comunicação eletrônica entre a Fazenda Pública Municipal e os contribuintes e responsáveis tributários, especialmente no que se refere à assinatura eletrônica e à certificação digital;

d)Os atos administrativos de mero expediente passíveis de comunicação, notificação e intimação eletrônica.

§7º Os contribuintes e responsáveis tributários ficam obrigados a se credenciar junto ao Domicílio Eletrônico dos Contribuintes e Responsáveis Tributários do Município de Cataguases a partir do início de vigência do decreto a que se referem os §§ 5º e 6º deste artigo.

CAPÍTULO VII - DOS CADASTROS MUNICIPAIS E DA COMISSÃO MUNICIPAL DE VALORES**SEÇÃO I - DO CADASTRO FISCAL**

Art. 29 - O Cadastro Fiscal do Município compreende:

I.O Cadastro Imobiliário;

II.O Cadastro Mobiliário;

§1º Ficam os Cartórios de Registro de Imóveis obrigados a informarem em tabela a ser disponibilizada pelo Fisco, até o dia 20 de cada mês, as transmissões e as gravações de ônus ocorridas no mês anterior, sob pena de multa de 5 UFM por mês não informado.

§2º As empresas públicas e concessionárias de serviços públicos são obrigadas a enviar informações, em tabela a ser disponibilizada pelo Fisco, que visem atualizar e modernizar os cadastros do Município, independente de ação fiscal, sob pena de multa de 10 UFM por informação solicitada e não fornecida ou fornecida de forma incompleta, ou ainda, em desacordo com as especificações exigidas pelo Fisco.

§3º A multa pela infração descrita no §2º será de 15 UFM em caso de reincidência.

Art. 30 - O Cadastro Imobiliário conterà todas as informações de interesse do fisco relativas aos imóveis situados no município, compreendendo:

I.Os terrenos vagos existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas ou destinadas à urbanização;

II.As edificações existentes, ou que vierem a ser construídas nas áreas urbanas e urbanizáveis.

Parágrafo Único. Todos os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis mencionados nos incisos I e II, estão sujeitos à inscrição obrigatória no Cadastro Imobiliário do Município, ainda que sejam beneficiados com isenções ou imunidades relativamente ao imposto.

Art. 31 - O Cadastro Mobiliário compreende: as pessoas físicas e jurídicas com estabelecimento fixo ou não, sediadas ou não no Município de Cataguases, sujeitas ao cumprimento de obrigações tributárias, incluindo as pessoas imunes e os isentos.

Parágrafo Único. Os contribuintes estão obrigados a informar, no Cadastro Mobiliário, além das informações cadastrais, o grau de risco de sua

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES

Prefeito
José Inácio Peixoto Parreiras Henriques

Vice-Prefeito e Secretário de Cultura e Turismo
Marco Aurélio Andrade Gonçalves

Secretária de Administração
Emília de Sousa Menta

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
Rogério Machado P. Farage

Secretário de Fazenda
Douglas Barbosa

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Gestão Institucional
Luiz Antônio Paixão Resende

Secretário de Saúde
Vinicius Franzoni Barbosa Ferreira

Secretária de Desenvolvimento Social
Ana Carolina Almeida Damasceno

Secretária de Educação
Luci Mara Guedes Gonçalves

Secretário de Esporte
Daniel Maciel da Silva

Secretário de Obras
José Maria M. Sasso

Secretário de Serviços Urbanos
Carlos Henriques Pires Junior

Procurador Geral do Município
Rodrigo Webster Barbosa Esteves

CÂMARA MUNICIPAL DE CATAGUASES

MESA DIRETORA 2021/2022

Presidente: Felipe Ramos Vilas de Souza
1º Vice-Presidente: Gilberto Marques de Oliveira
2º Vice-Presidente: Antônio Gilmar de Oliveira

1º Secretário: Vinicius Machado
2º Secretário: Flávio Alves de Sousa
Tesoureiro: Fernando Medeiros Pereira

PLENÁRIO 2021/2024

Antônio Gilmar de Oliveira, Henrique Silva Oliveira, Humberto Antônio Silva Machado, Jefferson Pinto de Freitas, Marcos da Costa Garcia, Rafael Rodrigues Moreira, Ricardo Geraldo Dias, Rogério da Silva de Oliveira Filho, Silvio Mauro Romero, Stéfany Carli Oliveira

Jornal Cataguases

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
FUNDADO EM 28 DE JANEIRO DE 1906

Diretor
José Inácio Peixoto Parreiras Henriques

Editora:
Quirino

Repórteres:
Roberto Guimarães
Vera Lúcia Maciel
Bernardo Chaia

Praça Santa Rita, 462 - Centro - Cataguases/MG
Telefone: (32) 3422.1066
E-MAIL - jornal@cataguases.mg.gov.br
PORTAL - www.cataguases.mg.gov.br

Facebook:
Prefeitura Municipal de Cataguases

Instagram:
@cataguasesprefeitura

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

Valor da UFM: R\$ 384,10

atividade, de acordo com a Lei Federal 13.874/2019.

Art. 32 - São obrigados a se inscreverem no cadastro mobiliário as pessoas físicas e jurídicas, cujas atividades estejam sujeitas à incidência de tributos municipais, inclusive as que gozem de imunidade e isenção, nas formas estabelecidas em regulamento e antes do início de suas atividades.

§1º A inscrição de que trata este artigo será promovida para tantos quanto forem os estabelecimentos ou locais de atividades e cada inscrição receberá um documento comprobatório que é intransferível, devendo ser substituído sempre que venha a ocorrer modificação em seus dados.

§2º Também deverão se inscrever no cadastro mobiliário as entidades que não detinham personalidade jurídica.

§3º Será também obrigado a se inscrever no cadastro mobiliário aquele que, mesmo não possuindo estabelecimento fixo no Município ou fora dele, exerça no município atividade sujeita ao imposto, conforme definições desta lei.

§4º A concessão de inscrição no Cadastro Mobiliário ficará condicionada à prévia diligência fiscal no local de instalação do estabelecimento, onde será preenchido o laudo de vistoria, quando couber.

§5º O Microempendedor Individual também deverá se inscrever no cadastro mobiliário municipal, independente do pagamento de taxas.

§6º Os dados apresentados na inscrição deverão ser alterados pelo sujeito passivo, dentro do prazo de 30 dias, contados da ocorrência de fatos ou circunstâncias que impliquem sua modificação.

§7º É facultado ao Município proceder com a inscrição de estabelecimentos quando situados dentro de uma mesma área física se os mesmos forem distintos e inconfundíveis, de modo que cada um conserve sua individualidade mediante perfeita separação dos bens e de seus elementos de controle.

Art. 33 - Nos casos de encerramento da atividade, fica o sujeito obrigado a promover o cancelamento da inscrição dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência do evento.

Parágrafo Único. A baixa da inscrição não importará na dispensa do pagamento dos tributos devidos, inclusive, os que venham a ser apurados mediante revisão dos elementos fiscais e contábeis, pelo Fisco Municipal.

Art. 34 - O Fisco poderá, a disposição parcial ou total dos dados do contribuinte, promover, ex-officio, a inscrição, alterações de dados e/ou o seu cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

§1º A baixa ou a suspensão da inscrição "de ofício" dar-se-á: I.Quando houver prova inequívoca de que o contribuinte realmente cessou suas atividades;

II.Quando, após a realização de 03 (três) diligências fiscais ou a remessa por via postal, de qualquer expediente, com o intervalo de pelo menos 10 dias entre cada uma delas, ficar constatado que o contribuinte não exerce suas atividades no local indicado.

§2º A anotação de cessação ou paralisação de atividade, não extingue débitos, ainda que venham a ser apurados em momento posterior.

Art. 35 - Além da inscrição cadastral, a Administração Tributária poderá exigir do sujeito passivo ou do substituto tributário a apresentação de quaisquer declarações de dados ou outros documentos que entender necessário, de forma impressa ou por sistema de transmissão de dados "online".

Art. 36 - O Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e os Estados visando a utilizar os dados e os elemen-

tos cadastrais disponíveis, bem como o número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e do Cadastro de Pessoas Físicas, de âmbito federal, para melhor caracterização de seus registros.

Art. 37 - O Município poderá, por Decreto e quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastros, inclusive o cadastro eletrônico, a fim de atender à organização fazendária dos tributos de sua competência.

SEÇÃO II - DA COMISSÃO MUNICIPAL DE VALORES

Art. 38 - Fica criada a Comissão Municipal de Valores, que terá por atribuição estabelecer critérios de determinação dos valores Imobiliários do Município, levando em conta:

- I.Localização;
- II.Área do terreno;
- III.Área construída;
- IV.Equipamento urbano (rede de luz, calçamento, água, esgoto);
- V.Proximidade de centros comerciais e serviços públicos;
- VI.Tipo de edificação e sua finalidade;
- VII.Padrão de construção e a época;
- VIII.Mercado;
- IX.Outros parâmetros técnicos que se fizeram necessários à determinação dos valores imobiliários.

§1º Depois de estabelecidos os critérios e de atribuídos os valores ao metro quadrado de terreno e de construção, a Comissão oferecerá, sob a forma de tabela de valores, parecer ao Prefeito, que expedirá antes da vigência do exercício financeiro, a planta de valores, mediante lei específica.

§2º A Comissão também tem a atribuição de estabelecer os valores imobiliários para fins de ITBI e dação em pagamento, por meio de laudo de avaliação, mediante requisição do Fisco Municipal.

Art. 39 - A Comissão de valores será nomeada por Portaria expedida pelo Executivo e será composta da seguinte forma:

- I.Presidente: Servidor efetivo vinculado à Secretaria de Fazenda;
- II.01 (um) membro indicado pelo Prefeito entre servidores efetivos lotados na Secretaria de Obras;
- III.01 (um) representante do CREA, que poderá ser servidor público ou não.

Parágrafo Único - As funções de membros da Comissão Municipal de Valores são honoríficas e não remuneradas.

Art. 40 - O Executivo expedirá Decreto regulamentando a Comissão de Valores Imobiliários, no prazo de 90 (noventa) dias da entrada em vigor desta lei.

CAPÍTULO VIII - DO LANÇAMENTO

Art. 41 - Compete privativamente aos Fiscais Tributários constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador, da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Art. 42 - O ato do lançamento é vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário previsto neste código.

Art. 43 - O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posterior à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliados os poderes de investigação da autoridade competente,

ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios à Fazenda Pública Municipal, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§2º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador considera-se ocorrido.

Art. 44 - Os atos formais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo do órgão fazendário competente.

Parágrafo Único. A omissão ou erro de lançamento não isenta o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal, nem de qualquer modo lhe aproveita.

Art. 45 - Poderá a Fazenda Pública Municipal estabelecer controle fiscal próprio, instituindo declarações, livros e registros obrigatórios, eletrônicos ou não, a fim de apurar a base de cálculo e fatos geradores de tributos municipais.

§1º O Fisco poderá exigir, junto às declarações e/ou livros de registros obrigatórios, cópias de quaisquer documentos.

§2º Os registros obrigatórios por meio de declarações e/ou livros serão regulamentados por decreto.

Art. 46 - O Fiscal Tributário com o objetivo de obter elementos que lhe permita verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos respectivos créditos tributários, poderá:

- I.Exigir a qualquer tempo a exibição de livros fiscais, balancetes, balanços e cópias de declarações instituídas pelo Município, União e Estado;
- II.Fazer apuração ou verificação diária no próprio local da atividade, durante determinado período, quando houver dúvida sobre a exatidão do que for declarado para efeito dos impostos municipais;
- III. Exigir informações e comunicações escritas ou verbais;
- IV. Notificar, para comparecer às repartições da Prefeitura, o contribuinte, o responsável ou o solidário;
- V.Requisitar o auxílio de força pública ou solicitar ordem de autoridade judicial para levar a efeito as inspeções ou o registro dos locais e estabelecimentos, assim como de objetos e livros dos contribuintes, responsáveis e solidários, quando estes se opuserem ou criarem obstáculos à realização da diligência.

Art. 47 - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só poderá ser alterado em virtude de:

- I.Impugnação do sujeito passivo;
- II.Recurso de ofício;
- III.Iniciativa de ofício da autoridade competente, nos casos previstos em lei.

Art. 48 - A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade competente no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador for ocorrido posteriormente à sua introdução.

Art. 49 - O lançamento será efetuado:

- I.Com base em declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma regulamentar, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação;
- II.Com base nas informações constantes dos Cadastros Municipais;
- III.Mediante a atribuição legal ao sujeito passivo do dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, sujeito a posterior homologação pela autoridade fiscal competente, no prazo de 5 (cinco), anos contados da ocorrência do fato gerador, salvo se comprovada a ocorrência de

dolo, fraude ou simulação;

IV.Mediante arbitramento;

V.Por meio de estimativa, mediante definição de legislação complementar, requerimento do sujeito passivo ou quando o mesmo, reiteradamente, incorrer em infração à legislação tributária visando dificultar a apuração do valor do tributo, sempre a critério da autoridade competente.

§1º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

§2º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame poderão ser retificados de ofício pelo Fiscal Tributário.

Art. 50 - O lançamento dos tributos e suas modificações serão comunicados aos contribuintes, individual ou globalmente, a critério da administração:

- I.Através de notificação direta ou por via postal, servindo para tal a emissão da guia de recolhimento para o domicílio tributário do contribuinte, seja eletrônica ou impressa;
- II.Através de edital publicado no órgão oficial;
- III.Através de edital afixado na Prefeitura.

Art. 51 - É facultado o arbitramento de bases tributárias de valor ou preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado.

Parágrafo Único. O arbitramento não terá caráter punitivo, será efetuado privativamente pelo Fiscal Tributário.

CAPÍTULO IX - DA DECADÊNCIA

Art. 52 - O direito de proceder ao lançamento do crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados:

- I.Do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II.Tratando-se de exigência de diferença de tributo, contar-se-á o prazo a partir do pagamento efetuado.

Art. 53 - Nos casos de lançamento do imposto por homologação, o disposto no artigo anterior extingue-se após cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador, se a lei não fixar prazo para homologação.

Art. 54 - O direito de impor penalidades extingue-se após cinco anos, a contar da data da infração.

CAPÍTULO X - DA RESTITUIÇÃO

Art. 55 - O direito de pleitear a restituição do imposto extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos, contados:

- I.Da data do pagamento ou recolhimento indevido;
- II.Da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

§1º O pedido de restituição, dirigido à autoridade competente, suspende o prazo referido no caput deste artigo até ser proferida decisão final na órbita administrativa ou no trânsito em julgado de sentença judicial que envolva o tributo a ser restituído.

§2º O pedido de restituição será feito por requerimento da parte interessada, que apresentará prova de pagamento e as razões de ilegalidade ou irregularidade do crédito.

§3º Compete ao Fiscal Tributário decidir sobre os pedidos de restituição.

§4º O sujeito passivo em débito com o município somente poderá pleitear a compensação.

§5º Ocorrendo a hipótese

do §4º, o saldo remanescente após a compensação será restituído ao interessado.

CAPÍTULO XI - DA PRESCRIÇÃO

Art. 56 - A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

§1º A prescrição se interrompe:

- I.Pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
- II.Pelo protesto judicial;
- III.Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV.Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do débito pelo devedor.

§2º A inscrição do débito como Dívida Ativa, pelo órgão competente, suspenderá a fluência do prazo prescricional, para todos os efeitos de direito, por cento e oitenta dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

CAPÍTULO XII - DO PAGAMENTO

Art. 57 - Para fins de recolhimento dos créditos tributários e não tributários, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a emitir boletim de cobrança em nome dos contribuintes em débito, diretamente ou por meio de instituições financeiras.

Art. 58 - Fica o Poder Executivo autorizado a receber bens imóveis para a extinção de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, sempre que houver interesse público fundamentado na decisão do Prefeito Municipal.

§1º A repartição competente instaurará Processo Tributário Administrativo, ao qual serão juntados oportunos:

- I.Requerimento do contribuinte ou responsável pleiteando a extinção de crédito tributário ou não tributário pelo instituto da dação em pagamento, contendo pedido de apuração total da dívida, de avaliação dos bens imóveis oferecidos em pagamento e especificando:

- a)O registro do imóvel ofertado;
- b)As medidas e respectivas confrontações de cada imóvel, mediante apresentação de planta e memorial descritivo, assinados por profissional legalmente habilitado;

II.Certidão negativa de ônus, expedida pelo Registro de Imóveis da Comarca, de cada bem dado em pagamento;

III.Levantamento de todos os créditos tributários apurados até a data da instauração do processo;

IV.Comprovação de pagamento das custas processuais, honorários e demais encargos decorrentes das ações de Execução Fiscal, se houver;

V.Comprovação de pagamento das despesas de escritura e registro;

VI.Laudo de avaliação do bem ou dos bens ofertados, os quais devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, requisitos a serem apurados em regular avaliação realizada pelo Município;

VII.Comprovação que a dação abranja a totalidade do crédito ou créditos que se pretende liquidar com atualização, juros, multa e encargos legais, sem desconto de qualquer natureza, assegurando-se ao devedor a possibilidade de complementação em dinheiro de eventual diferença entre os valores da totalidade da dívida e o valor do bem ou dos bens ofertados em dação.

VIII.Outros documentos necessários.

§2º A avaliação dos bens imóveis dados em pagamento ficará a cargo da Comissão Municipal de Valores criada por esta lei.

§3º A Comissão designada na forma do parágrafo anterior

deverá proceder à avaliação de cada bem imóvel e lavrar o respectivo Laudo de Avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento do pedido de avaliação, admitida uma única prorrogação, de igual prazo, desde que devidamente comprovada e fundamentada a necessidade da dilação temporal.

§4º Emitido o laudo, será dada ciência ao contribuinte ou responsável para manifestar-se sobre sua aceitação.

§5º O contribuinte ou responsável poderá:

- I.Aceitar o valor constante da avaliação, ocasião em que será autorizada a dação em pagamento e providenciada a transferência do domínio e propriedade de cada bem ao Município de Cataguases, mediante instrumento público, na forma da lei, respondendo o contribuinte ou responsável pelas despesas de escritura e registro;
- II.Não aceitar o valor constante da avaliação, situação em que será arquivado o respectivo processo e promovida a cobrança do tributo devido, na forma da lei.

§6º Havendo eventual saldo entre o valor da avaliação dos bens dados em pagamento e o valor atualizado da dívida:

I.Se positivo, ou seja, se o valor da avaliação for superior ao da dívida, o contribuinte ou responsável poderá utilizá-lo para a quitação de qualquer tributo municipal até o término do exercício financeiro em que se concluir o processo; ultrapassado este prazo, o valor reverterá ao Município;

II.Se negativo, ou seja, se o valor da avaliação for inferior ao da dívida, o contribuinte ou responsável deverá complementá-lo de uma única vez, em espécie, ocasião em que será emitida guia específica.

CAPÍTULO XIII - DA COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 59 - Fica o Município de Cataguases autorizado a realizar compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal, sempre que houver interesse público.

§1º Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, fica determinado que a apuração de seu montante não poderá ocorrer redução maior que a correspondente ao juro de um por cento ao mês pelo tempo que decorre entre a data da compensação e a do vencimento.

§2º A compensação do crédito tributário autorizada no caput deste artigo será sempre precedida da verda apuração em Processo Tributário Administrativo (PTA) próprio, na forma desta lei.

§3º É vedada, em qualquer hipótese, a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

§4º Observado o Processo Tributário Administrativo (PTA), a compensação será autorizada pelo Fiscal Tributário, mediante relatório fiscal.

CAPÍTULO XIV - DA DÍVIDA ATIVA

Art. 60 - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública do Município aquela de origem tributária e a não-tributária definida na legislação específica, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela legislação ou por decisão final proferida em processo regular.

§1º Qualquer valor cuja cobrança seja atribuída ao Município e suas autarquias será considerado como Dívida Ativa da Fazenda Pública do Município.

§2º A inscrição far-se-á, após o exercício, quando se tratar de tributos lançados por exercício e, nos demais casos, a inscrição será feita após o vencimento dos

prazos previstos, em lei ou regulamento, para pagamento.

§3º A inscrição do débito não poderá ser feita na dívida ativa, enquanto não for decidido definitivamente a reclamação, o recurso ou pedido de reconsideração.

Art. 61 - As multas por infrações de leis e regulamentos municipais não pagas serão consideradas como Dívida Ativa e imediatamente inscritas, assim que se findar o prazo para interposição de recurso, ou quando interposto, não obtiver provimento.

Art. 62 - Encerrado o exercício ou expirado o prazo para o respectivo pagamento, serão inscritos imediatamente na Dívida Ativa, por contribuinte, os débitos, inclusive multas, sem prejuízo dos juros de mora previsto em lei.

Art. 63 - O Termo de Inscrição da Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I.O nome do devedor e, sendo caso, dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II.A quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III.A origem e a natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da Lei em que seja fundado;

IV.A data em que foi inscrita;

V.Sendo o caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo Único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 64 - Mediante despacho da Autoridade Competente, poderá ser inscrito, no correr do exercício mesmo, o débito de tributos lançados por exercício, quando for necessário acautelar-se o interesse da Fazenda.

Art. 65 - A Dívida Ativa será cobrada por procedimento amigável, judicial ou extrajudicial.

§1º Feita a inscrição e esgotada a tentativa de cobrança amigável do débito, a respectiva certidão deverá ser imediatamente enviada ao órgão encarregado da cobrança judicial, para que seja ajuizado no menor tempo possível.

§2º Enquanto não houver o ajuizamento, o órgão encarregado da cobrança promoverá mediante meios ao seu alcance a cobrança amigável do débito.

§3º As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, poderão ser acumuladas em uma só ação.

§4º Quando o montante total do crédito da Dívida Ativa não alcançar o valor de 15 UFM (quinze UFM) incluindo-se juros, multa e correção monetária, fica o Procurador Municipal autorizada a não ajuizar a competente execução fiscal em razão do custo administrativo da execução revelar-se antieconômico.

Art. 66 - O recolhimento do débito considerado dívida ativa, far-se-á à vista de guia, expedida pelo servidor do órgão que efetuar a cobrança.

Art. 67 - Salvo os casos autorizados em leis, é absolutamente vedada a concessão de desconto, abatimento ou perdão de qualquer parcela da dívida ativa ainda que não tenha sido realizada a inscrição.

CAPÍTULO XV - DO PARCELAMENTO

Art. 68 - Os créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, e os denunciados espontaneamente pelo contribuinte, ajuizados ou não, poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, em condições estabelecidas em Decreto.

§1º As parcelas mensais e consecutivas, não poderão ser inferiores:

I.0,1 UFM para pessoas físicas;

II.De 0,5 UFM para pessoas jurídicas com débito até 10 UFM;

III.De 1,0 UFM para pessoas jurídicas com débito acima de 10 UFM.

§2º O pedido de parcelamento será acompanhado de Termo de Confissão de Débito, implicando a confissão irretratável do débito e a expressa renúncia ou desistência de qualquer recurso ou ação, nas áreas administrativas ou judicial.

§3º O crédito tributário decorrente da denúncia espontânea de tributo, cuja forma de lançamento é por homologação, se não cumprido integralmente o parcelamento, será inscrito em Dívida Ativa, independente de qualquer ato homologatório ou autuação.

§4º No caso de parcelamento, o não-pagamento de duas parcelas consecutivas ou três alternadas, até a data de seu vencimento, provocará o vencimento antecipado das demais parcelas e a imediata inscrição em Dívida Ativa.

§5º Para o deferimento de pedido de reparcelamento de dívida, o contribuinte deverá:

I.Quitar 30% (trinta por cento) do valor à vista, em caso de primeiro reparcelamento.

II.Quitar 40% (quarenta por cento) do valor à vista, em caso de segundo reparcelamento.

III.Quitar 60% (sessenta por cento) do valor à vista, em caso de mais reparcelamentos.

CAPÍTULO XVI - DO PROTESTO DA DÍVIDA ATIVA

Art. 69 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a enviar para protesto, as certidões de dívida ativa dos créditos tributários e não-tributários do Município, e constituídos na forma desta lei, independentemente do valor do crédito inscrito em Dívida Ativa, bem como os títulos executivos judiciais condenatórios de quantia certa transitados em julgado.

Art. 70 - Compete ao Município de Cataguases, por meio da Secretaria de Fazenda, através do Setor de Dívida Ativa, levar a protesto os seguintes títulos:

I.A Certidão da Dívida Ativa (CDA) emitida pela Fazenda Pública Municipal em favor do Município de Cataguases, independentemente do valor do crédito, e cujos efeitos do protesto alcançarão, também, os responsáveis tributários apontados no artigo 135 da Lei Federal nº 5.172, de 25.10.1966 (Código Tributário Nacional), desde que seus nomes constem da Certidão de Dívida Ativa;

II.A sentença judicial condenatória de quantia certa em favor do Município de Cataguases, desde que transitada em julgado, independentemente do valor do crédito.

§1º Efetivado o protesto sem que o devedor tenha, no prazo legal, quitado o débito, a Procuradoria do Município fica autorizada a ajuizar a ação executiva do título em favor do Município, ou, sendo o caso, a requerer o prosseguimento da fase de cumprimento de sentença, com todos os valores devidamente atualizados, sem prejuízo da manutenção do protesto no cartório competente.

§2º Uma vez quitado integralmente ou parcelado o débito pelo devedor, inclusive dos honorários advocatícios, dos emolumentos cartorários e das custas judiciais, o Município de Cataguases requererá a baixa do protesto ao Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos, bem como a extinção ou a suspensão da ação de execução eventualmente ajuizada.

§3º Na hipótese de descumprimento do parcelamento o Município de Cataguases fica autorizado a levar a protesto junto ao Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos a integralidade do valor remanescente apurado e devido.

§4º Efetuado o pagamento do crédito, os Tabelionatos de Protestos de Títulos ficam obrigados a efetuar o depósito do valor arrecadado, mediante quitação de guia eletrônica no

primeiro dia útil subsequente ao recolhimento.

Art. 71 - Cabe à Procuradoria Municipal efetuar o controle de legalidade dos títulos que serão levados a protesto nos termos da legislação vigente.

Art. 72 - O Município de Cataguases fica autorizado a efetuar o protesto dos respectivos títulos, nas ações de execução fiscal em curso, bem como nas sentenças judiciais que se encontram em fase de cumprimento de sentença na data da publicação desta Lei, observado o disposto nesta lei.

Art. 73 - Somente ocorrerá o cancelamento do protesto após o pagamento total da dívida ou o seu parcelamento, incluídas as custas judiciais, honorários advocatícios e emolumentos cartorários.

Parágrafo único. O pedido de cancelamento de protesto será analisado pela Procuradoria Municipal e o parecer jurídico deverá constar nos autos do Processo Tributário Administrativo.

Art. 74 - A responsabilidade pelo pagamento das custas e despesas cartorárias é de responsabilidade do contribuinte constante na CDA.

Art. 75 - O pagamento da CDA apresentada para protesto será feito diretamente no Tabelionato competente.

Art. 76 - A autorização de que trata o §4º do Art. 65 desta lei não impede a cobrança administrativa, o protesto extrajudicial, bem como inscrição do devedor no cadastro de inadimplentes Municipal.

Art. 77 - Os créditos tributários ou não tributários, inscritos em dívida ativa, os quais não estejam em situação de suspensão ou interrupção prescricional, após o decurso do prazo de 05 (cinco) anos de sua constituição definitiva, cujas execuções não tenham sido ajuizadas, por força do valor mínimo para tanto exigido, ou por falta de requisito formal, serão cancelados pelo Setor de Dívida Ativa.

Art. 78 - O chefe do executivo poderá, mediante Decreto, regulamentar o disposto neste Capítulo.

CAPÍTULO XVII - DOS PROGRAMAS DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Art. 79 - O Município poderá instituir, por lei específica, programas de Recuperação Fiscal destinados a promover a regularização de créditos municipais, tributários e não tributários, concedendo descontos em multa de mora desde que:

Parágrafo Único. Os programas de Recuperação Fiscal deverão guardar interstício mínimo de 3 (três) anos para instituição.

TÍTULO II - DO PROCESSO FISCAL

CAPÍTULO I - DAS MEDIDAS PRELIMINARES E INCIDENTES

SEÇÃO I - DOS TERMOS DE FISCALIZAÇÃO

Art. 80 - A autoridade fiscal que presidir ou proceder a exames e diligências terá ou cumprirá sob assinatura, por meio de procurador, as ações de fiscalização do que apurar, do qual constará, além do mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

Art. 81 - O termo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração ainda que aí não resida o fiscalizado ou infrator.

§1º Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do termo autenticado pela autoridade contra recibo no original.

§2º A recusa do recibo não beneficia ao fiscalizado ou infrator.

Art. 82 - Os dispositivos do artigo anterior são aplicáveis extensivamente, aos fiscais, aos infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou

infração, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvadas as hipóteses dos incapazes, definidos por lei.

SEÇÃO II - DA APREENSÃO DE BENS E DOCUMENTOS

Art. 83 - Poderão ser apreendidos os bens móveis, inclusive mercadorias e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou profissional, do contribuinte, responsável ou de terceiros, ou em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração tributária, estabelecidas neste Código em lei ou regulamento.

§1º Havendo prova, ou fundada suspeita, de que os bens se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

§2º Na apreensão lavrar-se-á auto, com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto nesta lei.

Art. 84 - O auto de apreensão conterá a descrição dos bens ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarão depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante.

Art. 85 - Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Art. 86 - Se o autuado não satisfizer às exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

§1º Quando a apreensão recair em bens deterioráveis, a hasta pública ou leilão poderá realizar-se a partir de 24 horas do dia da apreensão.

§2º Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo e à multa devidos, será o autuado notificado, no prazo de 5 (cinco) dias, para receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

SEÇÃO III - TERMO DE INÍCIO DA AÇÃO FISCAL (TIAF) E DA INTIMAÇÃO

Art. 87 - O Termo de Início da Ação Fiscal emitido privativamente pelo Fiscal Tributário, no pleno exercício de suas funções, tem por finalidade cientificar o sujeito passivo de que ele se encontra sob Ação Fiscal e intimá-lo a apresentar, no prazo e em local nele determinados, os documentos necessários à verificação do regular cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias, os quais deverão ser deixados à disposição da fiscalização até o término do procedimento fiscal.

§1º Será dada ciência do TIAF ao sujeito passivo ou a seu representante legal na forma prevista nesta lei.

§2º A ciência do TIAF dá início ao procedimento fiscal, implicando na perda dos direitos advindos de denúncia espontânea.

Art. 88 - A documentação e as informações deverão ser apresentadas no prazo fixado pelo Fiscal Tributário, que será de no mínimo 05 dias úteis, contados da data da ciência do respectivo TIAF.

§1º A não apresentação dos documentos no prazo fixado no TIAF ensejará a lavratura do competente Auto de Infração, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas em lei.

§2º Deverá constar do TIAF, se for o caso, a intimação para que o sujeito passivo libere ao Fiscal Tributário documentos com vistas à extração de cópias reprográficas ou, se o sujeito passivo preferir, forneça as cópias necessárias à instrução

do processo a ser instaurado.

Art. 89 - Após a ciência do TIAF, o Fiscal Tributário não emitirá parecer em relação à consulta referente às obrigações tributárias objeto de verificação no procedimento fiscal.

Art. 90 - Far-se-á a intimação: I.Pessoalmente, por servidor competente, na repartição ou fora dela, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar;

II.Por via postal, com prova de recebimento no domicílio tributário do sujeito passivo;

III. Por meio eletrônico, na forma de regulamento do Poder Executivo;

IV. Por edital, publicado uma única vez no Diário Oficial do Município de Cataguases ou afixado durante pelo menos 10 (dez) dias, em dependência do órgão designada por ato oficial e de livre acesso ao público, quando resulte improficuo um dos meios de intimação previstos nos incisos I a III deste artigo.

§1º Quaisquer dos meios de intimação previstos nos incisos I a III poderão ser utilizados como primeira e/ou única forma de intimação.

§2º A adoção da intimação por meio eletrônico dependerá de Regulamentação do Poder Executivo.

§3º Considera-se concedido do débito fiscal o contribuinte que pagar o tributo mediante intimação preliminar, da qual não caiba recurso ou defesa.

Art. 91 - Considera-se feita a intimação:

I.Na data da ciência do intimado ou da declaração de quem fizer a intimação;

II.Na data do recebimento na hipótese prevista no inciso II do artigo 90;

III.Se por meio eletrônico, 24 (vinte e quatro) horas contadas da data registrada:

a.No comprovante de entrega no endereço eletrônico atribuído ao sujeito passivo;

b.No meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo.

IV.15 (quinze) dias após a publicação do edital, se este for o meio utilizado.

§1º Na hipótese de não haver a prova de recebimento da correspondência postal ou telegráfica no domicílio do sujeito passivo, de que trata o inciso II do art. 90, não se considerará ocorrida a intimação, devendo o procedimento ser renovado na forma desta lei.

§2º Em caso de duplicidade de intimações prevalecerá a que ocorrer primeiro.

§3º O conhecimento do ato administrativo pelo interessado, por qualquer forma, de modo inequívoco, dispensa a formalidade da intimação.

Art. 92 - O prazo de duração da Ação Fiscal é de até 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período, desde que haja justificativa do Fiscal Tributário.

CAPÍTULO II - DOS ATOS INICIAIS

SEÇÃO I - DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 93 - O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

I.Mencionar o local e o dia da lavratura;

II.Referir ao nome ou denominação do infrator, do coobrigado, do responsável e das testemunhas, se houver;

III.Descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo legal ou regulamento violado e fazer referência ao termo de fiscalização, em que se consignou a infração, quando for o caso;

IV.Conter a intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos.

§1º As omissões ou incor-

reções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§2º A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

§3º Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção dessa circunstância.

§4º O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de apreensão.

Art. 94 - Na lavratura do auto será intimado o infrator:

I.Pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia ao autuado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II.Por carta, acompanhada de cópia com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

III.Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator.

IV.Por meio eletrônico, que será regulamentado por decreto do Executivo.

Art. 95 - A intimação presume-se feita:

I.Quando pessoal, na data do recebimento;

II.Quando por carta, na data da assinatura do Aviso de Recebimento-AR;

III.Quando por edital, no termo do prazo, a partir da publicação;

IV.Quando por meio eletrônico, 24 (vinte e quatro) horas contadas da data registrada:

a.No comprovante de entrega no endereço eletrônico atribuído ao sujeito passivo;

b.No meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo.

Parágrafo Único. As intimações subsequentes à inicial far-se-ão pessoalmente, caso em que serão certificadas no processo, e por carta, por meio eletrônico ou por edital, conforme as circunstâncias, observado o disposto nos artigos 94 e 95 deste código.

SEÇÃO II - DA IMPUGNAÇÃO CONTRA LANÇAMENTO

Art. 96 - O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá impugná-lo no prazo de 30 (trinta) dias, a contar deste.

§1º Na impugnação contra o lançamento, o autuado alegará toda a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntará as que constarem de documentos e, sendo o caso, arrolará testemunhas, até o máximo de 3 (três).

§2º É cabível a impugnação por parte de qualquer pessoa, contra a omissão ou exclusão do lançamento.

§3º A impugnação contra lançamento terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos lançados.

CAPÍTULO III - DA CONSULTA

Art. 97 - É facultado ao contribuinte ou entidades representativas de classe de contribuintes formularem consulta escrita protocolizada na forma regulamentar junto à Secretaria de Fazenda, sobre aplicação de legislação tributária, em relação a fato concreto de seu interesse, que será completa e exatamente descrito na petição.

§1º Se a matéria versar sobre atos ou fatos já praticados e geradores de tributos, essa circunstância deverá ser esclarecida na consulta.

§2º Os efeitos da consulta aproveitam exclusivamente ao consultante, nos limites da matéria consultada e da vigência da legislação que fundamentou a sua resposta.

Art. 98 - A solução a consulta será dada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua entrada na repartição competente.

§1º Tratando-se de matéria complexa, o prazo referido no caput deste poderá ser prorrogado por igual período, a critério da chefia do órgão competente.

§2º O prazo deste artigo suspende-se a partir da data em que forem determinadas quaisquer diligências, começando a fluir no dia em que tenham sido cumpridas.

Art. 99 - Nenhum procedimento fiscal será promovido, em relação à espécie consultada, contra contribuinte que proceda em estrita conformidade com a resposta dada à consulta por ele formulada, nem durante a tramitação inicial desta ou enquanto a solução não for reformada.

§1º O tributo considerado devido pela solução dada à consulta será cobrado sem imposição de qualquer penalidade, se recolhido dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que o consultante tiver ciência da resposta.

§2º A resposta dada à consulta pode ser modificada a qualquer tempo e a modificação dos critérios jurídicos anteriormente adotados somente produzirá efeitos a partir da ciência do consultante ou da vigência do ato normativo que os introduzir.

§3º A observância pelo consultante da resposta dada à consulta, enquanto prevalecer o entendimento nela consubstanciado, exime o contribuinte de qualquer penalidade e exonera-o do pagamento do tributo considerado não devido no período.

Art. 100 - Não produzirão os efeitos previstos no artigo anterior as consultas:

I. Que sejam meramente protelatórias, assim entendidas as que versarem sobre disposição claramente expressa na legislação tributária ou sobre questão de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial;

II. Que não descreverem exata e completamente o fato que lhes deu origem;

III. Formuladas após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com o fato de seu objeto, ou após vencido o prazo legal para cumprimento da obrigação a que se referirem.

Art. 101 - O contribuinte pode recorrer, com efeito suspensivo, à Autoridade Julgadora de 1ª Instância, no prazo de 15 (quinze) dias, de resposta dada à consulta pelo órgão competente.

CAPÍTULO IV - DOS REGIMES ESPECIAIS

Art. 102 - Os Regimes Especiais de tributação e os que versarem sobre emissão, escrituração e dispense de documentos fiscais, serão processados e concedidos na forma estabelecida em Regulamento.

CAPÍTULO V - DO PROCESSO DE ISENÇÃO E DE RESTITUIÇÃO

Art. 103 - A concessão de isenção ou restituição de tributo ou penalidade dependerá de requerimento instruído de acordo com as exigências legais e regulamentares de cada caso, contendo:

I. Qualificação do requerente;

II. Indicação do dispositivo legal em que se ampara o pedido e prova de nele estar enquadrado.

LIVRO SEGUNDO - DO PROCESSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO

TÍTULO I - PARTE GERAL

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 104 - O Processo Tributário Administrativo - PTA - forma-se na repartição fiscal competente, mediante autuação dos documentos necessários à apuração da liquidez e da certeza de crédito tributário, com folhas devidamente numeradas e rubricadas.

Parágrafo Único. O pedido de reconhecimento de isenção ou restituição de tributo ou penalidade, a consulta, o requeri-

mento para revisão cadastral de IPTU e o pedido de regime especial formulados pelo contribuinte são autuados igualmente em forma de PTA, no entanto passam por decisão prévia fiscal.

Art. 105 - O Processo Tributário Administrativo desenvolve-se, ordinariamente, em duas instâncias organizadas na forma desta lei, para instrução, apreciação e julgamento das questões surgidas entre os contribuintes e a Fazenda Municipal, relativamente à interpretação e aplicação da legislação tributária.

Parágrafo Único. A instância administrativa começa pela instauração do procedimento tributário e termina com a decisão irrecurável exarada no processo, o decurso de prazo para recurso ou a afetação do caso ao Poder Judiciário.

Art. 106 - É garantida ao contribuinte ampla defesa na esfera administrativa, aduzida por escrito e acompanhada de todas as provas que tiver, desde que produzidas na forma e prazos legais.

Art. 107 - A errônea denominação dada à defesa ou recurso não prejudicará a parte, salvo hipótese de má-fé.

Art. 108 - A intervenção do sujeito passivo no PTA far-se-á diretamente ou por intermédio de procurador munido de instrumento de mandato regularmente outorgado.

Art. 109 - Os prazos do PTA serão contínuos, excluindo-se na contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

Art. 110 - Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o PTA ou deva ser praticado o ato.

Parágrafo único - Se a intimação se efetivar em dia anterior a ponto facultativo nas repartições públicas municipais ou numa sexta-feira, o prazo começará a ser contado no primeiro dia de serviços normal que se seguir.

Art. 111 - Na falta de previsão legal, os atos do contencioso administrativo fiscal serão cumpridos nos prazos fixados em regulamento.

Art. 112 - A inobservância dos prazos destinados à instrução, à movimentação e ao julgamento de PTA não acarretarão a nulidade do procedimento fiscal, desde que devidamente publicados ou cientificados o contribuinte pelos meios definidos nesta lei.

Art. 113 - Não é lícito ao sujeito passivo da obrigação tributária principal ou acessória dificultar ou impossibilitar, por qualquer meio, a entrega de documentos que interessem à instauração e ao andamento do PTA ou recusar-se a recebê-los.

Art. 114 - Não se incluem na competência dos órgãos julgadores:

I. A declaração de inconstitucionalidade ou a negativa de aplicação de lei, decreto ou ato normativo;

II. A aplicação da equidade.

Art. 115 - As ações propostas contra a Fazenda Municipal sobre matéria tributária, inclusive, Mandado de Segurança contra atos de autoridades municipais, prejudicarão, necessariamente, a tramitação e o julgamento do respectivo PTA.

Parágrafo Único. Na ocorrência do disposto no caput deste artigo, os autos ou a peça fiscal serão remetidos, com a máxima urgência e independentemente de requisição, à Procuradoria Municipal para exame, orientação e instrução da defesa cabível, importando esta solução final do caso na instância administrativa, com referência à questão discutida em Juízo.

Art. 116 - Nenhum processo por infração à legislação tributária será arquivado senão após decisão final proferida na órbita administrativa, nem sobrestado, salvo caso previsto em lei.

CAPÍTULO II - DAS INSTANCIAS DE JULGAMENTO

SEÇÃO I - DAS DECISÕES DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 117 - A decisão de primeira instância em procedimento administrativo tributário será proferida pela Autoridade Julgadora denominada Turma Julgadora, composta por 03 (três) servidores efetivos da Secretaria de Fazenda.

§1º O Secretário de Fazenda nomeará a Turma Julgadora a cada processo, que será composta por dois servidores efetivos lotados na Fiscalização Tributária e um Fiscal Tributário, nomeando ainda o responsável pela relatoria.

§2º Ficam excluídos da Turma Julgadora aqueles que tenham participado de todo ou de parte do feito fiscal.

§3º O relator deverá presidir a sessão de julgamento e proferir sua decisão no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento dos autos.

§4º Aos integrantes que se dispuserem, mediante convocação do Secretário de Fazenda e por meio de preenchimento de Termo de Disponibilidade a participar da Turma Julgadora, será atribuído um Jeton no valor de 01 UFM, por processo.

§5º O Fiscal Tributário que integrar a Turma Julgadora não receberá Jeton.

Art. 118 - A autoridade julgadora, a qual compete a decisão de primeira instância, não fica adstrita às alegações das partes, cabendo-lhe julgar de acordo com as suas convicções, no limite de sua competência, em face das provas produzidas no processo, podendo ainda converter o julgamento em diligência, para o efeito de requerer novas provas, diligências ou demonstrações.

§1º A autoridade julgadora determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização das diligências que entender necessárias, fixando-lhe prazo e indeferirá as consideradas prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

§2º Se a diligência resultar em ônus para o sujeito passivo, relativo ao valor impugnado, será reaberto o prazo para oferecimento de novas impugnações ou aditamento da primeira.

§3º O despacho que proferir decisão de primeira instância será elaborado de forma objetiva e sucinta, compreendendo a decisão e seus fundamentos jurídicos.

Art. 119 - Compete ao Secretário de Fazenda declarar a intempestividade da impugnação pela inobservância do prazo de 30 (trinta) dias, remetendo o processo à apreciação da Junta de Recursos Tributários para cumprimento do disposto no inciso V do art. 126.

Art. 120 - Não sendo proferida decisão, no prazo legal nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado procedente o auto de infração ou improcedente a reclamação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

SEÇÃO II - DAS DECISÕES DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA JUNTA DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Art. 121 - A Junta de Recursos Tributários é composta de 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, para mandato de 36 (trinta e seis) meses, podendo haver recondução.

Art. 122 - A Junta de Recursos Tributários será composta:

I. Por 2 (dois) servidores efetivos da Secretaria Municipal de Fazenda, e igual número de suplentes, indicados pelo Secretário da Fazenda;

II. Por 1 (um) representante do Procurador da Junta de Recursos Tributários e respectivo suplente, indicado pelo Prefeito Municipal;

III. Por 2 (dois) representantes

dos contribuintes, e igual número de suplentes, que serão indicados por Associações de Classe ligadas às atividades produtivas e de prestação de serviços, sediadas no município.

Parágrafo Único. O Secretário da Fazenda nomeará um servidor para secretariar os serviços da Junta, sem direito a voto.

Art. 123 - Perde a qualidade de membro da Junta de Recursos Tributários:

I. O representante da Fazenda Municipal que se licenciar para tratar de interesses particulares, se aposentar, se exonerar ou for suspenso ou demitido de seu cargo efetivo durante o mandato;

II. O representante dos contribuintes que se desligar, for suspenso ou expulso do órgão ou entidade de classe representada.

Art. 124 - Caso não seja apresentada e aceita pelo Presidente da Junta de Recursos Tributários justificativa prévia, fundamentada e por escrito, caracteriza renúncia tácita ao mandato:

I. O descumprimento, por duas vezes a cada semestre, do prazo fixado em regulamento para a redação do acórdão;

II. O não-comparecimento de qualquer membro da Junta de Recursos Tributários a três sessões consecutivas.

Art. 125 - A Junta de Recursos Tributários terá um presidente que será escolhido entre os representantes do Município e eleito pelos membros.

Parágrafo Único. O suplente do representante escolhido será o vice presidente e substituirá o Presidente sempre que necessário.

Art. 126 - À Junta de Recursos Tributários compete:

I. Julgar em grau de recurso os processos relativos aos créditos tributários e fiscais do Município;

II. Elaborar e fazer publicar o seu Regulamento Interno;

III. Julgar o recurso voluntário;

IV. Decidir sobre incidentes processuais;

V. Decidir sobre relevação de intempestividade

§1º A Junta decide por acórdão, salvo expressa disposição de regulamento, e só funciona quando presente à maioria de seus membros.

§2º O acórdão será redigido pelo membro relator, salvo se vencido, hipótese em que o Presidente designará um dos membros cujo voto tenha sido vencedor, preferencialmente o revisor, para fazê-lo.

Art. 127 - O Pleno, composto de todos os membros da Junta de Recursos Municipais, efetivos e suplentes, compete discutir e deliberar sobre:

I. Ato normativo de interesse da administração da Junta de Recursos Tributários ou do relacionamento fisco-contribuinte;

II. Sumular decisões reiteradas, visando à uniformização de jurisprudência;

III. Representação ao Secretário da Fazenda sobre matéria de interesse da administração tributária;

IV. Julgar os recursos de revista e de ofício e o pedido de reconsideração;

V. Outros assuntos previstos no Regimento Interno.

Art. 128 - Entendendo presente relevante interesse público no julgamento da impugnação, a intempestividade da impugnação poderá ser relevada pela Junta de Recursos Tributários, por ocasião da apreciação do recurso, devolvendo o feito ao Órgão Julgador de Primeira Instância para exarar sua decisão.

Art. 129 - Nas sessões de julgamento, o Presidente da Junta de Recursos Tributários somente proferirá o seu voto em caso empate.

Art. 130 - A Junta de Recursos Tributários organizará seu Regimento Interno que, homologado pelo Secretário da Fazenda será publicado por decreto do Poder Executivo.

Art. 131 - O Regimento Interno disporá sobre a composição,

o funcionamento e a competência da Junta, do Pleno e da Secretaria da Junta de Recursos Tributários.

Art. 132 - A assistência da Fazenda Pública junto à Junta de Recursos Tributários será exercida pelo Procurador Municipal, na forma em que dispuser o regimento interno.

CAPÍTULO III - DO PROCESSO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

SEÇÃO I - DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO CONTENCIOSO

Art. 133 - Instaura-se o contencioso administrativo fiscal:

I. Pela impugnação tempestiva contra lançamento de crédito tributário de natureza contenciosa;

II. Pela impugnação tempestiva de indeferimento de restituição de quantia indevidamente paga a título de tributo e de outras pretensões definidas em regulamento;

III. Pela reclamação tempestiva contra ato declaratório de intempestividade de impugnação;

IV. Pela impugnação tempestiva contra ato ou procedimento administrativo.

Art. 134 - Põe fim ao contencioso administrativo fiscal:

I. A decisão irrecurável para ambas as partes;

II. O término do prazo, sem interposição de recurso;

III. O indeferimento liminar de recurso;

IV. A desistência de impugnação, reclamação ou recurso;

V. O ingresso em juízo, antes de proferida ou de tornada irrecurável a decisão administrativa.

Art. 135 - Constitui crédito tributário de natureza não contenciosa o resultante:

I. De Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - incidente sobre prestação de escriturada em livro próprio ou declarada ao Fisco em documento instituído em regulamento para esta finalidade;

II. De tributo de competência do Município, apurado em decorrência de escrituração em livro fiscal adotado pelo contribuinte ou por responsável ou formalmente declarado ao Fisco;

III. Do descumprimento de obrigação acessória, pela falta de entrega de documento destinado a informar ao Fisco a apuração do ISSQN.

Art. 136 - Considera-se também declarado ao Fisco o valor do ISSQN destacado:

I. Em documento fiscal, nos casos em que o contribuinte esteja dispensado de escrituração;

II. Em documento fiscal não registrado em livro próprio por contribuinte do imposto obrigado à escrituração fiscal.

Art. 137 - O pedido de parcelamento, bem como o pagamento de crédito tributário implicam o reconhecimento do crédito, excluem a possibilidade de apresentação de recursos, inclusive impugnação, e importam a desistência dos já interpostos.

Art. 138 - A impugnação será protocolizada junto ao Órgão Competente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação do ato ou do procedimento administrativo que lhe der origem.

Art. 139 - A impugnação tempestiva suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Art. 140 - Na impugnação será alegada, de uma só vez, a matéria relacionada com a situação fiscal de que decorreu o lançamento.

Art. 141 - Recebida e autuada a impugnação, com os documentos que a instruem, a repartição fazendária competente providenciará manifestação fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias contados do seu recebimento.

§1º Havendo reformulação do crédito tributário, será aberto ao sujeito passivo o prazo de dez dias para pagamento com os mesmos percentuais de redução de multas aplicáveis no prazo de

trinta dias do recebimento do auto de infração.

§2º Após a manifestação fiscal, mantido o feito, parcial ou total, o PTA será encaminhado ao Órgão Julgador da 1ª Instância para exarar a decisão.

SEÇÃO II - DA REVELIA

Art. 142 - Findo o prazo de trinta dias da intimação ao contribuinte ou ao responsável, sem pagamento do débito nem apresentação de defesa, o funcionário responsável, nos dez dias subsequentes, providenciará:

I. Certidão do não-recolhimento do débito e da inexistência de defesa;

II. Lavratura do termo de revelia e instrução definitiva do PTA;

III. Apresentação dos autos à autoridade competente, para os fins de direito.

Parágrafo Único. A revelia importa reconhecimento do crédito tributário, cabendo à autoridade competente:

I. Exarar o despacho de aprovação ou cancelamento do AI;

II. Providenciar o encaminhamento do PTA para inscrição em dívida ativa.

CAPÍTULO IV - DOS RECURSOS CONTRA DECISÕES DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SEÇÃO I - DO RECURSO VOLUNTÁRIO

Art. 143 - Da decisão de primeira instância, caberá recurso voluntário à Junta de Recursos Tributários, interposto no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência da decisão, pelo autuado ou reclamante.

Art. 144 - É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versarem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

Art. 145 - O recurso voluntário será endereçado para a mesma autoridade administrativa que procedeu ao primeiro julgamento do feito e que, por seu turno, se manifestar nos autos, podendo ou não exercer o juízo de retratação, ocasião em que deverá encaminhar os autos à Junta de Recursos Tributários, a fim de que mantenha ou reforme total ou parcialmente a decisão terminativa.

Art. 146 - O recurso será apresentado com os fundamentos de cabimento e as razões de mérito.

Parágrafo Único. Interposto o recurso, após o atendimento ao contraditório, o recurso será distribuído a membro da Junta de Recursos Tributário se incluído em pauta de julgamento.

CAPÍTULO V - DO PROCESSO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

SEÇÃO I - DO JULGAMENTO

Art. 147 - Encerrada a fase de primeira instância, o PTA será incluído em pauta de julgamento, que será publicada com antecedência de dez dias úteis contados da realização de sessão, tendo vista dos autos, nos prazos previstos no regulamento, o sujeito passivo, a Procuradoria Municipal, o relator e o revisor.

Art. 148 - Na sessão de julgamento, a questão preliminar será decidida previamente, entrando-se na discussão e no julgamento da matéria principal, se rejeitada aquela ou se não houver incompatibilidade com a apreciação do mérito.

Art. 149 - Das decisões da Junta de Recursos Tributários cabem os seguintes recursos, ao Pleno:

I. Pedido de reconsideração;

II. Recurso de revista;

III. Recurso de ofício, quando a decisão da Junta de Recursos Tributários resultar de voto de qualidade do Presidente desfavorável à Fazenda Pública Municipal.

Art. 150 - Não ensejará recurso de ofício a decisão tomada pelo voto de qualidade, relativo

I. Questão preliminar;
II. Concessão de dedução de parcela escriturada ou paga após a ação fiscal.

Art. 151 - A petição do recurso de revista será instruída com cópia ou indicação precisa da decisão divergente, sob pena de ser declarado inepto.

Parágrafo Único. Não será conhecido recurso de revista que versar sobre questão iterativamente decidida pela Junta de Recursos Tributários solucionados em decorrência de ato inornativo.

Art. 152 - O recurso dirigido ao Pleno, para julgamento, será apresentado com os fundamentos de cabimento e as razões de mérito.

Parágrafo Único. Interposto o recurso, após o atendimento ao contraditório, o recurso será distribuído a membro do Pleno e incluído em pauta de julgamento.

Art. 153 - O Pleno decide por acórdão, salvo expressa disposição de regulamento, e só funciona quando presente à maioria de seus membros.

Parágrafo Único. O acórdão será redigido pelo relator, salvo se vencido, hipótese em que o Presidente designará um dos membros cujo voto tenha sido vencedor, preferencialmente o revisor, para fazê-lo.

Art. 154 - Nas sessões de julgamento do Pleno, o Presidente da Junta de Recursos Tributários tem, além do voto ordinário, o de qualidade, no caso de empate.

SEÇÃO II - DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 155 - Das decisões não unânimes da Câmara caberá Pedido de Reconsideração, com efeito suspensivo, a ser apresentado no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação do acórdão.

Art. 156 - O Pedido de Reconsideração prejudicará:

I. O Recurso de Revista, se ambos forem interpostos pela mesma parte;

II. O Recurso de Ofício, se o Pedido de Reconsideração for interposto pela Fazenda Pública Municipal.

Art. 157 - Não conhecido o Pedido de Reconsideração, o prazo para a interposição do Recurso de Revista é de 5 (cinco) dias, a contar da publicação da decisão do pedido de reconsideração.

SEÇÃO III - DO RECURSO DE REVISTA

Art. 158 - Caberá Recurso de Revista quando a decisão divergir de acórdão já proferido pela Junta, quanto à aplicação da legislação tributária.

§1º A petição do Recurso de Revista, além das razões de mérito, deverá ser instruída com cópia ou indicação precisa do acórdão divergente.

§2º O Recurso de Revista será interposto no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação do acórdão de que se recorre.

Art. 159 - O Recurso de Revista devolve ao Pleno apenas o conhecimento da matéria objeto da divergência.

Art. 160 - O Recurso de Revista não será conhecido quando versar sobre questão iterativamente decidida pela Junta à qual tenha sido atribuída eficácia normativa.

CAPÍTULO VI - DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES FISCAIS

Art. 161 - As decisões definitivas serão cumpridas:

I. Pela notificação ao contribuinte, para no prazo de 10 (dez) dias, satisfazer ao pagamento do valor da condenação;

II. Pela notificação do contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente como tributo ou multa;

III. Pela notificação ao contribuinte para vir receber ou, quando for o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias;

IV. Pela liberação das mercadorias apreendidas e depositadas, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação, nos termos desta lei;

V. Pela imediata inscrição, como dívida ativa, a remessa da certidão a cobrança executiva dos débitos a que se referem os números I, III e IV, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

LIVRO TERCEIRO - DOS IMPOSTOS

TÍTULO I - DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA IPTU

CAPÍTULO I - DO FATO GERADOR

Art. 162 - O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel urbano por natureza ou acesso físico, como definido na Lei Civil.

§1º Imóvel urbano é aquele de utilização urbana, qualquer que seja a sua localização.

§2º Entende-se como utilização urbana o uso do imóvel com fins urbanos, uso este que não se enquadrar na definição de imóvel rural, definido no Art. 4º, I da Lei Federal 4504/64.

Art. 163 - Considera-se ocorrido o fato gerador do IPTU no dia 1º (primeiro) de janeiro de cada exercício financeiro.

CAPÍTULO II - DA INCIDÊNCIA

Art. 164 - A incidência do Imposto independe do cumprimento de qualquer exigência legal, regulamentar ou administrativa, sem prejuízo das penalidades cabíveis e do cumprimento das obrigações acessórias.

CAPÍTULO III - DO CONTRIBUINTE E DOS RESPONSÁVEIS

Art. 165 - Contribuinte do Imposto é o proprietário do imóvel, o titular do domínio útil ou seu possuidor.

Art. 166 - É responsável pelo pagamento do IPTU:

I. O adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

II. O sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

III. O espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até data da abertura da sucessão.

Art. 167 - A pessoa jurídica que resultar de fusão, incorporação, cisão ou transformação responde pelo débito das entidades fundidas, incorporadas, cindidas ou transformadas até a data daqueles fatos.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se igualmente no caso de extinção de pessoa jurídica, quando a exploração de suas atividades for continuada por sócio remanescente, ou seu espólio, sob qualquer razão social ou firma individual.

CAPÍTULO IV - DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 168 - A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Art. 169 - O valor venal do imóvel é determinado pelo método avaliativo de mercado e consta da Planta Genérica de Valores, Anexo I.

Art. 170 - O Executivo procederá anualmente a revisão dos valores genéricos de mercado, por meio de avaliação dos imóveis, para adequação da Planta Genérica de Valores.

§1º O valor venal de que trata o artigo, será atribuído ao imóvel para o dia 1º (primeiro) de janeiro do exercício a que se referir o lançamento.

§2º Para efeitos de minorar o impacto financeiro sobre o Contribuinte, em razão da defasagem da Base de Cálculo em vigor no Município, a atualização da Planta Genérica, procedida pelo atual estudo, disposto

no Anexo Único, obedecerá o seguinte critério de aplicação:

I. 70% da Base de Cálculo apurada na Planta para o ano de 2023.

II. 75 % da Base de Cálculo apurada na Planta para o ano de 2024.

III. 80 % da Base de Cálculo apurada na Planta para ano de 2025.

IV. 85% da Base de Cálculo apurada na Planta para ano de 2026

V. 90 % da Base de Cálculo apurada na Planta para ano de 2027

VI. 95% da Base de Cálculo apurada na Planta para ano de 2028

VII. 100 % da Base de Cálculo apurada na Planta para o ano de 2029.

Art. 171 - A avaliação dos imóveis é procedida através do Mapa de Valores Genéricos, que contém a listagem ou Planta de Valores de Terrenos, a Tabela de Preços de Construção, se for o caso, o fator específico de correção que impliquem em depreciação ou valorização do imóvel.

Art. 172 - A listagem ou planta de valores de terrenos e a tabela de preços de construção fixam respectivamente os valores unitários do metro quadrado de terreno e do metro quadrado de construção que serão atribuídos:

I. A lotes, a quadras, a face de quadras, a logradouros ou as regiões determinadas, relativamente aos terrenos;

II. A cada um dos padrões previstos para os tipos de edificação e indicados na Tabela de Preços de Construção, relativamente às construções.

Art. 173 - O valor venal do terreno resultará da multiplicação de sua área total pelo correspondente valor unitário de metro quadrado de terreno e pelos fatores de correção, previstos no Mapa de valores genéricos, aplicáveis conforme as características do terreno, na forma do Anexo I.

Art. 174 - No cálculo do valor venal do terreno no qual existe prédio com condomínio, será considerada a fração ideal correspondente a cada unidade autônoma.

Art. 175 - O valor unitário do metro quadrado de construção será obtido pelo enquadramento da edificação em um dos tipos de padrões previstos na Tabela de Preços de Construção do Anexo I, que são fixados conforme as características predominantes da construção de maior área.

Art. 176 - O valor venal da construção resultará da multiplicação da área total edificada pelo valor unitário de metro quadrado de construção.

Art. 177 - A área total edificada será obtida através da medição dos contornos externos das paredes ou no caso de pilotis, a projeção do andar superior ou da cobertura, computando-se também a superfície das sacadas, cobertas ou descobertas de cada pavimento.

§1º Os porões, terraços, telheiros, mezaninos e piscinas serão computados na área construída, observada redução de 70% (setenta por cento) do valor do metro quadrado da construção.

§2º No caso de coberturas de postos de serviços e semelhantes, será considerada como área construída a sua projeção sobre o terreno.

§3º No cálculo da área total edificada das unidades autônomas de prédios em condomínios, será acrescentada à área privativa de cada unidade a parte correspondente das áreas comuns em função de sua quota-parte.

Art. 178 - Para efeitos desta Lei as obras paralisadas ou em andamento, desde que não habitadas, as edificações condenadas ou em ruínas e as construções de natureza temporária não serão consideradas como área edificada.

Parágrafo Único. Caso as

edificações condenadas ou em ruínas estejam cadastradas no Município, o cadastro no caput só se aplicará a partir da comunicação do Contribuinte e/ou da verificação do setor competente e envio de memorando ao setor de cadastro.

Art. 179 - O valor venal do imóvel construído será apurado pela soma do valor do terreno com o valor da construção, calculados na forma desta lei.

Art. 180 - Os dados cadastrais do imóvel serão mensurados pela autoridade competente, ou sua coleta for impedida ou dificultada pelo sujeito passivo.

Art. 181 - Os proprietários de loteamentos, aprovados na forma da lei, terão direito a isenção do valor do IPTU sobre os lotes individualizados, durante o prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da aprovação do mesmo.

§1º O benefício só será concedido se o imóvel não tiver sido vendido ou compromissado por instrumento particular, tendo, os responsáveis pelo loteamento ou condomínio, total responsabilidade pelas informações fornecidas à Secretaria Municipal de Fazenda para a apuração do benefício em questão, sob pena de cassação, no caso de irregularidade.

§2º Caso o loteador ou sucessor não cumpra o estabelecido no Art. 189 desta lei, a isenção será cancelada.

Art. 182 - As alíquotas do IPTU são as constantes do Anexo I desta Lei.

Parágrafo Único. As alíquotas do IPTU mencionadas neste artigo são aplicadas de conformidade com o artigo 156, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 183 - O contribuinte poderá requerer, a qualquer tempo, a revisão cadastral do imóvel, quanto à área edificada, sua categoria e padrão construtivo, para fins de apuração do valor venal da edificação, mediante preenchimento de formulário específico.

§1º Para efeitos de revisão do lançamento do IPTU do exercício em curso, o requerimento, devidamente instruído, deverá ser protocolado em até 30 (trinta) dias, contados da data de lançamento do tributo.

§2º O requerimento será autuado e seguirá o trâmite de Processo Tributário Administrativo nos termos do art. 104 e seguintes do Código Tributário Municipal.

§3º O requerimento será enviado para a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, que emitirá parecer fundamentado, sugerindo o deferimento ou indeferimento da revisão do valor venal.

§4º Caso haja necessidade de medição, o Fiscal Tributário emitirá memorando ao Fiscal de Posturas e ou Obras solicitando a medição necessária.

§5º O requerimento deverá ser analisado pelo Fiscal Tributário, e em caso de não concordância do Contribuinte, cabe recurso à Junta de Recursos Tributários.

§6º Ao recurso de que trata o §5º deste artigo deverá obrigatoriamente ser anexado laudo técnico de avaliação do imóvel devendo estar assinado por profissional habilitado em um dos seguintes conselhos:

I. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais - CREA, devendo ser anexada cópia da guia de recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica - A.R.T.;

II. Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de Minas Gerais - CRECI, devendo constar o nome e o número de registro do corretor responsável pela avaliação.

CAPÍTULO V - DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Art. 184 - Serão obrigatoriamente inscritos no Cadastro Imobiliário os imóveis situados na zona urbana do Município e os imóveis com destinação

urbana situados em qualquer localização, ainda que sejam beneficiados com isenções ou imunidades relativamente ao imposto.

Art. 185 - É obrigado a promover a inscrição dos imóveis no Cadastro Imobiliário, na forma prevista em regulamento:

I. O proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor;

II. O inventariante, síndico, liquidante ou sucessor, em se tratando de espólio, massa falida ou sociedades em liquidação ou sucessão;

III. O titular da posse ou propriedade de imóvel que goze de imunidade ou isenção;

IV. O loteador, quando da aprovação e registro do loteamento.

Art. 186 - O prazo para inscrição no Cadastro Imobiliário é de 30 (trinta) dias contados da data da expedição do documento hábil.

§1º Os loteamentos aprovados pelo Município serão automaticamente cadastrados, independentemente de registro.

§2º Não sendo realizada a inscrição dentro do prazo estabelecido, o órgão fazendário competente deverá promovê-lo de ofício.

Art. 187 - O órgão fazendário competente poderá intimar o obrigado a prestar informações necessárias à inscrição, as quais serão fornecidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação.

Parágrafo Único. Não sendo fornecidas as informações no prazo estabelecido, o órgão fazendário competente, valendo-se dos elementos de que dispuser, promoverá a inscrição.

Art. 188 - As pessoas nomeadas no Artigo 185, são obrigadas:

I. A informar ao Cadastro Imobiliário qualquer alteração na situação do imóvel, como parcelamento, desmembramento, remembramento, fusão, demarcação, divisão, ampliação, medição judicial definitiva, reconstrução ou reforma ou qualquer outra ocorrência que possa afetar o valor do imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias contados da alteração ou da intimação;

II. A exibir os documentos necessários à inscrição ou atualização cadastral, previstos em regulamento, bem como a dar todas as informações solicitadas pelo Fisco no prazo constante da intimação que não será inferior a 10 (dez) dias;

III. A franquear ao agente do Fisco, devidamente credenciado, o acesso às dependências do imóvel para vistoria fiscal;

IV. Informar endereço para cobrança e/ou entrega de correspondências, no caso de lotes vagos.

Art. 189 - Os responsáveis por loteamento, bem como os incorporadores, ficam obrigados a fornecer, ao Cadastro Imobiliário, a relação dos imóveis que no ano anterior tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o adquirente, seu endereço, CPF ou CNPJ, dados relativos à situação do imóvel alienado e valor da transação, sem prejuízo de sua coobrigação.

Parágrafo Único As informações devem ser obrigatoriamente enviadas até o décimo dia útil do ano, sob pena de multa de 10 UFM.

Art. 190 - As pessoas físicas ou jurídicas que gozem de isenção ou imunidade ficam obrigadas a apresentar à Prefeitura o documento pertinente à venda de imóvel de sua propriedade, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da expedição do documento.

Art. 191 - Nenhum processo cujo objeto seja a concessão de Baixa ou Habite-se, modificação ou subdivisão de terreno, será arquivado antes de sua remessa ao Setor responsável de cadastro da Secretaria de Fazenda, para fins de atualização do Cadastro Imobiliário, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 192 - Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, da inscrição deverá constar tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes, dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

Art. 193 - Para fins de inscrição no Cadastro Imobiliário, considera-se situado o imóvel no logradouro correspondente à sua frente efetiva.

§1º No caso de imóvel não construído, com duas ou mais esquinas ou de duas ou mais frentes, será considerado o logradouro relativo à frente indicada no título de propriedade ou na falta deste, o logradouro que confira ao imóvel maior valorização.

§2º No caso de imóvel construído em terreno com as características do parágrafo anterior, que possua duas ou mais frentes, será considerado o logradouro correspondente à frente principal e, na impossibilidade de determiná-la, o logradouro que confira ao imóvel maior valor.

§3º No caso de terreno interno, será considerado o logradouro que lhe dá acesso ou, havendo mais de um logradouro de acesso, aquele a que haja sido atribuído maior valor.

§4º No caso de terreno encravado, será considerado logradouro correspondente à servidão de passagem.

CAPÍTULO VI - DO LANÇAMENTO

Art. 194 - O lançamento do IPTU será anual e deverá ter em conta a situação fática do imóvel existente direta e indiretamente com a propriedade ou posse do imóvel existente à época da ocorrência do fato gerador.

Parágrafo Único. Poderão ser lançados e cobrados com o IPTU as taxas e contribuições que se relacionem diretamente com a propriedade ou posse do imóvel, desde que em guias separadas.

Art. 195 - O lançamento será feito de ofício com base nas informações e dados levantados pelo órgão competente ou em decorrência dos processos de Baixa e Habite-se, modificação ou subdivisão do terreno, ou, ainda tendo em conta as declarações do sujeito passivo e terceiros, na forma e prazos previstos em regulamento.

Parágrafo Único. Sempre que julgar necessário à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo não inferior a 10 (dez) dias contados da data de cientificação, prestar declarações sobre a situação do imóvel com base nas quais poderá ser lançado o imposto.

Art. 196 - Antes de extinto o direito da Fazenda Pública Municipal, o lançamento poderá ser revisto, de ofício, quando:

I. Existir omissão, erro, dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele, ou quando o lançamento tenha se baseado em dados cadastrais ou declarações que sejam falsos ou inexatos;

II. Dever ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior;

III. Se comprovar que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou ou omissão pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

Art. 197 - O IPTU será lançado em nome de quem constar o imóvel no Cadastro Imobiliário.

§1º No caso de condomínio indiviso, o lançamento será feito em nome de um ou de todos os condôminos.

§2º Quando se tratar de condomínio de unidades imobiliárias autônomas, o lançamento será feito individualmente, em nome de cada condômino.

CAPÍTULO VII - DOS PRAZOS

Art. 198 - O recolhimento do IPTU será feito dentro do prazo e forma estabelecidos em regu-

lamente.

Art. 199 - O executivo através de Decreto, poderá:

I. Conceder descontos, de até 10% (dez por cento) pelo pagamento antecipado do IPTU;

II. Autorizar o pagamento do IPTU em parcelas mensais, até o máximo de 08 (oito);

III. Conceder desconto, de até 5% para os contribuintes que estiverem regulares com o recolhimento do IPTU nos exercícios anteriores, desde que o pagamento seja efetuado até a data do pagamento antecipado do exercício em vigor.

Art. 200 - O pagamento de parcela após o vencimento e dentro do exercício a que se referir o lançamento acarretará a incidência de correção monetária, juros e de multa previstas nesta Lei.

CAPÍTULO VIII - DAS ISENÇÕES

Art. 201 - Estão isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU os contribuintes portadores das doenças graves e desde que preenchidos os requisitos elencados nesta lei.

Parágrafo Único. Para fins da isenção de que trata o caput, entende-se por doença grave as seguintes patologias:

I. Cegueira;

II. Estados avançados de doença de Paget (osteíte deformante);

III. Paralisia irreversível e incapacitante;

IV. Cardiopatia grave;

V. Esclerose múltipla;

VI. Hanseníase;

VII. Tuberculose ativa;

VIII. Nefropatia grave;

IX. Contaminação por radiação, com base em conclusão de medicina especializada;

X. Síndrome de imunodeficiência adquirida;

XI. Fibrose cística (mucoviscidose);

XII. Doença de Parkinson;

XIII. Neoplasia maligna;

XIV. Espondilartrose anquilosante;

XV. Hepatopatia grave;

Art. 202 - A isenção de que trata o Art. 201 será concedida somente para um único imóvel e desde que seja a residência do contribuinte que se encaixa na descrição desta lei.

Art. 203 - O requerimento de concessão da isenção deve vir obrigatoriamente instruído com os seguintes documentos:

a. Comprovante de propriedade, posse ou domínio útil do imóvel em nome do requerente, com a apresentação do Registro Geral do imóvel (matrícula) atualizado, emitido em até 60 dias da data do protocolo, ou na sua falta, conta de luz ou conta de água.

b. Cópia dos documentos pessoais do requerente, tais como CPF e CI.

c. Declaração firmada pelo (a) requerente de que o imóvel é utilizado como sua residência efetiva, apresentando também conta de energia elétrica ou água.

d. Comprovar a doença grave ou deficiência através da apresentação de laudo pericial, emitido por médico com inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM na especialidade da enfermidade atestada e que seja médico do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme modelo constante do Anexo V.

e. Comprovação de ser o cônjuge ou responsável legal, quando couber.

f. Eventuais documentos que se fizerem necessários, conforme regulamento.

Art. 204 - O pedido de isenção deverá ser efetuado até último dia útil antes do vencimento da primeira parcela ou da cota única do IPTU para concessão do benefício a partir do exercício em questão, devendo ser renovado:

I. Nos casos de doenças passíveis de controle, a isenção acompanha a validade do laudo médico;

II. Nos casos de doenças não

passíveis de controle, o laudo médico deverá ser renovado a cada 5 (cinco) anos, a contar da data do primeiro requerimento.

Parágrafo Único. O benefício cessará finda a doença grave ou com a morte do contribuinte.

Art. 205 - Os requerimentos de isenção deverão ser formalizados através de processo administrativo.

§1º Compete ao Fiscal Tributário apreciar e deliberar sobre a solicitação de isenção, com base na documentação apresentada pelo solicitante.

§2º Poderá ser realizada a vistoria com o objetivo de aferir a veracidade da situação declarada pelo solicitante, com respectiva elaboração de laudo, sempre que o Fiscal Tributário entender necessário.

§3º Não será concedida isenção ao contribuinte que negar ou dificultar a obtenção das informações sobre a situação declarada.

Art. 206 - São isentos também do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU:

I. Os imóveis cedidos gratuitamente em sua totalidade, mediante convênio para uso exclusivo da União, Estados e Município;

II. As associações de moradores de bairros devidamente constituídas;

III. Os imóveis utilizados pelas entidades de assistência social e de saúde sem fins lucrativos para o desenvolvimento de suas atividades;

IV. Associação desportiva licenciada, quando o imóvel for utilizada efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais;

V. Imóveis residenciais com área edificada até 70m², cujo proprietário não possua outro imóvel, localizados na Zona Fiscal 10.

VI. Os imóveis atingidos pelas enchentes, no ano posterior ao ocorrido, desde que o imóvel tenha ficado impossibilitado de habitação por prazo superior a 30 dias ou tenha sofrido danos físicos nas suas instalações elétricas ou hidráulicas decorrentes da invasão das águas.

VII. Os imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico-cultural desde que mantenham as condições/características de tombamento.

§1º As isenções serão concedidas após o requerimento ter sido protocolado no setor de protocolo do Município e ser verificado pela repartição competente que o requerente preenche os requisitos previstos neste artigo.

§2º Os sujeitos passivos que tiverem seus requerimentos de isenção indeferidos terão o prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação do indeferimento para efetuarem o recolhimento, sem acréscimos, da parcela única ou da primeira parcela do imposto, gozando ainda do benefício do desconto, desde que a data do protocolo do requerimento seja anterior à fixada para a concessão do benefício.

§3º Para ser beneficiado com a isenção descrita no inciso VI, o imóvel deve estar localizado na área considerada alagada pela Defesa Civil, por meio de relatório e o contribuinte deve provar por meio de documentos os danos sofridos e/ou a estadia fora do imóvel por prazo superior a 30 dias.

CAPÍTULO VIII - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I - EFEITOS DO NÃO PAGAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 207 - Sem prejuízo das demais medidas administrativas e judiciais cabíveis, a falta ou atraso no pagamento do imposto implicará na cobrança dos seguintes acréscimos:

I. Multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos) por dia, sobre o valor do crédito devido e não pago, ou pago a menor, atualizado monetariamente, a partir do dia imediatamente seguinte ao limite de 20% (vinte por cento).

II. Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o valor do crédito devido e não pago, ou pago a menor, atualizado monetariamente, a partir do mês imediatamente seguinte ao de seu vencimento, considerado como mês completo qualquer fração dele.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo contribuinte, dentro do prazo legal para pagamento do imposto.

Art. 208 - O crédito tributário não pago no seu vencimento será corrigido monetariamente, mediante aplicação de coeficientes de atualização, nos termos desta lei, desde o seu vencimento até a data de sua efetiva liquidação.

§1º A atualização monetária incidirá sobre o valor integral do crédito tributário, neste computada a multa moratória.

§2º Ajuizada a dívida, serão devidos, também, e honorários advocatícios, nos termos da legislação própria.

Art. 209 - Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recebimento de débitos fiscais, inclusive os inscritos em dívida ativa com dispensa de multa, juros de mora e da correção monetária.

Art. 210 - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância do disposto no artigo 209, é o funcionário responsável obrigado além da pena disciplinar a que estiver sujeito e a recolher aos cofres Municipais o valor da multa, dos juros de mora e da correção monetária que houver dispensado.

SEÇÃO II - INFRAÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL

Art. 211 - O descumprimento da obrigação tributária principal, instituída pela legislação do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU fica sujeito a multa de 60% (sessenta por cento) sobre o valor atualizado do imposto devido e não pago, ou pago a menor, quando verificado o emprego, pelo sujeito passivo ou por terceiro, em benefício daquele, de olo ou simulação, com o intuito de escusar-se do cumprimento, parcial ou total, da obrigação.

Art. 212 - Salvo prova inequívoca feita em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias:

I. Contradição evidente entre documentos e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais;

II. Manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentos no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;

III. Remessa de informes ou comunicações falsas ao Fisco, com respeito aos fatos tributários e à base de cálculo de obrigações tributárias;

IV. Omissão de lançamento nas declarações ou guias, de bens e atividades que constituam fatos impositivos de obrigações tributárias.

SEÇÃO III - INFRAÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA

Art. 213 - As infrações às normas estabelecidas nesta lei e pelo Regulamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, sujeitam o infrator às seguintes penalidades:

I - infrações relativas a documentos:

a) adulteração, vício ou falsificação de documento; utilização de documento falso: multa de 2 UFM, para cada documento utilizado, independente do seu valor;

b) não colocação à disposição da autoridade fiscalizadora de

documentos: multa de 1 UFM, para cada documento solicitado; ou;

c) não apresentação de documentos, quando exigidos pela fiscalização: multa de 1 UFM, para cada documento solicitado e não apresentado;

II - infrações relativas à inscrição no cadastro imobiliário, à alteração cadastral e a outras informações cadastrais:

a) falta de inscrição no cadastro imobiliário, no prazo legal, por pessoas jurídica ou equiparada: multa de 1 UFM;

b) falta de inscrição no cadastro imobiliário, no prazo legal, por pessoa física: multa de 0,5 UFM,

c) falta de comunicação, no prazo legal de mudança de endereço de correspondência, multa de 0,5 UFM;

d) falta de comunicação de qualquer modificação ocorrida, relativamente aos dados do documento de informação cadastral: multa de 1 UFM,

e) prestação de informação falsa em documento de informação cadastral: multa de 2 UFM,

f) não entrega de formulário de informação quando exigido pela legislação: multa de 0,5 UFM, por documento não entregue.

III - Não prestação de informações à fiscalização, quando obrigado por disposição legal: multa de 1 UFM.

§1º A aplicação das penalidades previstas nesse artigo, será feita sem prejuízo da exigência do imposto em auto de infração e imposição de multa e das providências necessárias à instauração da ação penal quando cabível, inclusive por crime de desobediência.

§2º Ressalvados os casos expressamente previstos, a imposição de multa para uma infração não exclui a aplicação de penalidade fixada para outra, acaso verificada, nem a adoção das demais medidas fiscais cabíveis.

Art. 214 - Não havendo outra importância expressamente determinada, as infrações à legislação do IPTU devem ser punidas com de multa de 2 UFM.

Art. 215 - No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que arroladas no mesmo dispositivo legal.

§1º As multas por infrações às normas estabelecidas nesta lei serão dobradas a cada reincidência.

§2º Considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo, pela mesma pessoa física ou jurídica, depois de transitada em julgado a decisão administrativa referente à infração anterior.

§3º Não será considerada reincidência a repetição de fato decorrido após 02 (dois) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte à aplicação da penalidade.

Art. 216 - A imposição de penalidade administrativa, por infração a dispositivo desta lei, não ilide a responsabilidade criminal do infrator, inclusive para os casos de desacato e desobediência, devendo-se noticiar às autoridades competentes qualquer fato que constitua ilícito penal, sempre que possível, acompanhada das provas do delito.

Art. 217 - O contribuinte que procurar a repartição fiscal, antes de qualquer procedimento do fisco, para sanar irregularidades relacionadas com o cumprimento de obrigação pertinente ao imposto, fica a salvo das penalidades punitivas previstas, desde que a irregularidade na obrigação principal ou acessória seja sanada.

Art. 218 - Tratando-se de infração que implique falta de pagamento do imposto, aplicam-se às disposições dos artigos 207 e 211 desta Lei.

TÍTULO II - DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS POR ATO

documentos: multa de 1 UFM, para cada documento solicitado; ou;

c) não apresentação de documentos, quando exigidos pela fiscalização: multa de 1 UFM, para cada documento solicitado e não apresentado;

II - infrações relativas à inscrição no cadastro imobiliário, à alteração cadastral e a outras informações cadastrais:

a) falta de inscrição no cadastro imobiliário, no prazo legal, por pessoas jurídica ou equiparada: multa de 1 UFM;

b) falta de inscrição no cadastro imobiliário, no prazo legal, por pessoa física: multa de 0,5 UFM,

c) falta de comunicação, no prazo legal de mudança de endereço de correspondência, multa de 0,5 UFM;

d) falta de comunicação de qualquer modificação ocorrida, relativamente aos dados do documento de informação cadastral: multa de 1 UFM,

e) prestação de informação falsa em documento de informação cadastral: multa de 2 UFM,

f) não entrega de formulário de informação quando exigido pela legislação: multa de 0,5 UFM, por documento não entregue.

III - Não prestação de informações à fiscalização, quando obrigado por disposição legal: multa de 1 UFM.

§1º A aplicação das penalidades previstas nesse artigo, será feita sem prejuízo da exigência do imposto em auto de infração e imposição de multa e das providências necessárias à instauração da ação penal quando cabível, inclusive por crime de desobediência.

§2º Ressalvados os casos expressamente previstos, a imposição de multa para uma infração não exclui a aplicação de penalidade fixada para outra, acaso verificada, nem a adoção das demais medidas fiscais cabíveis.

Art. 214 - Não havendo outra importância expressamente determinada, as infrações à legislação do IPTU devem ser punidas com de multa de 2 UFM.

Art. 215 - No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que arroladas no mesmo dispositivo legal.

§1º As multas por infrações às normas estabelecidas nesta lei serão dobradas a cada reincidência.

§2º Considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo, pela mesma pessoa física ou jurídica, depois de transitada em julgado a decisão administrativa referente à infração anterior.

§3º Não será considerada reincidência a repetição de fato decorrido após 02 (dois) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte à aplicação da penalidade.

Art. 216 - A imposição de penalidade administrativa, por infração a dispositivo desta lei, não ilide a responsabilidade criminal do infrator, inclusive para os casos de desacato e desobediência, devendo-se noticiar às autoridades competentes qualquer fato que constitua ilícito penal, sempre que possível, acompanhada das provas do delito.

Art. 217 - O contribuinte que procurar a repartição fiscal, antes de qualquer procedimento do fisco, para sanar irregularidades relacionadas com o cumprimento de obrigação pertinente ao imposto, fica a salvo das penalidades punitivas previstas, desde que a irregularidade na obrigação principal ou acessória seja sanada.

Art. 218 - Tratando-se de infração que implique falta de pagamento do imposto, aplicam-se às disposições dos artigos 207 e 211 desta Lei.

ONEROSO INTER VIVOS - ITBI

CAPÍTULO I - O FATO GERADOR E DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

Art. 219 - O imposto sobre a transmissão de bens imóveis - ITBI incide sobre a transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Art. 220 - Incluem-se na hipótese de incidência do imposto quaisquer atos onerosos translativos ou constitutivos de direitos reais sobre imóveis, como definidos na lei civil, dentre os quais:

I - Compra e venda;

II - Doação em pagamento;

III - Permuta;

IV - Instituição de usufruto, uso e enfiteuse;

V - Arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça, bem como as respectivas cessões de direitos;

VI - Transferência de bem imóvel ou direito real sobre imóvel ao patrimônio de pessoa jurídica para pagamento de capital, na parte do valor do imóvel não utilizada na realização do capital;

VII - Reposições onerosas que ocorram:

a) referentemente aos imóveis que, na divisão de patrimônio comum ou partilha, forem atribuídos a um dos cônjuges separados ou divorciados, ao cônjuge supérstite ou a qualquer herdeiro;

b) nas divisões para extinção de condomínio de bens imóveis, quando qualquer condômino receber quota-parte cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal.

VIII - Na instituição, translação, cessão ou extinção do direito de superfície;

IX - Cessão de direito à herança ou legado de bens imóveis ou de direitos a eles relativos;

X - Cessão dos direitos de opção de venda, desde que o optante tenha direito à diferença de preço e não simplesmente à comissão;

XI - Instituição, translação e extinção de qualquer direito real sobre imóvel, exceto os direitos reais de garantia e as servidões;

XII - Todos os demais atos onerosos translativos de imóveis, por natureza ou por acessão física, e de direitos reais sobre imóveis;

Art. 221 - Caberá ao sujeito passivo efetuar o pagamento do imposto por ocasião da lavratura do instrumento de transmissão ou de constituição de direitos reais relativos a imóvel, ainda que o fato impositivo deva, nos termos da lei civil, ocorrer posteriormente, assegurada a restituição da quantia paga, caso não se realize o fato impositivo presumido.

Parágrafo Único. Não cabe restituição do valor pago, uma vez consumado o fato impositivo, independentemente da validade jurídica dos atos praticados ou dos efeitos que, por conta deles ocorram.

Art. 222 - Caberá ao adquirente do imóvel entregar ao Fisco:

I. No prazo de 30 dias, cópia autenticada da escritura pública de compra e venda referente ao imposto declarado;

II. No prazo de 180 dias, cópia autenticada do registro da escritura de compra e venda no cartório de registro de imóveis, referente ao imóvel objeto do imposto declarado.

Art. 223 - Operar-se-á nova incidência do imposto a cada vez que as partes resolverem pela retratação do contrato em que já houver sido celebrado o instrumento respectivo e verificando-se o fato impositivo.

Art. 224 - O imposto não incide:

I. Sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas

em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II. Sobre a transmissão de bens ou direitos aos mesmos alienantes, em decorrência de desincorporação ao patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos;

III. Sobre a transmissão de bem imóvel, quando este retornar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, retrocessão, ou pacto de melhor comprador;

IV. Na aquisição por usucapião.

§1º Para os fins do disposto no inciso I, caracteriza-se a atividade preponderante quando do mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrentes de transações decorrentes de compra e venda de imóveis ou de direitos relativos a imóveis, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§2º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou a menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância levando-se em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§3º O reconhecimento da não incidência, na hipótese do parágrafo anterior, será decidido pela autoridade competente sob condição resolutória.

§4º Verificada a preponderância a que se refere o § 1º, tornar-se-á devido o imposto, sobre o valor do imóvel ou direito a ele relativo, atualizado desde a aquisição.

§5º Não se admite perquirir quanto à preponderância, sendo, de imediato, exigível o imposto, nos casos em que a pessoa jurídica adquirente tiver por objetivo social atividade exclusivamente relacionada à compra e venda de bens ou a direitos relativos a imóveis, a sua locação ou arrendamento mercantil.

CAPÍTULO II - SUJEITO PASSIVO

Art. 225 - São contribuintes do imposto:

I. O adquirente dos bens ou direitos transmitidos;

II. O promitente comprador, nos casos pertinentes;

III. O cessionário, nos contratos de cessão de direitos reais de qualquer natureza;

IV. Subsidiariamente àqueles o alienante dos bens e direitos transmitidos, o promitente vendedor e o cedente de direitos.

Art. 226 - São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto, juntamente com o contribuinte:

I. Os notários, escrivães, oficiais de registros públicos, leiloeiros e demais serventuários e auxiliares da justiça, nos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício, dos quais não forem exigidas das partes:

a. Comprovação do pagamento do imposto, relativa à operação tributável;

b. Atestação de sua não incidência ou desoneração tributária, reconhecida pela repartição encarregada da administração do imposto, na forma em que dispuser o regulamento;

II. O agente financeiro, nas aquisições por ele processadas ou intermediadas, quando não exigir das partes os mesmos comprovantes de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso anterior.

CAPÍTULO III - DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 227 - A base de cálculo do imposto é o valor venal dos

bens ou dos direitos transmitidos, compreendendo-se ainda:

I. Na permuta, o valor de cada qual dos bens ou direitos permutados;

II. Na arrematação judicial ou extrajudicial, na adjudicação e na remição de bens imóveis, o valor do preço pago por lance ou, na sua ausência, o da avaliação.

Parágrafo Único. Não são dedutíveis do valor venal, eventuais dívidas que onerem o imóvel transmitido.

Art. 228 - Para efeito de cálculo do imposto, prevalecerá o valor venal real do imóvel a que corresponda a transmissão, quando os valores declarados no instrumento lhe forem inferiores.

§1º O valor venal real será apurado pelo Fisco e lançado de ofício quando a declaração do contribuinte não mereça fé, a critério da autoridade fiscal.

§2º No caso do parágrafo anterior, o valor venal será obtido mediante instauração de processo administrativo tributário.

§3º A autoridade fiscal poderá, para juntar elementos para o arbitramento, solicitar avaliação do imóvel à Comissão de Avaliação, respeitados os métodos e critérios utilizáveis pelas Normas Brasileiras expedidas pela ABNT.

§4º Exercitam-se do disposto neste artigo, os casos previstos no inciso II do artigo anterior.

Art. 229 - O valor venal estabelecido de conformidade com o artigo anterior será reduzido:

I. Em se tratando de instituição de uso e usufruto, a 1/3 (um terço);

II. No caso de transmissão de outra propriedade, a 2/3 (dois terços);

III. Quando se tratar de instituição de enfiteuse e de transmissão dos direitos do enfiteuta, a 80% (oitenta por cento);

IV. Na hipótese de acessão física pela construção de obras, ao valor da indenização correspondente.

Parágrafo Único. Nos casos dos incisos I e III, consolidada a propriedade plena na pessoa do proprietário, o imposto será calculado sobre o valor do usufruto, uso ou enfiteuse.

Art. 230 - As alíquotas do imposto são:

I. Nas transmissões e cessões por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação - SFH:

a. 0,5% (meio por cento) sobre o valor efetivamente financiado.

b. 2% (dois por cento) sobre o valor restante;

II. Nas demais transmissões e cessões, 2% (dois por cento).

CAPÍTULO IV - DA ARRECADADAÇÃO

Art. 231 - O lançamento do imposto será efetuado com base nos elementos constantes dos instrumentos públicos e particulares de transmissão, conjulgados com os dados do cadastro fiscal imobiliário, das declarações e informações prestadas pelo sujeito passivo e pelo ofício de ofício.

Art. 232 - O imposto será pago:

I. Até a data da lavratura do instrumento público ou particular de transmissão dos bens ou de direitos relativos a imóveis;

II. Dentro de 30 (trinta) dias:

a. Da assinatura da carta de arrematação extrajudicial;

b. Da extração do auto de arrematação, adjudicação ou remição, nos processos judiciais;

c. Da sentença homologatória da partilha dos bens, com desistência do prazo recursal, nos casos de processos de dissolução da sociedade conjugal;

d. Do trânsito em julgado, nas demais transmissões decorrentes de sentença judicial;

e. Da lavratura, por agente financeiro, de instrumento particular a que a lei confira força de escritura pública;

f. Das notificações de diferen-

ças a favor da Fazenda Municipal, motivadas pelo incorreto lançamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana ou pela emissão incorreta de certidão de valor venal.

Art. 233 - O pagamento do imposto será processado exclusivamente por documento de arrecadação próprio, nos moldes, condições e prazo de validade estabelecidos pela repartição encarregada de sua administração e lançamento.

CAPÍTULO V - DOS DEVERES DOS TABELIÃES E OFICIAIS DE REGISTROS PÚBLICOS

Art. 234 - Os tabeliães e oficiais de registro de Imóveis não praticarão quaisquer atos atinentes a seu ofício, em instrumentos públicos ou particulares sem a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias relacionadas à transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos.

Art. 235 - Os tabeliães, escrivães, oficiais de registros públicos e demais serventuários de ofício devem:

I. Franquear às autoridades fiscais o exame, em cartório, dos livros, autos e papéis que interessem à arrecadação e fiscalização do imposto;

II. Fornecer às autoridades fiscais, quando solicitada, certidão dos atos lavrados ou registrados, concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos;

III. Fornecer dados e declarações relacionados ao lançamento ou ao pagamento do imposto.

Parágrafo Único. Sem prejuízo das penalidades cabíveis, será considerado ao juiz correedor competente a não observância, pelos agentes referidos no caput deste artigo, dos deveres instrumentais e obrigações tributárias decorrentes desta lei.

CAPÍTULO VI - INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 236 - Constatada falta de pagamento do imposto por meio de ação fiscal, ou denunciada a falta após seu início, será aplicada contra o infrator multa de 60% (sessenta por cento) sobre o valor atualizado do imposto devido e não pago ou pago a menor.

Art. 237 - Pelo descumprimento de obrigações acessórias relativas ao imposto, serão impostas as seguintes penalidades:

I. Deixar de atender a notificação ou intimação, em procedimento administrativo ou como medida preparatória à sua instauração, após decorrido o prazo nela estabelecido: multa de 1 UFM,

II. Deixar de atender a notificação ou intimação, em procedimento administrativo ou como medida preparatória à sua instauração, ou atendê-la de forma incompleta ou parcial: multa de 1 UFM,

III. Deixar de fornecer informações ou de prestar declarações relacionadas ao lançamento do imposto ou, quando prestadas, fazê-lo de forma incorreta, inexacta ou com omissão de elementos: multa de 1 UFM;

IV. Prestar informações ou fornecer declarações com dados falsos ou fraudulentos ou, ainda, sonegar elementos indispensáveis à apuração do imposto: multa de 0,5 UFM por informação ou declaração falsa prestada, no limite de 3 UFM por ação fiscal;

V. Impedir, dificultar ou provocar qualquer embaraço à ação fiscal: multa de 3 UFM.

Art. 238 - O crédito tributário decorrente desta lei, não pago no seu vencimento, será objeto de atualização monetária, desde o vencimento até a data de sua efetiva extinção, mediante aplicação dos coeficientes estabelecido nesta lei.

Art. 239 - Em caso de falta ou atraso de pagamento de crédito tributário estabelecido na presente lei, incidirão juros e multas de mora, segundo os mesmos parâmetros e índices adotados pela legislação do im-

posto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

Art. 240 - No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas cumulativamente, uma para cada infração, ainda que arroladas no mesmo dispositivo legal.

Art. 241 - A imposição de penalidade administrativa, por infração a dispositivo desta lei, não ilide a responsabilidade criminal do infrator, inclusive para os casos de desacato e desobediência, devendo-se noticiar às autoridades competentes qualquer fato que constitua ilícito penal, acompanhada, sempre que possível, das provas do delito.

TÍTULO III - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

CAPÍTULO I - DA INCIDÊNCIA

Art. 242 - O Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISSQN, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da Lista de Serviços - Tabela do Anexo II, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§2º Ressalvadas as exceções expressas na lista de mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§3º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

Art. 243 - A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 244 - O imposto incide sobre os serviços constantes da Tabela do Anexo II.

Art. 245 - O imposto não incide sobre:

I. As exportações de serviços para o exterior do País;

II. A prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III. O valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito financeiras.

Parágrafo Único. Não se enquadrará no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 246 - O fato gerador do imposto ocorre no momento da prestação do serviço, sendo irrelevantes para sua caracterização:

I. A natureza jurídica da operação de prestação do serviço;

II. A validade jurídica do ato praticado;

III. Os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos;

IV. O Resultado financeiro obtido no exercício da atividade, do pagamento ou não do preço do serviço;

V. Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

VI. Da existência de estabelecimento fixo.

Art. 247 - Quando os serviços de diversões públicas forem prestados mediante a venda de bilhetes, entradas ou ingres-

so de qualquer tipo, presume-se para todos os efeitos legais, ocorrido o fato impositivo no momento de sua chancela na repartição pública, na forma que dispuser o regulamento.

CAPÍTULO II - DA SUJEIÇÃO PASSIVA

SEÇÃO I - DO CONTRIBUINTE

Art. 248 - Contribuinte é o prestador do serviço.

SEÇÃO II - DA RESPONSABILIDADE

Art. 249 - Sem prejuízo das responsabilidades definidas no Código Tributário Nacional são responsáveis pela retenção e pagamento do imposto devido:

I. A pessoa natural ou jurídica que se utilizar de serviços de profissional autônomo, quando não houver, a emissão de nota fiscal;

II. A pessoa física ou jurídica, proprietário, ou locador ou o cedente de locais, dependências ou espaço em bem imóvel, ainda que pertencentes ou comprometidos à sociedades civis sem fins lucrativos, utilizados para a realização de feiras, exposições, bailes, shows, concertos, recitais ou quaisquer outros eventos de diversões públicas.

III. O tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

IV. A pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista constante da Tabela do Anexo II, ainda que na forma de subempreito ou fornecimento de mão de obra;

V. Qualquer pessoa jurídica, privada ou pública, responsável direta pelo estabelecimento em que ocorrer a realização de eventos e ou serviços, shows, espetáculos e diversões públicas em geral que configurem fato gerador de imposto no Município.

VI. Os órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações, nos seguintes casos:

a) Quando da não emissão da Nota Fiscal pelo prestador dos serviços no caso em que esteja obrigado a emití-la por disposição legal;

b) Quando o prestador dos serviços não estiver estabelecido neste Município e prestar os serviços descritos no Art. 260 desta lei;

VII. A pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, nos seguintes casos:

a) Quando da não emissão da Nota Fiscal pelo prestador dos serviços no caso em que esteja obrigado a emití-la por disposição legal;

b) Quando o prestador dos serviços não estiver estabelecido neste Município e prestar os serviços descritos no Art. 260 desta lei;

VIII. A pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese de descumprimento do descrito no caput e no § 1º do Art. 8ºA da Lei Complementar 116/2003, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado;

IX. As credenciadoras ou emissoras de cartões de crédito e débito, pelo imposto devido pelas Bandeiras, de ocorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar.

X. As pessoas referidas nos incisos II ou III do § 9º do art. 260 desta Lei, pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo parágrafo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar.

XI. O prestador do serviço autônomo, inscrito no cadastro de Contribuintes de Tributos Municipais de Cataguases fornecer

a esta Lei Complementar.

XI. O tomador, pessoa jurídica, do serviço de transportes de bens e ou pessoas, dentro do território do Município.

XII. As administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, deverão registrar os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas no local do domicílio do tomador do serviço.

XIII. A empresa concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica, de água ou de telecomunicações.

XIV. A empresa de Plano de Saúde.

SEÇÃO III - DA RESPONSABILIDADE POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 250 - Na condição de substitutos tributários são responsáveis pelo pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN:

I. Os bancos, instituições financeiras e entidades a elas equiparadas, pelos impostos devidos nos seguintes casos:

a) Sobre quaisquer serviços prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município;

b) Quando o prestador dos serviços não estiver estabelecido neste Município e prestar os serviços descritos no Art. 260 desta lei.

SEÇÃO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE RESPONSABILIDADE

Art. 251 - Quando o prestador de serviço inscrito nesse município não emitir ou estiver impedido de emitir documento fiscal próprio autorizado pela Prefeitura Municipal de Cataguases, a fonte pagadora do serviço reterá o montante do imposto devido e recolherá no prazo fixado para seu pagamento.

Art. 252 - O ISSQN deverá ser recolhido pelos responsáveis tributários até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao fato gerador, ficando sujeito, a partir desta data à incidência de correção monetária, juros e multa na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Quando o dia 10 não recair em dia útil, o vencimento ocorrerá no próximo dia útil subsequente.

Art. 253 - Ainda que não haja a retenção do ISSQN, os responsáveis serão obrigados ao seu recolhimento na forma disciplinada nesta lei.

Art. 254 - Ao tomador de serviços fica atribuída a obrigatoriedade de preencher o Livro de Serviços Tomados até o dia 10 (dez) do mês subsequente a ocorrência do fato gerador.

Parágrafo Único. A Fiscalização Tributária realizará, mensalmente, o fechamento do Livro de Serviços Tomados no primeiro dia útil após o vencimento do tributo.

Art. 255 - Os responsáveis eleitos pelos arts. 249 e 250 desta Lei ficam obrigados a cadastramento fiscal especial no sistema, tudo na forma e nos prazos previstos em regulamento.

Art. 256 - No interesse da arrecadação e da administração fazendária a Secretaria Municipal de Fazenda poderá baixar atos necessários à regulamentação das responsabilidades instituídas por esta lei.

Art. 257 - Os tomadores de serviços, inclusive os órgãos, empresas e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, deixarão de reter o ISSQN na fonte quando:

I. O prestador, nos serviços isentos, informar no documento fiscal emitido, os fundamentos legais indicativos desta situação;

II. O prestador de serviço imune apresentar o despacho de reconhecimento da imunidade tributária fazendo constar do documento fiscal emitido o número do respectivo processo administrativo;

III. O prestador do serviço autônomo, inscrito no cadastro de Contribuintes de Tributos Municipais de Cataguases fornecer

CND do ISSQN dentro da validade;

IV. O prestador estiver enquadrado no regime de lançamento de ISS por estimativa, desde que, estabelecido ou domiciliado neste município,

V. O prestador estiver enquadrado como Microempreendedor Individual.

Art. 258 - Decreto do Executivo estabelecerá regulamentos que se fizerem necessários sobre obrigações acessórias referentes às responsabilidades instituídas.

Art. 259 - Os responsáveis tributários estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, acrescido de juros, multa e atualização monetária, se for o caso, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte, sujeitando-se ainda às penalidades cabíveis pela infração a legislação tributária do Município.

CAPÍTULO III - DO ESTABELECIMENTO

Art. 260 - O serviço considerado prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos abaixo, quando o imposto será devido no local:

I. Do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 242;

II. Da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 do Anexo II;

III. Da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da Tabela do Anexo II desta lei;

IV. Da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da Tabela do Anexo II desta lei;

V. Das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da Tabela do Anexo II desta lei;

VI. Da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da Tabela do Anexo II desta lei;

VII. Da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da Tabela do Anexo II desta lei;

VIII. Da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da Tabela do Anexo II desta lei;

IX. Do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da Tabela do Anexo II desta lei;

X. Do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descasamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XI. Da execução dos serviços de encostas, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da Tabela do Anexo II desta lei;

XII. Da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da Tabela do Anexo II desta lei;

XIII. Onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da Tabela do Anexo II desta lei;

XIV. Dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiadas, segurados ou moni-

torados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da anexa Lista de Serviços, Anexo II da presente lei;

XV.Do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da Tabela do Anexo II desta lei;

XVI.Da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da Tabela do Anexo II desta lei;

XVII.Do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da anexa Lista de Serviços, Anexo II da presente lei;

XVIII.Do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da Tabela do Anexo II desta lei;

XIX.Da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da Tabela do Anexo II desta lei;

XX.Do porto, aeroporto, ferropuerto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da Tabela do Anexo II desta lei;

XXI.Do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09.

XXII.Do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII.Do domicílio do tomador dos serviços do subitem 15.09.

§1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da Tabela do Anexo II desta lei, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município de Cataguases, pela existência em seu território de extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da Tabela do Anexo II, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§3º Considera-se estabelecimento prestador o local edificado ou não mesmo que pertencente a terceiro onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços no todo ou em parte, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato, residência ou dependência ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§4º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01 da Tabela do Anexo II desta lei.

§5º Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos §§ 6º a 12 deste artigo, considera-se tomador dos serviços referidos nos incisos XXIII, XXIV e XXV do caput deste artigo o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que

venham a ser utilizadas.

§6º No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços anexa a esta Lei, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão.

§7º Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no §6º deste artigo.

§8º No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão.

§9º O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por:

I - bandeiras;

II - credenciadoras;

III - emissoras de cartões de crédito e débito.

§10. No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o tomador é o cotista.

§11. No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado.

§12. No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País.

Art. 261 - A existência do estabelecimento prestador é identificada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I.Manutenção de pessoal, material, máquinas, veículos, instrumentos ou equipamentos necessários à execução dos serviços;

II.Estrutura organizacional ou administrativa;

III.Inscrição nos órgãos previdenciários;

IV.Indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V.Permanência ou ânimo de permanecer no local, para exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários, correspondência, contrato de locação de imóvel, contas de telefone, de energia elétrica, água, gás, propaganda e publicidade, em nome do prestador, seu representante ou preposto, por qualquer outro meio de prova que possa caracterizar a existência do estabelecimento prestador.

VI.Local da realização de eventos que configurem fato gerador do imposto, bem como existência de container escritório, quando for o caso.

VII.Informação contratual entre as partes, designando máquinas/equipamentos e funcionários de forma contínua no município para efetivar a prestação de serviços contratada.

Art. 262 - São, também, considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversas naturezas de natureza itinerante.

Art. 263 - Para efeito de cumprimento da obrigação tributária, entende-se autônomo cada estabelecimento do mesmo titular.

Art. 264 - O contribuinte, por meio de requerimento, poderá solicitar regime especial para cumprimento, de forma centralizada, da obrigação tributária referente às unidades econômicas que funcionem em local diverso do estabelecimento principal, desde que não sejam filiais.

Parágrafo Único - O processamento e a concessão do referido regime especial serão definidos em regulamento.

CAPÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

SEÇÃO I - DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL

SUBSEÇÃO I - DA BASE DE CÁLCULO

Art. 265 - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

Art. 266 - Incluem-se na base de cálculo todas as importâncias, despesas acessórias, juros, acréscimos, bonificações ou outras vantagens a qualquer título recebidas pelo contribuinte e que integrem o preço do serviço, excluídos os descontos ou abatimentos incondicionalmente concedidos, vedadas quaisquer deduções exceto as expressamente autorizadas em Lei.

Art. 267 - Na prestação do serviço a que se refere o subitem 22.01 da Tabela do Anexo II desta lei, a base de cálculo será a parcela do preço correspondente à proporção direta do trecho da extensão da rodovia explorada, localizado no território do Município.

Art. 268 - Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

Art. 269 - Quando os serviços descritos no subitem 17.06 da lista anexa forem executados por terceiros que emitam notas fiscais, faturas ou recibos em nome do cliente e aos cuidados da agência, o preço do serviço desta será a diferença entre o valor de sua fatura ao cliente e o valor dos documentos do(s) executor (es) à agência, desde que devidamente comprovados.

Art. 270 - Relativamente à prestação dos serviços a que se referem os subitens 4.22 e 4.23 da lista anexa, o imposto será calculado sobre a diferença entre os valores cobrados e os repasses em decorrência desses planos, a hospitais, clínicas, laboratórios de análises, de patologia, de eletricidade médica, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde e de recuperação, bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, bem como a profissionais autônomos que prestem serviços descritos nos demais subitens do item 4 da lista anexa.

Art. 271 - Na falta do preço a que se refere o artigo anterior, a base de cálculo é o valor corrente de serviço similar, vigente no mercado de serviços do Município à época da prestação do serviço correspondente.

Art. 272 - O valor da prestação de serviço, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, poderá ser arbitrado pela autoridade fiscal na ocorrência de pelo menos uma das seguintes hipóteses:

I.Não colocação à disposição da autoridade fiscal, dos elementos necessários à comprovação do preço, incluídos os casos de perda ou extravio de livros ou documentos fiscais;

II.Fundada suspeita de que os documentos fiscais não reflitam o preço real da prestação dos serviços;

III.Declaração nos documentos fiscais de valores notoriamente inferiores ao preço corrente dos serviços prestados.

Art. 273 - O lançamento decorrente de arbitramento será realizado mediante procedimento administrativo, estabelecido em regulamento e prevalecerá até que, através de avaliação contraditória, venha a ser modificado em razão de decisão processual.

Art. 274 - O montante do imposto integra sua própria base de cálculo, constituindo-se eventuais destaques mera indicação para fins de controle.

SUBSEÇÃO II - CONSTRUÇÃO CIVIL

Art. 275 - Não se incluem na base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza, o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços até o limite de 30% do valor total da base de cálculo, desde que integrem permanentemente a obra.

Art. 276 - A Nota Fiscal Eletrônica de Serviço (NFS-e) será emitida com a observância do percentual máximo de dedução de materiais incorporados à obra, previsto no artigo anterior.

Parágrafo único. A indicação de percentual de dedução que não supere o limite previsto no art. 275 dispensa a apresentação prévia da documentação comprobatória respectiva.

Art. 277 - Para dedução superior ao limite do art. 275, deverá o contribuinte apresentar previamente a documentação fisco-contábil à Secretaria Municipal de Fazenda e obter o deferimento desta.

§1º O direito à dedução superior ao limite do art. 275 só poderá ser exercido se o prestador apresentar as primeiras vias das notas fiscais de compra de materiais aplicados na obra que tenham como destinatário a empresa construtora, empreiteira ou subempreiteira, emitidas para o CNO (Cadastro Nacional de Obras) da obra, contendo o CFOP (Código Fiscal de Operações e Prestações de venda), bem como o endereço e o local de execução da obra.

§2º Consideram-se materiais para efeitos do caput deste artigo, aqueles que se incorporarem diretamente à obra de forma definitiva.

§3º Para efeito de prova auxiliar da aplicação efetiva de materiais e sua incorporação permanente à obra, poderá o prestador manter em seus livros comerciais/fiscais conta específica de "material aplicado", relativa a cada obra em andamento, ficando sua aceitação a critério do fisco.

§4º Não serão dedutíveis os materiais adquiridos quando:

I.Para formação de estoque ou armazenagem fora do canteiro de obras, antes de sua efetiva utilização;

II.Através de recibos, notas fiscais (DANFE) sem a identificação do consumidor ou ainda, aqueles cuja aquisição não esteja comprovada pela primeira via da nota fiscal (DANFE) correspondente;

III.Através de nota fiscal (DANFE), que não conste o local da obra;

IV.Posteriormente à emissão da nota fiscal (DANFE) da qual é efetuado a dedução.

Art. 278 - É indispensável a exibição da documentação fiscal relativa à obra na expedição de "Habite-se" ou "Auto de Conclusão" e na conservação ou regularização de obras particulares.

Parágrafo Único. Os documentos de que trata este artigo não podem ser expedidos sem o pagamento do Imposto, em pauta que reflita os preços correntes na praça.

Art. 279 - Os prestadores de serviço da construção civil ficam obrigados ao cadastramento da obra e à escrituração dos dados requeridos no programa eletrônico, em módulo específico.

§1º São solidariamente responsáveis pelo cadastramento e escrituração dos dados referen-

tes à obra de construção civil:

I-O proprietário do imóvel,

II-O dono da obra,

III-O incorporador,

IV-A construtora, quando contratada para execução de obra por empreitada global,

V-A construtora ou responsável pela obra contratada pela modalidade de "Administração",

VI-Os subempreiteiros, pelas obras subcontratadas.

§2º O responsável de que trata o parágrafo anterior, deverá providenciar o cadastro junto à Prefeitura Municipal, no prazo de 10 dias, a contar do início da obra, através do programa eletrônico de gerenciamento do ISSQN.

§3º A Administração Municipal, após a constatação de que o Imposto foi efetivamente recolhido, fornecerá ao proprietário da obra a respectiva "Certidão de Quitação".

§4º O certificado de que trata o parágrafo anterior deve ser exigido pela unidade competente, sob pena de responsabilidade, na instrução do processo administrativo de expedição de "Habite-se" ou "Auto de Conclusão" e na conservação ou regularização de obras particulares.

§5º O Imposto Sobre Serviços incidente na Construção Civil poderá ser estimado a critério do Fisco.

§6º A estimativa somente terá lugar nas hipóteses de ausência do recolhimento do ISS - Imposto Sobre Serviços, na falta de apresentação das notas fiscais de prestação de serviços relacionadas na execução da obra ou caso a documentação apresentada não mereça fé.

§7º Quando fixado por estimativa, o Imposto Sobre Serviços incidente na Construção Civil será calculado em conformidade com a tabela SINDUSCON/MG, a ser regulamentado em decreto.

SUBSEÇÃO III - DAS ALÍQUOTAS

Art. 280 - As alíquotas do imposto são as constantes na Tabela do Anexo II da presente lei.

Art. 281 - Quando a prestação de serviço ocorrer sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o valor do imposto será fixo e anual, na seguinte conformidade:

I.Atividade para a qual se exija escolaridade de nível superior: 01 UFM por ano;

II.Atividade para a qual se exija escolaridade de nível médio: 0,5 UFM por ano;

III.Atividade que não se exija escolaridade, não constante do inciso IV desse artigo: 0,25 UFM por ano;

IV.Taxista: 0,5 UFM por ano;

§1º Entende-se por profissional autônomo a pessoa física que exerça profissão intelectual, científica, literária ou artística, sem vínculo empregatício, preste serviço valendo-se do seu próprio esforço, desde que para o exercício da profissão não estejam presentes os elementos de empresa.

§2º Para efeito deste artigo, considera-se prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal aquela em que todas as etapas de elaboração e execução de seu objeto sejam efetuadas diretamente pelo contribuinte.

§3º O disposto neste artigo não se aplica aos casos em que o profissional autônomo possua estrutura ou organização equivalente à de empresa.

§4º Não se aplica aos delegatários de serviços notariais, registrais e cartórios a forma de cobrança prevista no caput deste artigo, sendo que tais serviços serão tributados pela alíquota do imposto constante na Tabela do Anexo II da presente lei.

Art. 282 - Quando os serviços de médicos, enfermeiros, obstetras, ortopédicos, fonoaudiólogos, protéticos, médicos veterinários, contadores, agentes da propriedade industrial, advogados, engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos, dentista,

economistas, psicólogos forem prestados por sociedades profissionais, estas ficarão sujeitas ao ISSQN devido calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica à sociedade que apresente qualquer uma das seguintes características:

I.Natureza comercial, quando o objetivo passa a ser a remuneração do capital investido para obtenção de ganhos em virtude de compra e venda ou mesmo manufatura de mercadorias e outros bens;

II.Sócio pessoa jurídica;

III.Atividade diversa da habilitação profissional dos sócios;

IV.Sócio não habilitado para o exercício de atividade correspondente ao serviço prestado pela sociedade;

V.Sócio que não preste serviço em nome da sociedade, nela figurando apenas com aporte de capital;

VI.Caráter empresarial, ou seja, quando houver a terceirização dos trabalhos que constituam o próprio objeto social da Sociedade, quando a magnitude de sua estrutura organizacional e o volume dos serviços por ela prestados forem de tal monta fazendo que o trabalho pessoal dos sócios seja elemento secundário.

VII.Existência de filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou qualquer outro estabelecimento descentralizado.

Art. 283 - São equiparados a empresas, para fins de tributação:

I.Os permissionários do Transporte Público Alternativo;

II.O profissional autônomo que para o exercício da sua atividade possua estrutura organizacional equivalente a empresa.

CAPÍTULO V - DO LANÇAMENTO

Art. 284 - O lançamento do imposto far-se-á:

I.Por homologação, mediante recolhimento pelo contribuinte do imposto correspondente às operações tributadas em cada mês, independentemente de qualquer aviso, notificação ou prévio exame da autoridade administrativa;

II.De ofício, uma única vez, por ano, para as ocorrências previstas no artigo 281 desta lei.

§1º A Secretaria Municipal de Fazenda poderá proceder ao lançamento de ofício para cobrança do imposto devido por contribuinte com responsabilidade solidária.

§2º No caso do inciso I, o lançamento do imposto será feito nos livros e documentos fiscais, com a descrição da prestação de serviços, na forma prevista em Regulamento e sob exclusiva responsabilidade do contribuinte, ficando sujeito a posterior homologação pela autoridade administrativa.

§3º O ISSQN devido em razão dos serviços referidos nos incisos XXIII, XXIV e XXV do Art. 260 será apurado pelo contribuinte e declarado por meio de sistema eletrônico de padrão unificado em todo o território nacional.

§4º O sistema eletrônico de padrão unificado de que trata o §3º será desenvolvido pelo contribuinte, individualmente ou em conjunto com outros contribuintes e seguirá leiautes e padrões definidos pelo Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN (CGOA), nos termos dos Arts. 9º a 11 da Lei Complementar Federal 175/2020.

I. O contribuinte deverá franquear ao Município de Cataguases acesso mensal e gratuito ao sistema eletrônico de padrão unificado utilizado para cumprimento da obrigação acessó-

II. Quando o sistema eletrônico de padrão unificado for desenvolvido em conjunto por mais de um contribuinte, cada contribuinte acessará o sistema exclusivamente em relação às suas próprias informações.

Art. 285 - O imposto devido na forma do inciso II do artigo anterior e correspondente ao exercício em que ocorrer a abertura ou cancelamento de inscrição, bem como a exercícios anteriores à abertura, deve ser recolhido pelo contribuinte, no ato da inscrição ou do cancelamento no cadastro, em tantos duodécimos do valor anual quantos forem os meses de atividade no ano da inscrição, cancelamento ou, ainda, referente aos exercícios anteriores, considerando-se mês a fração ainda que de 01 (um) dia.

Art. 286 - O Lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I. Quando a lei assim o determinar;

II. Quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III. Quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, o pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV. Quando comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V. Quando comprove omissão ou inexistência, por parte da pessoa legalmente obrigada;

VI. Quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro sem benefício daquela, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VII. Quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior;

VIII. Quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

Parágrafo Único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

SEÇÃO I - DOS REGIMES DE PAGAMENTO DO IMPOSTO

Art. 287 - O contribuinte sujeito ao lançamento por homologação fará o recolhimento do imposto de conformidade com os seguintes regimes:

I. Regime de apuração mensal;

II. Regime de estimativa.

Art. 288 - O prazo para recolhimento do imposto de que trata o inciso I e II do artigo 287, será até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao fato gerador e o prazo para recolhimento de que trata o inciso I, II, III e IV do art. 281 será regulamentado por decreto anualmente.

§1º No caso de regime de apuração mensal referente a substituição tributária, o prazo do pagamento será até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação do serviço.

§2º O executivo através de decreto poderá alterar o prazo de recolhimento do imposto de que trata este artigo.

§3º O ISSQN relativo aos serviços referidos nos incisos XXIII, XXIV e XV do Art. 260 será pago até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente de ocorrência dos fatos geradores, exclusivamente por meio de transferência bancária, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), ao domicílio bancário informado pelo Município Cataguases dentro do sistema padronizado referido no §4º do Art. 284.

I. Quando não houver expediente bancário no 15º (décimo

quinto) dia do mês subsequente de ocorrência dos fatos geradores, o vencimento do ISSQN será antecipado para o 1º (primeiro) dia anterior com expediente bancário.

II. O comprovante da transferência bancária emitido segundo as regras do SPB é documento hábil para comprovar o pagamento do ISSQN.

Art. 289 - O valor do imposto a recolher pelo estabelecimento enquadrado no regime de estimativa será determinado pelo fisco.

§1º O imposto será estimado por período certo e prevalece enquanto não revisto.

§2º O sujeito passivo será enquadrado no regime de estimativa segundo critérios fixados em regulamento, que poderá levar em conta categorias, grupos ou setores de atividades econômicas.

§3º Os valores das prestações de serviços e o montante do imposto a recolher no período considerado serão estimados em função dos dados declarados pelo contribuinte ou apurados de ofício.

§4º As reclamações e recursos relacionados com o enquadramento ou fixação da estimativa não suspende a exigibilidade do crédito tributário.

§5º A parcela de estimativa não paga no prazo de 30 (trinta) dias da data do vencimento, fica sujeita a inscrição na dívida ativa, independentemente de outras formalidades.

Art. 290 - Poderá ser exigido, na forma disposta em regulamento, o recolhimento antecipado ou caução do imposto devido, com a fixação do valor estimado, quando ocorrer prestação de serviços de diversões públicas quaisquer, desde que essa prestação ocorra de forma eventual, em estabelecimento próprio ou de terceiro, ainda que provisório.

Art. 291 - Fica ratificado pelo Município de Cataguases as normas de transição definidas pela Lei Complementar Federal 175/2020 referentes ao produto da arrecadação do ISSQN relativo aos serviços descritos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à esta lei

Parágrafo Único. O produto da arrecadação do ISSQN de que trata o caput, cujo período de apuração esteja compreendido entre janeiro de 2021 e o último dia do exercício financeiro de 2022 será partilhado entre o Município do local do estabelecimento prestador e o Município de Cataguases, da seguinte forma:

I - relativamente aos períodos de apuração ocorridos no exercício de 2021, 33,5% (trinta e três inteiros e cinco décimos por cento) do produto da arrecadação pertencerão ao Município do local do estabelecimento prestador do serviço, e 66,5% (sessenta e seis inteiros e cinco décimos por cento), ao Município de Cataguases;

II - relativamente aos períodos de apuração ocorridos no exercício de 2022, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação pertencerão ao Município do local do estabelecimento prestador do serviço, e 85% (oitenta e cinco por cento), ao Município de Cataguases;

III - relativamente aos períodos de apuração ocorridos a partir do exercício de 2023, 100% (cem por cento) do produto da arrecadação pertencerão ao Município de Cataguases.

SEÇÃO II - DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 292 - As pessoas físicas ou jurídicas sujeitas à inscrição no cadastro mobiliário como contribuintes, conforme as operações de prestação de serviços que realizarem, ainda que não tributadas ou isentas do imposto, devem, relativamente a cada inscrição, emitir documentação fiscal destinada ao registro das operações de serviços realizadas

e atender as exigências da administração tributária.

§1º Novos modelos de documentos, cupons e livros fiscais, bem como as disposições sobre dispensa ou obrigatoriedade de sua manutenção, poderão ser estabelecidos em Regulamento ou em normas complementares expedidas pela Secretaria de Fazenda.

§2º Nos casos em que a prestação de serviços esteja desonerada do pagamento do imposto em decorrência de não incidência ou isenção ou em que tenha sido atribuída a outra pessoa a responsabilidade do pagamento do imposto, a circunstância deve ser mencionada no documento fiscal, indicando-se o dispositivo da legislação que autorizou a desoneração.

§3º Os documentos, os impressos de documentos, os livros das escritas fiscal e comercial, os programas e arquivos magnéticos são de exibição obrigatória ao fisco, devendo ser conservados pelo prazo estabelecido na legislação tributária.

§4º O Contabilista ou Escritor de Contabilidade registrado em inscrição no cadastro mobiliário, poderá manter sob sua guarda livros e documentos fiscais de seus clientes, desde que identificada Secretaria Municipal de Fazenda através do Documento de Inscrição Cadastral, devendo colocá-los à disposição da fiscalização quando por ela solicitados.

§5º O contabilista ou escritor de contabilidade fica obrigado a, no prazo de 60 dias da publicação desta, protocolar no setor de Fiscalização Tributária, declaração contendo a relação de todas as pessoas jurídicas, sob sua responsabilidade técnica até a data do protocolo da declaração, cujas atividades estejam sujeitas à incidência de tributos municipais, inclusive as que gozam de imunidade e/ou isenção, de modo a identificá-la, informando o nome empresarial, inscrição no CNPJ e municipal, endereço e ramo de atividade.

§6º O contabilista ou escritor de contabilidade deverá manter atualizada, semestralmente, a declaração disposta no parágrafo anterior, protocolizando até o dia 10 (dez) do 1º mês do trimestre subsequente ao da ocorrência, as exclusões ou inclusões de pessoas jurídicas sob sua responsabilidade técnica, sob pena de multa de 1 UFM por situação nova de cliente não informada.

§7º Ficam obrigados a apresentar a Declaração de Serviços das Instituições Financeiras - DESIF, nos modelos, formatos e prazos definidos em Decreto, as Instituições Financeiras e as assemelhadas, que possuam estabelecimento neste Município, assim consideradas as pessoas jurídicas que tenham como atividade principal ou acessória os serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito, especialmente:

- I. Os bancos múltiplos;
- II. Os bancos comerciais;
- III. Os bancos de desenvolvimento;
- IV. As caixas econômicas;
- V. Os bancos de investimento;
- VI. As sociedades de crédito, financeiro e investimento;
- VII. As sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo;
- VIII. As sociedades de arrendamento mercantil;
- IX. As sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e câmbio;
- X. As sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários;
- XI. As cooperativas de crédito;
- XII. As companhias hipotecárias;
- XIII. As agências de fomento e desenvolvimento;
- XIV. As administradoras de consórcio.

§8º Fica autorizado a Secretária de Fazenda instituir a Declaração Mensal de Serviço (DMS), eletrônica ou impressa, ou outro documento, através de decreto, para outras categorias, grupos ou setores de atividade econômica.

§9º Os contribuintes de Taxa de Fiscalização do Funcionamento ficam obrigados a comunicar a sua inatividade ou paralisação no prazo de 30 dias da sua ocorrência.

§10 É vedada a emissão de documento fiscal que não corresponda a uma efetiva prestação de serviço.

§11 Os contribuintes dos serviços referidos nos incisos XXIII, XXIV e XXV do Art. 260 declararão as informações dos serviços prestados de forma padronizada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico de que trata o §4º do Art. 284, até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês seguinte ao de ocorrência dos fatos geradores.

Art. 293 - Não serão considerados para efeitos de exclusão de penalidades, os Editais de Extravio publicados, que tratarem de simples comunicados a Praça, relativos aos documentos fiscais de apresentação obrigatória ao Fisco, exceto nos casos em que se tenha a prova fundamentada em Boletim de Ocorrência, ou ainda, por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado.

Parágrafo Único. Os editais de extravio de documentos fiscais deverão ser publicados em jornal de grande circulação e o fato deve ser comunicado à Secretaria Municipal de Fazenda, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do fato, para o fim de reconstituição da escrita fiscal, nos termos do regulamento.

Art. 294 - A aplicação de penalidade em razão do extravio, perda ou inutilização de documento fiscal será relevada ao contribuinte que comprovar perante o fisco a ocorrência de caso fortuito ou força maior, bem como a inexistência de dolo ou culpa como motivos do extravio, perda ou inutilização, mediante as seguintes condutas, cumulativamente:

I. Publicação de editais de extravio de documentos fiscais, em jornal de grande circulação no município de Cataguases e no órgão de publicação oficial do Município;

II. Comunicação à Secretaria Municipal de Fazenda, no prazo máximo de (30) dias após a ocorrência do fato, para os fins de providências e reconstituição da escrita fiscal, nos termos do regulamento;

III. Apresentação de Boletim de Ocorrência Policial, nas hipóteses em que a autoridade policial puder expedir este documento ou declaração circunstanciada do contribuinte sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal, do fato e de suas justificativas;

IV. Apresentação, pelo contribuinte, de meios e provas hábeis a possibilitar a apuração, lançamento e quitação dos tributos decorrentes dos documentos extravaviados.

Parágrafo Único. As hipóteses previstas neste artigo deverão ser formalizadas em Processo Tributário Administrativo.

SEÇÃO III - DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Art. 295 - O Município de Cataguases utiliza exclusivamente a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo Único. Para fins desta lei considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio do Município de Cataguases, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que deverá ser garantida por assina-

tura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretária Municipal de Fazenda antes da ocorrência do fato gerador.

Art. 296 - A Secretaria Municipal de Fazenda definirá através de Decreto os prestadores de serviço desobrigados à emissão da NFS-e.

Parágrafo Único. Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos desta lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irrevogável.

Art. 297 - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse dos contribuintes é realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 298 - As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Prefeitura Municipal de Cataguases.

Art. 299 - Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

§1º A utilização da NFS-e é obrigatória para pessoas físicas e jurídicas e implica na adesão compulsória ao programa também para o lançamento das notas fiscais de serviços tomados no caso de pessoas jurídicas.

§2º Além dos prestadores de serviços, permanentes ou eventuais, do Município de Cataguases, estão obrigados à Escrituração Fiscal Eletrônica:

I. As empresas tomadoras de serviços que são obrigadas a efetuarem a retenção do imposto devido,

II. As pessoas jurídicas que tomarem serviços de prestadores que não comprovarem sua inscrição no cadastro mobiliário municipal, bem como os prestadores que, obrigados à emissão da nota fiscal, deixarem de assim proceder,

III. As empresas, que não sejam contribuintes do ISSQN, mas responsáveis pelo recolhimento do ISSQN,

IV. As demais pessoas jurídicas que tomarem serviços no município de Cataguases, mesmo que não responsáveis diretos pelo recolhimento do ISSQN.

§3º Estende-se aos tomadores de serviços nos contribuintes do ISS a mesma obrigação prevista no §1º.

§4º Os tomadores de serviços, substitutos tributários ou prestadores de serviços de fora do Município, para a geração do boleto de pagamento também estão obrigados ao credenciamento no sistema e deverão obrigatoriamente declarar os serviços tomados ou prestados.

§5º No caso de hotéis e estabelecimentos congêneres, o campo "discriminação dos serviços" conterá a descrição completa de todos os serviços prestados ao cliente e os respectivos valores a eles correspondentes, devendo ser consignadas as diárias e os demais serviços prestados, inclusive lavanderia, serviços estéticos, barbearia, transporte, telefonia e de todas as demais importâncias cobradas.

§6º Os contribuintes que não utilizam a nota fiscal para o registro de suas operações deverão obrigatoriamente declarar os serviços prestados em módulos específicos que integram o sistema eletrônico.

Art. 300 - O prestador emitente de notas fiscais, bem como o tomador de serviços ficam obrigados a escriturar, registrar no município de Cataguases e manter, em cada um dos estabelecimentos sujeitos à fiscalização, os seguintes livros fiscais:

I. Livro Eletrônico de Registro de Prestação de Serviços.

II. Livro Eletrônico de Registro de Serviços Tomados.

§1º A custódia das notas fiscais eletrônicas, bem como dos livros e documentos fiscais será de exclusiva responsabilidade dos contribuintes, que deverão zelar pela integridade

dos arquivos XML e exibí-los aos

Fisco quando solicitados.

§2º Os contribuintes são obrigados a efetuar o backup dos Livros de Serviços Prestados e Tomados e das Declarações definidas na legislação, mantendo-os sob sua custódia pelo período de 10 anos.

Art. 301 - A NFS-e poderá ser substituída pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("online"), no endereço eletrônico do sistema de emissão de NFS-e e escrituração fiscal do município, na rede mundial de computadores (Internet), dentro do mês de sua emissão.

Parágrafo Único. Após o prazo mencionado no caput, o pedido de substituição deverá ser submetido ao Fisco Municipal para apreciação.

Art. 302 - A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("online"), no endereço eletrônico do sistema de emissão de NFS-e e escrituração fiscal do município, na rede mundial de computadores (Internet), dentro do mês de sua emissão.

§1º O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidez do mesmo.

§2º Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço, conforme disposto nesta lei.

§3º É vedado ao contribuinte o cancelamento de nota fiscal eletrônica, após o último dia do mês de competência da nota. Havendo a necessidade de cancelamento após esta data, o cancelamento deverá ser solicitado à Fiscalização Tributária, que fará a análise dos pedidos.

Art. 303 - Fica o Executivo Municipal autorizado a editar decreto regulando, no que couber, todos os procedimentos para a emissão da Nota Fiscal Eletrônica.

SEÇÃO IV - DA CARTA DE CORREÇÃO ELETRÔNICA - CC-E

Art. 304 - Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção - CC-e", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§1º É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§2º Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo à base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§3º A Carta de Correção Eletrônica - CC-e deverá ser assinada digitalmente pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ ou CPF, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§4º Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§5º Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

CAPÍTULO VI - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I - EFEITOS DO NÃO PAGAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 305 - Sem prejuízo das demais medidas administrativas e judiciais cabíveis, a falta ou atraso no pagamento do imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISSQN, implicará na cobrança dos seguintes acréscimos:

I. Multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos) por dia, sobre o valor do crédito devido e não pago, ou pago a menor, atualizado monetariamente, a partir do dia imediato

mente seguinte ao de seu vencimento até o limite de 20% (vinte por cento).

II. Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o valor do crédito devido e não pago, ou pago a menor, atualizado monetariamente, a partir do mês imediatamente seguinte ao de seu vencimento, considerado como mês completo qualquer fração dele.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica na dependência de consulta formulada pelo contribuinte, dentro do prazo legal para pagamento do imposto.

Art. 306 - O crédito tributário e não tributário, fixado na legislação não pago no seu vencimento será corrigido monetariamente, mediante aplicação de coeficientes de atualização com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado no exercício imediatamente anterior.

Parágrafo Único - Ajuizada a dívida, serão devidos, também, custas e honorários advocatícios, nos termos da legislação própria.

Art. 307 - Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recebimento de débitos fiscais, inclusive os inscritos em dívida ativa, com dispensa ou redução de multa e da correção monetária.

SEÇÃO II - INFRAÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL

Art. 308 - O descumprimento da obrigação tributária principal, instituída pela legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza fica sujeito às seguintes penalidades, quando exigido através de ação fiscal efetuada após o seu início:

I. Multa de 60% (sessenta por cento) sobre o valor atualizado do imposto devido e não pago, ou pago a menor, exceto nos casos de dolo, fraude ou simulação;

II. Multa de 80% (oitenta por cento) sobre o valor atualizado do imposto devido e não pago, quando verificado o emprego, pelo sujeito passivo, ou por terceiro, em benefício do sujeito passivo, de dolo, fraude ou simulação, com o intuito de escusar-se do cumprimento, parcial ou total, da obrigação;

III. Multa de 60% (sessenta por cento) sobre o valor atualizado do imposto retido na fonte e não recolhido, ou recolhido a menor, exceto nos casos de dolo, fraude ou simulação;

IV. Multa de 80% (oitenta por cento) sobre o valor atualizado do imposto retido na fonte e não recolhido, ou recolhido a menor, quando verificado o emprego, pelo sujeito passivo, ou por terceiro em benefício do sujeito passivo, de dolo, fraude ou simulação, com o intuito de escusar-se do cumprimento, parcial ou total, da obrigação;

V. Multa de 60% (sessenta por cento) sobre o valor atualizado do imposto que deveria ter sido retido na fonte, exceto os casos de dolo, fraude ou simulação;

VI. Multa de 80% (oitenta por cento) sobre o valor atualizado do imposto que deveria ter sido retido na fonte, quando verificado o emprego, pelo sujeito passivo, ou por terceiro em benefício do sujeito passivo, de dolo, fraude ou simulação, com o intuito de escusar-se do cumprimento, parcial ou total, da obrigação.

Parágrafo Único. Considera-se consumado o dolo, a fraude e a simulação, nos casos do inciso II, IV e VI, mesmo antes de vencidos os prazos para o cumprimento das obrigações tributárias.

Art. 309 - Salvo prova inequívoca feita em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias:

I. Contradição evidente entre os livros e documentos da escrituração fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas

às repartições municipais;

II. Manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentos no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;

III. Remessa de informes ou comunicações falsas ao Fisco, com respeito aos fatos tributários e à base de cálculo de obrigações tributárias;

IV. Omissão de lançamento nos livros, fichas, declarações ou guias, de bens e atividades que constituam fatos impositivos de obrigações tributárias.

Art. 310 - Exclusivamente para o caso de pagamento integral do montante tributário, neste compreendidos os acréscimos resultantes da mora, o valor da multa aplicada nos termos do artigo 308 desta Lei, sofrerá as seguintes reduções:

I. Para pagamento à vista efetuado até o 15º (décimo quinto) dia seguinte à intimação: 60% (sessenta por cento);

II. Para pagamento à vista efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte à intimação: 50% (cinquenta por cento);

III. Para pagamento, à vista ou mediante parcelamento, efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte à intimação da decisão de primeira instância administrativa: 15% (quinze por cento).

§1º As reduções previstas neste artigo são extensivas às multas equivalentes aplicadas por infração ao regime de estimativa do Imposto sobre Serviços, não alcançando as multas aplicadas pela mora.

§2º O pagamento efetuado na conformidade deste artigo implica na desistência da impugnação e renúncia aos recursos eventualmente oferecidos, independentemente de requerimento expresso nesse sentido.

§3º O disposto neste artigo não se aplica à multa imposta por motivo de dolo, fraude ou simulação.

Art. 311 - Consolidado o débito, as prestações deverão ser expressas em Real, atualizadas monetariamente mensalmente conforme legislação vigente.

Art. 312 - Se o interessado interromper o pagamento das prestações do parcelamento será incorporada ao saldo devedor a redução da penalidade autorizada nos termos do artigo 310, incisos III, corrigida monetariamente.

Parágrafo Único. O saldo devedor do parcelamento sujeita-se à incidência da correção monetária e dos juros de mora até sua efetiva liquidação.

SEÇÃO III - INFRAÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA

Art. 313 - O descumprimento das obrigações tributárias definidas implica nas seguintes penalidades:

I. Aos que, não tendo efetuado o pagamento do imposto correspondente, emitirem, para operações tributáveis, nota fiscal referente a serviços não-tributáveis ou isentos e aos que, em proveito próprio ou alheio, se utilizarem dessas notas fiscais para a produção de qualquer efeito fiscal: multa de 01 UFM por nota até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

II. Relativos à ação de fiscalização tributária:

a) aos que recusarem a exibição de documentos fiscais, embarçarem a ação fiscal ou sonegarem documentos para a apuração do preço dos serviços ou para a fixação da estimativa: multa de 01 UFM por livro fraudado, adulterado ou por notificação não-cumprida, parcial ou total, até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

b) contradição evidente entre os livros e documentos da escrituração fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais: multa de 01 UFM por declaração, até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

c) falta de registro de docu-

mento no Livro de Serviços Tomados, quando já vencido o prazo para entrega do documento, sendo assim escalonado:

c.1) 0,10 UFM por documento fiscal não escriturado (para Notas Fiscais não escrituradas até o valor de R\$ 1.000,00 cada uma) até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

c.2) 0,25 UFM por documento fiscal não escriturado (para Notas Fiscais não escrituradas entre o valor de R\$ 1.000,01 e 10.000,00 cada uma) até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

c.3) 0,5 UFM por documento fiscal não escriturado (para Notas Fiscais não escrituradas entre o valor de R\$ 10.000,01 e 20.000,00 cada uma) até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

c.4) 0,75 UFM por documento fiscal não escriturado (para Notas Fiscais não escrituradas entre o valor de R\$ 20.000,01 e 50.000,00 cada uma) até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

c.5) 01 UFM por documento fiscal não escriturado (para Notas Fiscais não escrituradas acima do valor de R\$ 50.000,01 cada uma) até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

d) manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentos no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável não listados anteriormente: multa de 0,5 UFM por documento, até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

III. Falta de entrega da declaração de serviços tomados no prazo determinado em regulamento: Multa de 01 UFM por declaração, até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

IV. Por deixar de emitir Notas Fiscais na forma e prazos regulamentares ou por utilização de documento inábil ou diverso do instituído pela legislação tributária: multa de 0,5 UFM por documento até o limite de 5 UFM por ação fiscal.

V. Emissão de documento fiscal que consigne importância inferior ao valor da prestação de serviço: multa de 0,5 UFM por nota fiscal ou outro documento emitido, independente do seu valor; até o limite de 5 UFM por ação fiscal.

VI. Extravio, perda e/ou inutilização de documento fiscal que deva ser mantido em arquivo: multa de 0,5 UFM, por nota fiscal ou outro documento, independente do seu valor; até o limite de 5 UFM por ação fiscal.

VII. Não entrega ou entrega adulterada ou falsificada dos documentos necessários para apuração do ISS de instituições financeiras ou a elas equiparadas - 0,5 UFM por documento até o limite de 5 UFM por ação fiscal.

VIII. Não entrega dos documentos necessários para apuração do ISS Cartórios - 2 UFM por documento até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

IX. Não entrega, ou entrega incompleta ou falsidade ou omissão de informações da DESIF: multa de 0,5 UFM por mês até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

X. Preenchimento de DESIF zerando contas ou omitindo contas zeradas, por conta: Multa de 0,05 UFM por conta até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

XI. Não entrega, ou entrega incompleta ou falsidade ou omissão de informações da Declaração dos Cartórios, por mês: Multa de 2 UFM até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

XII. Entrega fora do prazo da DESIF e da Declaração dos Cartórios - multa de 2 UFM por mês, até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

XIII. Utilização em equipamento de processamento de dados de programas para emissão de documento fiscal ou escrituração de livro fiscal com vício, fraude ou simulação: multa de 5 UFM por documento até o limite de 50 UFM por ação fiscal.

XIV. Infrações relativas à ins-

crição no cadastro mobiliário, à alteração cadastral e a outras informações:

a) Falta de inscrição no cadastro mobiliário, no prazo legal:

a.1) Por MEI, por pessoa física, profissional autônomo ou equiparado: multa de 0,5 UFM

a.2) Por pessoas jurídica ou equiparada: multa de 01 UFM

b) Falta de comunicação, no prazo legal, de mudança de informações cadastrais: multa de 0,3 UFM

c) Falta de comunicação, no prazo legal, de cessação de atividade:

c.1) Por MEI, por pessoa física, profissional autônomo ou equiparado: multa de 0,3 UFM

c.2) Por pessoas jurídica ou equiparada: multa de 0,5 UFM

d) Prestação de informação falsa em documento de informação cadastral: multa de 1 UFM;

e) Para quem chamado ao recadastramento no cadastro mobiliário não o fizer no prazo regulamentar: multa de 1 UFM;

f) Manifesto desacordo entre a atividade de prestação de serviço praticada e o cadastro da atividade no município: multa de 1 UFM;

XV. Não entrega, ou entrega incompleta ou entrega em formato diferente do exigido pela legislação, ou falsidade ou omissão de informações referente a obrigação definida em lei específica de entrega da cópia do SPED, xml de emissão própria e/ou de terceiros: Multa de 01 UFM por mês até o limite de 10 UFM por ação fiscal.

XVI. Não entrega, ou entrega incompleta, ou entrega em formato diferente do exigido pela legislação, ou falsidade ou omissão de informações referente a obrigação definida em lei específica de entrega da cópia da Declaração do Valor Adicionado Fiscal DAMEF/VAF: Multa de 1 UFM por ano.

§1º No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas conjuntamente, uma para cada infração, ainda que arroladas no mesmo dispositivo legal.

§2º A aplicação das penalidades previstas neste artigo, será feita sem prejuízo da exigência do imposto em auto de infração e imposição de multa e das providências necessárias à instauração da ação penal quando cabível, inclusive por crime de desobediência.

Art. 314 - As multas por infrações às normas estabelecidas nesta lei serão acrescidas de 20% a cada reincidência.

§1º Considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo, pela mesma pessoa física ou jurídica, ou pelo sucessor, dentro de um ano contando da data:

a. Da última autuação pela mesma infração, sem manifestação contrária do contribuinte, ou

b. Quando houver passado em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à última autuação pela mesma infração.

§2º Não será considerada reincidência a repetição de fato decorrido após 02 (dois) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte à aplicação da penalidade.

Art. 315 - O contribuinte que procurar a repartição fiscal, antes de qualquer procedimento do fisco, para sanar irregularidades relacionadas com o cumprimento de obrigação pertinente ao imposto, fica a salvo das penalidades previstas, desde que a irregularidade na obrigação principal ou acessória seja sanada.

Parágrafo Único. Tratando-se de infração que implique falta de pagamento do imposto, aplicam-se as disposições do artigo 305 e 308 desta Lei.

LIVRO QUARTO - DAS TAXAS

TÍTULO I - DA TAXA DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

Art. 316 - A Taxa de Localização, Instalação e Licença de Funcionamento, fundada no Poder de Polícia do Município é devida pela atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo no território do município, da higiene, saúde, segurança, ordem ou tranquilidade públicas, a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da localização, instalação e funcionamento de quaisquer atividades no Município.

Art. 317 - O prazo para pagamento da Taxa de Localização, Instalação e Licença de Funcionamento é de até 10 (dez) dias após a conclusão do processo de inscrição ou abertura, através de guia emitida na repartição competente, mediante requerimento do contribuinte.

Parágrafo Único A Taxa definida no caput poderá ser parcelada em até 3 (três) vezes, em parcelas mensais e consecutivas.

Art. 318 - A Taxa de Localização, Instalação e Licença de Funcionamento será exigida quando do licenciamento inicial, proporcionalmente, observada a data de início da atividade até o final do exercício financeiro.

Art. 319 - A incidência e o pagamento da Taxa independem:

I. Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II. De licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estados ou Município;

III. De estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV. Da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;

V. Do caráter permanente, eventual ou transitório da atividade;

VI. Do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

Art. 320 - Estabelecimento é o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades previstas no artigo 316 sendo irrelevantes para sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§1º A existência do estabelecimento é indicada pela conjunção, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I. Manutenção de pessoal, material, mercadoria, máquinas, instrumentos e equipamentos;

II. Estrutura organizacional ou administrativa;

III. Inscrição nos órgãos previdenciários;

IV. Indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V. Permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica da atividade exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás.

§2º A circunstância de a atividade, por sua natureza, ser executada, habitual ou eventual, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento, para os efeitos deste artigo.

§3º São, também, considerados estabelecimentos os locais onde forem exercidas as atividades de diversões públicas de natureza itinerante.

§4º Considera-se, ainda, estabelecimento a residência de pessoa física, aberta ao público em razão do exercício da atividade profissional.

Art. 321 - Para efeito de incidência da Taxa, consideram-se estabelecimentos distintos:

I. Os que, embora no mesmo local e com idêntico ramo de

atividade, ou não, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II. Os que, embora com idêntico ramo de atividade e sob a mesma responsabilidade, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos, ainda que no mesmo imóvel.

Art. 322 - O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da localização, instalação e funcionamento de atividades previstas no artigo 316.

Parágrafo Único. Ficam isentos desta Taxa:

I. A associação civil sem fins lucrativos que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

a. Não desenvolva atividade industrial, comercial ou de serviços, com exceção daquela exclusivamente voltada para a consecução dos seus objetivos estatutários;

b. Não remunere os cargos de sua diretoria;

c. Utilize o seu patrimônio imobiliário e aplique integralmente os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais;

d. Cumpra as obrigações tributárias acessórias instituídas pelo Município, aplicáveis em razão de sua atividade ou natureza.

II. As atividades imunes;

III. Os Microempreendedores Individuais.

Art. 323 - São solidariamente responsáveis pelo pagamento da Taxa:

I. O proprietário e o responsável pela locação do imóvel onde estejam instalados ou montados equipamentos ou utensílios usados na exploração de serviços de diversões públicas, e o locador desses equipamentos;

II. O promotor de feiras, exposições e congêneres, o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel, com relação às barracas, "stands" ou assemelhados.

Art. 324 - A Taxa será calculada em função da metragem, do tipo de atividade, e outros fatores pertinentes, exercida no estabelecimento em conformidade com a Tabela I do Anexo III desta lei.

Art. 325 - O sujeito passivo deverá promover a sua inscrição cadastral, no prazo e na forma regulamentares, mencionando, além de outras informações que venham a ser exigidas pela Administração, os elementos necessários à sua perfeita identificação, bem assim da atividade exercida e do respectivo local.

§1º O sujeito passivo deverá promover tantas inscrições quantos forem os estabelecimentos ou locais de atividades, sendo obrigatória a indicação das diversas atividades exercidas num mesmo local.

§2º Os documentos relativos à inscrição cadastral e posteriores alterações, bem como os documentos de arrecadação, devem ser mantidos no estabelecimento, para apresentação ao Fisco, quando solicitados.

Art. 326 - A Administração poderá promover, de ofício, inscrições ou alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando não efetuadas pelo sujeito passivo ou, em tendo sido, apresentarem erro, omissão ou falsidade.

Art. 327 - Além da inscrição e respectivas alterações, a Administração poderá exigir do sujeito passivo a apresentação de quaisquer declarações de dados, na forma e prazos regulamentares.

TÍTULO II - DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO

Art. 328 - A Taxa de Fiscalização do Funcionamento, fundada no Poder de Polícia do Município é devida pela atividade de fiscalização, efetiva ou potencial, do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo no território do município, da higiene, da saúde, segurança, ordem ou

tranquilidade públicas e a proteção do meio ambiente, tendo como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a regularidade do funcionamento de quaisquer estabelecimentos em observância às indicações iniciais propostas e aceitas no momento da fiscalização, bem como, atendendo ao disposto em legislações posteriores.

Art. 329 - O prazo de recolhimento da Taxa de Fiscalização do Funcionamento será definido por Decreto do Executivo anualmente.

Parágrafo Único - A Taxa definida no caput poderá ser parcelada em até 3 (três) vezes em parcelas mensais e consecutivas à data de lançamento.

Art. 330 - A incidência e o pagamento da Taxa independem:

I. Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II. De licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estados ou Município;

III. De estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV. Da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;

V. Do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais;

VI. Do caráter permanente, eventual ou transitório da atividade;

VII. Do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

Art. 331 - Estabelecimento é o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades previstas no artigo 328, sendo irrelevantes para sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§1º A existência do estabelecimento é indicada pela conjunção, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I. Manutenção de pessoal, material, mercadoria, máquinas, instrumentos e equipamentos;

II. Estrutura organizacional ou administrativa;

III. Inscrição nos órgãos previdenciários;

IV. Indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V. Permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica da atividade exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás.

§2º A circunstância de a atividade, por sua natureza, ser executada, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento, para os efeitos deste artigo.

§3º São, também, considerados estabelecimentos os locais onde forem exercidas as atividades de diversões públicas de natureza itinerante.

§4º Considera-se, ainda, estabelecimento a residência de pessoa física, aberta ao público em razão do exercício da atividade profissional.

§5º Para efeito de incidência da Taxa, consideram-se estabelecimentos distintos:

I. Os que, embora no mesmo local e com idêntico ramo de atividade, ou não, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II. Os que, embora com idêntico ramo de atividade e sob a mesma responsabilidade, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos, ainda que no mesmo imóvel.

Art. 332 - O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão do funcionamento de

atividades previstas no artigo 328.

Parágrafo Único. Ficam isentas desta Taxa:

I. A associação civil sem fins lucrativos que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

a. Não desenvolva atividade industrial, comercial ou de serviços, com exceção daquela exclusivamente voltada para a consecução dos seus objetivos estatutários;

b. Não remunere os cargos de sua diretoria;

c. Utilize o seu patrimônio imobiliário e aplique integralmente os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais;

d. Cumpra as obrigações tributárias acessórias instituídas pelo Município, aplicáveis em razão de sua atividade ou natureza.

II. As atividades imunes.

III. Os Microempreendedores Individuais.

Art. 333 - São solidariamente responsáveis pelo pagamento da Taxa:

I. O proprietário e o responsável pela locação do imóvel onde estejam instalados ou montados equipamentos ou utensílios usados na exploração de serviços de diversões públicas, e o locador desses equipamentos;

II. O promotor de feiras, exposições e congêneres, o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel, com relação às barracas, "stands" ou assemelhados.

Art. 334 - A Taxa será calculada em função da metragem, natureza da atividade e outros fatores pertinentes, de conformidade com a Tabela II do Anexo III, e será devida pelo período inteiro nela previsto.

Parágrafo Único. Em caso de nova localização ou de baixa de inscrição, se estas ocorrerem antes do vencimento da taxa de fiscalização do funcionamento, e, se esta não estiver sido recolhida, ela será devida proporcionalmente a base de 1/12 (um doze avos) ao mês.

Art. 335 - Sendo anual o período de incidência, o fato gerador da Taxa considera-se ocorrido a 1º de janeiro de cada exercício.

Art. 336 - Além da inscrição e respectivas alterações, a Administração poderá exigir do sujeito passivo a apresentação de quaisquer declarações de dados, na forma e prazos regulamentares.

TÍTULO III - DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE PUBLICIDADE

Art. 337 - A Taxa de Fiscalização de Publicidade é devida em razão da atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora da exploração ou utilização, por qualquer meio ou processo, de anúncios nas vias e nos logradouros públicos, ou em locais deles visíveis ou, ainda, em outros locais de acesso ao público.

Parágrafo Único. Para efeito de incidência da Taxa, consideram-se anúncios quaisquer instrumentos ou formas de comunicação visual ou audiovisual de mensagens, inclusive aqueles que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades de pessoas físicas ou jurídicas, mesmo aqueles afixados em veículos de transporte de qualquer natureza.

Art. 338 - Quaisquer alterações procedidas quanto ao tipo, características ou tamanho do anúncio, assim como a sua transferência para local diverso, acarretarão nova incidência da Taxa.

Art. 339 - A incidência e o pagamento da Taxa independem:

I. Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao anúncio;

II. Da licença, autorização, permissão ou concessão, ou-

torgadas pela União, Estado ou Município;

III. Do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

Art. 340 - A Taxa não incide quanto:

I. Aos anúncios destinados à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;

II. Aos anúncios no interior de estabelecimentos, divulgando artigos ou serviços neles negociados ou explorados;

III. Aos anúncios e emblemas de entidades públicas, cartórios, tabeliães, ordens e cultos religiosos, irmandades, asilos, orfanatos, entidades sindicais, ordens ou associações profissionais, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;

IV. Aos anúncios e emblemas de hospitais, sociedades cooperativas, beneficentes, culturais, esportivas e entidades declaradas de utilidade pública, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;

V. Aos anúncios colocados em estabelecimentos de instrução, quando a mensagem fizer referência, exclusivamente, ao ensino ministrado;

VI. Às placas ou letreiros que contiverem apenas a denominação do prédio;

VII. Aos anúncios que indiquem uso, lotação, capacidade ou quaisquer avisos técnicos elucidativos do emprego ou finalidade da coisa, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

VIII. Às placas ou letreiros destinados, exclusivamente, à orientação do público, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

IX. Aos anúncios que recomendem cautela ou indiquem perigo e sejam destinados, exclusivamente, à orientação do público, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;

X. Às placas indicativas de oferta de emprego, afixadas no estabelecimento do empregador, desde que sem qualquer legenda, dístico;

XI. Às placas de profissionais liberais, autônomos ou assemelhados, quando colocadas nas respectivas residências e locais de trabalho;

XII. Aos anúncios de locação ou venda de imóveis em cartazes ou em impressos, quando colocados no respectivo imóvel, pelo proprietário, e sem qualquer legenda, dístico;

XIII. Ao painel ou tabuleta afixada por determinação legal, no local da obra de construção civil, durante o período de sua execução;

XIV. Aos anúncios de afixação obrigatória decorrente de disposição legal ou regulamentar, sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário.

Art. 341 - Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que, na forma e nos locais mencionados no artigo 337 e seu parágrafo, que:

I. Fizer qualquer espécie de anúncio;

II. Explorar ou utilizar a divulgação de anúncios de terceiros.

Art. 342 - São solidariamente obrigados pelo pagamento da Taxa:

I. Aquele a quem o anúncio aproveitar quanto ao anunciante ou ao objeto anunciado;

II. O proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel ou móvel, inclusive veículos.

Art. 343 - A Taxa será calculada em função do tipo e da localização do anúncio, de conformidade com a Tabela III do Anexo III desta lei, e será devida pelo período inteiro nela previsto, ainda que o anúncio seja explorado ou utilizado em parte do período considerado.

Art. 344 - O sujeito passivo da Taxa deverá promover sua

inscrição no cadastro próprio, nas condições e prazos regulamentares.

§1º Toda publicidade será objeto de requerimento prévio, sujeita à aprovação da Fiscalização de Posturas.

§2º Após a aprovação da publicidade pelo setor competente, o contribuinte procederá à Fiscalização Tributária para cadastramento da publicidade e emissão da guia de pagamento.

§3º A Administração poderá promover, de ofício, a inscrição referida neste artigo, assim como as respectivas alterações de dados, inclusive cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 345 - Além da inscrição cadastral, poderá ser exigida do sujeito passivo a apresentação de quaisquer declarações de dados ou outros documentos, a critério da autoridade competente.

TÍTULO IV - DA TAXA PELO EXERCÍCIO DO COMÉRCIO EVENTUAL

Art. 346 - A Taxa pelo Exercício do Comércio Eventual, fundada no poder de polícia do município, concernente ao ordenamento das atividades urbanas, tem como fato gerador a fiscalização exercida sobre o exercício do comércio eventual, individualmente, sem estabelecimento, instalação ou localização fixa, de caráter permanente ou por períodos curtos e de maneira transitória, em locais privados.

Art. 347 - A Taxa pelo Exercício do Comércio Eventual incidirá sobre o exercício do comércio eventual, sem estabelecimento, utilizando ou não quaisquer tipos de aparelhos de transporte, em propriedades particulares de acesso público.

§1º O proprietário ou responsável pelo imóvel onde será realizado o comércio eventual é solidariamente responsável pelo pagamento da taxa.

§2º A atividade somente poderá ser exercida após a liberação do alvará.

Art. 348 - Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica titular da atividade de comércio eventual.

Art. 349 - A taxa será calculada de acordo com a Tabela IV do Anexo III desta lei.

Parágrafo Único - Serão isentas da taxa as pessoas físicas ou jurídicas que realizarem comércio eventual com fins filantrópicos ou beneficentes.

Art. 350 - O sujeito passivo da Taxa deverá promover sua inscrição no cadastro municipal, nas condições e prazos regulamentares, independentemente de prévio licenciamento.

Parágrafo Único. A Administração poderá promover, de ofício, a inscrição referida neste artigo, assim como as respectivas alterações de dados, inclusive cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 351 - Além da inscrição cadastral, poderá ser exigida do sujeito passivo a apresentação de quaisquer declarações de dados ou outros documentos, a critério da autoridade competente.

TÍTULO V - DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES, LOTEAMENTOS, DESMEMBRAMENTOS E REMEMBRAMENTOS

Art. 352 - A Taxa de Fiscalização de Obras Particulares, loteamentos, desmembramentos e remembramentos, fundada no poder de polícia do Município, quanto à disciplina de uso do solo, tem como fato gerador a análise de projetos de edificações, fiscalização de obras e de requerimentos relativos ao Licenciamento de Obras Particulares, loteamentos, desmembramentos e remembramentos em observância a legislação específica.

Art. 353 - São isentos do pagamento da Taxa de Fiscalização de Obras Particulares, lote-

amentos, desmembramentos e remembramentos, relativos ao Licenciamento de Obras Particulares a realização das seguintes obras:

I. Limpeza, pintura, manutenção e conservação de edificações;

II. Construção de muros e passeios;

III. Construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras.

Art. 354 - Contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor do imóvel onde estejam sendo executadas as obras mencionadas no artigo 352.

Art. 355 - A Taxa de Fiscalização de Obras Particulares, loteamentos, desmembramentos e remembramentos, será calculada de acordo com a Tabela V do Anexo III desta lei.

Art. 356 - O sujeito passivo da Taxa deverá recolher os valores estipulados, apresentando a Guia de Recolhimento devidamente quitada ao setor responsável.

Art. 357 - Além da inscrição cadastral, poderá ser exigida do sujeito passivo a apresentação de quaisquer declarações de dados ou outros documentos, a critério da autoridade competente.

TÍTULO VI - DA TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - TCR

Art. 358 - A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCR) tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição diretamente pelo Município ou mediante concessão.

§1º No que se refere a resíduos sólidos e respectivo serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final, aplicam-se as disposições, definições e conceitos constantes da legislação municipal específica.

§2º A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos incidirá sobre os imóveis edificados localizados em logradouros alcançados pelo serviço descrito no "caput" deste artigo, conforme Tabela VII do Anexo III deste Código.

Art. 359 - O contribuinte da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do imóvel urbano edificado, localizado em logradouro beneficiado pelo serviço a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo Único. A taxa não incide sobre as vagas de garagem constituídas em imóveis autônomos e sobre os imóveis constituídos unicamente por dependência da unidade principal, assim classificado no Cadastro Imobiliário.

Art. 360 - A Taxa tem como base de cálculo o custo previsto do serviço, rateado entre os contribuintes.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei considera-se economia a unidade de núcleo familiar, atividade econômica ou institucional, distinta em um mesmo imóvel.

Art. 361 - A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos será devida anualmente, sendo seu lançamento feito em guia apartada, junto ao carnê do IPTU.

Parágrafo Único. O pagamento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos não exclui o pagamento de preços públicos devidos pela prestação de serviços extraordinários de limpeza urbana previstos na legislação municipal específica.

TÍTULO VII - TAXA DE OCUPAÇÃO DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO

Art. 362 - A Taxa de Ocupação de Bens de Domínio Público, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao ordenamento das atividades urbanas, tem como fato gerador a fiscalização de atividades dependentes de vias e logradouros públicos, observadas as postu-

ras municipais, a preservação dos bens do patrimônio público e o interesse público.

Art. 363 - A Taxa de Ocupação de Bens de Domínio Público incidirá sobre o exercício de quaisquer atividades particulares, com estabelecimento fixo ou temporário, ocupando bens de domínio público, tais como lagoas, cachoeiras, rios, estradas, ruas, praças, passeios, parques ou quaisquer outros.

Art. 364 - Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica titular da atividade ou do estabelecimento.

Art. 365 - A Taxa será calculada de conformidade com a Tabela VIII do Anexo III desta lei, e será devida pelo período nela previsto.

Parágrafo Único. Serão isentas da taxa as pessoas físicas ou jurídicas que realizarem atividades particulares, com estabelecimento fixo ou temporário, ocupando bens de domínio público, com fins filantrópicos ou beneficentes.

Art. 366 - O sujeito passivo da Taxa deverá promover sua inscrição no cadastro próprio, nas condições e prazos regulamentares, independentemente de prévio licenciamento.

Parágrafo Único. A Administração poderá promover, de ofício, a inscrição referida neste artigo, assim como as respectivas alterações de dados, inclusive cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 367 - Além da inscrição cadastral, poderá ser exigida do sujeito passivo a apresentação de quaisquer declarações de dados ou outros documentos, a critério da autoridade competente.

TÍTULO VIII - DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Art. 368 - A Taxa de Fiscalização Sanitária fundada no poder de polícia do Município, concernente ao controle de saúde pública e bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre locais e instalações onde são fabricados, produzidos, manipulados, acondicionados, conservados, depositados, armazenados, transportados, distribuídos, vendidos ou consumidos produtos sujeitos à fiscalização sanitária bem como o exercício de outras atividades pertinentes à saúde pública em observância às normas sanitárias vigentes.

Art. 369 - Contribuinte da Taxa de Fiscalização Sanitária, é a pessoa física ou jurídica, titular do estabelecimento que exerça as atividades previstas no artigo anterior.

Art. 370 - A Taxa de Fiscalização Sanitária, será calculada de conformidade com a Tabela IX Anexo III desta Lei e será exigida na forma e prazos previstos em regulamento.

Art. 371 - O sujeito passivo da Taxa deverá promover sua inscrição no cadastro próprio, nas condições e prazos regulamentares, independentemente de prévio licenciamento.

Parágrafo Único. A Administração poderá promover, de ofício, a inscrição referida neste artigo, assim como as respectivas alterações de dados, inclusive cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 372 - Além da inscrição cadastral, poderá ser exigida do sujeito passivo a apresentação de quaisquer declarações de dados ou outros documentos, a critério da autoridade competente.

TÍTULO IX - DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

Art. 373 - A Taxa de Serviços Diversos, tem como fato gerador a apresentação de quaisquer requerimentos ou petições às repartições municipais, para apreciação e despacho pelas autoridades municipais ou pelo fornecimento de documentos de interesse do peticionário, nos termos constantes da tabela

do Anexo III desta Lei.

Art. 374 - A Taxa de Serviços diversos será exigida quando da ocorrência da prestação efetiva dos serviços.

Art. 375 - São isentos do pagamento da Taxa de Serviços diversos:

I.Os requerimentos e certidões dos funcionários municipais ativos e inativos, relativos à sua situação funcional;

II.Os requerimentos ou certidões relativas ao alistamento militar e eleitoral;

III.Os Sindicatos e Associações de Classe representativas dos servidores públicos, quando na defesa de seus interesses;

IV.Expedição de boletos e guias de cobrança de tributos

Art. 376 - Contribuinte da Taxa de Serviços diversos é quem houver requerido o ato da autoridade municipal ou a prestação dos serviços, nele tiver interesse ou responsabilidade.

Art. 377 - As Taxas serão cobradas de acordo com a tabela VI do Anexo III desta lei.

Parágrafo Único. A Taxa será devida no deferimento do pedido.

TÍTULO X- DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 378 - A Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA) tem por fatos geradores:

I.O poder de polícia exercido no âmbito do licenciamento ambiental municipal, para, respectivamente, controlar e fiscalizar as atividades potencialmente poluidoras e as utilizadoras de recursos naturais de competência do Município, conforme Deliberação Normativa 213/2017-COPAM.

II.O poder de polícia exercido no âmbito das autorizações para intervenção ambiental.

Art. 379 - É contribuinte da Taxa de Licenciamento Ambiental o empreendedor privado, responsável pelo pedido da licença ambiental e/ou autorização para o exercício da atividade/intervenção respectiva.

Parágrafo Único. O empreendedor público é dispensado de pagamento das taxas de licenciamento ambiental.

Art. 380 - As Taxas Instituídas nesta Lei visarão ao ressarcimento, pelo empreendedor, das despesas realizadas pelo Município e tem o seu valor definido segundo o porte do empreendimento e do potencial poluidor, em conformidade com o Anexos III - Tabela X, da presente lei.

§1º O Porte do Empreendimento, o potencial poluidor e seu consequente enquadramento no grau de licenciamento estão definidos nas Deliberações Normativas 213/2017 e 217/2018 do COPAM.

§2º Quando a verificação das condições ambientais de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente, a qualquer tempo, exigir a realização de amostragens, análises laboratoriais ou a adoção de medidas emergenciais para controle de efeitos ambientais, os custos em que incorrerem o Município serão a ele reembolsados pelo empreendedor, independentemente da indenização dos custos de licenciamento.

§3º A taxa será devida, inclusive, em caso de pedido de renovação da licença ambiental.

§4º As taxas referentes a autorização de impacto ambiental são as definidas no Anexo III - Tabela XI, da presente lei.

TÍTULO XI - DA CORREÇÃO MONETÁRIA, JUROS E PENALIDADES

Art. 381 - O crédito referente as taxas municipais não integralmente pago no vencimento será atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice que vier a substituí-lo e acrescido de juros de mora de um por cento (1%) ao mês, seja qual for o motivo determinante da falta, e multa moratória de 0,33% ao dia até o limite de 20% (vinte

por cento) sobre o valor do débito.

Parágrafo Único. Ao sujeito passivo que iniciar as atividades previstas nesta lei sem o prévio recolhimento das taxas para a obtenção da licença será lavrado auto de infração, aplicando-lhe a multa no valor correspondente a 01 UFM, independente do pagamento do tributo.

LIVRO QUINTO - DAS CONTRIBUIÇÕES

TÍTULO I - DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 382 - A Contribuição de Melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 383 - A Contribuição de Melhoria a ser exigida pelo Município, adotará como critério o benefício resultante da obra, calculado por meio de índices cadastrais das respectivas zonas de influência.

§1º Considera-se zona de influência a área beneficiada direta ou indiretamente pela obra.

§2º A apuração, dependendo da natureza da obra, será feita levando-se em conta a situação do imóvel na zona de influência, sua testada, área, finalidade e outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§3º A determinação da Contribuição de Melhoria será feita mediante rateio proporcional do custo parcial ou total da obra, entre todos os proprietários de imóveis, incluídos nas respectivas zonas de influência.

§4º A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas direta ou indiretamente beneficiadas pela obra.

Art. 384 - A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento tendo a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento, mediante aplicação de coeficientes de correção monetária nos termos da legislação aplicável.

§1º Serão incluídos nos orçamentos de custo das obras os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

§2º A percentagem do custo real a ser cobrado mediante Contribuição de Melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 385 - Para cobrança da Contribuição de Melhoria o Município publicará edital contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I.Delimitação da zona de influência e a relação dos imóveis nela compreendidos;

II.Memorial descritivo do projeto;

III.Orçamento total ou parcial do custo da obra;

IV.Determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Art. 386 - O proprietário de imóvel situado na zona de influência tem prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do edital referido no artigo anterior, para impugnar, junto a Comissão Especial de Avaliação para Fins de Contribuição de Melhoria, mediante requerimento de serviços diversos único, qualquer dos elementos constantes do edital, cabendo a prova dos fatos alegados ao impugnante.

Parágrafo Único. Os documentos que constituem prova serão anexados à impugnação, sob pena de preclusão.

Art. 387 - O Prefeito Municipal designará os membros da COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, que será paritária, composta por um representante do Departamento Municipal de Obras, um representante da Secretária Municipal de Fazenda, um representante do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - CRECI e um representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA.

Parágrafo Único - A Comissão Especial de Avaliação para fins de Contribuição de Melhoria tem competência única para julgar as impugnações constantes do artigo 386 desta Lei.

Art. 388 - Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo de seu lançamento, sendo tal responsabilidade, transmitida aos adquirentes e sucessores do imóvel, a qualquer título.

Art. 389 - Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, preceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.

Parágrafo Único. No caso de obras parcialmente concluídas a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO PARA FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA deverá emitir laudo que comprove os benefícios resultantes da obra executada, antes de proceder-se ao lançamento da Contribuição de Melhoria.

Art. 390 - A Secretária Municipal de Fazenda deverá escriturar em registro próprio, o débito da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel notificando ao proprietário diretamente:

I.Através de notificação direta, feita ao contribuinte, para servir como guia de recolhimento;

II.Através de edital publicado no órgão oficial;

III.Através de edital afixado na Prefeitura.

Art. 391 - As notificações a que se refere o artigo anterior, deverão conter os seguintes elementos:

I.Valor da Contribuição de Melhoria;

II.Prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos;

III.Prazo para impugnação;

IV.Local de pagamento.

Art. 392 - No prazo de 30 (trinta) dias, a contar do lançamento, o proprietário poderá impugnar o lançamento em petição dirigida ao Órgão julgador de 1ª Instância.

Art. 393 - As impugnações ou quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras, e nem terão efeito de obstar a administração e a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança de Contribuição de Melhoria.

Art. 394 - A Contribuição de Melhoria será paga pelo contribuinte de forma que a sua parcela anual não exceda a 3% (três) do valor venal do imóvel, atualizado à época da cobrança.

Art. 395 - O atraso no pagamento das prestações fixadas no lançamento sujeitará o contribuinte às penalidades previstas para o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

TÍTULO II - DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP

Art. 396 -Fica instituída a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP, prevista no Art. 149-A da Constituição Federal, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do município de Cataguases.

Parágrafo Único. O serviço previsto no caput deste artigo compreende o consumo de energia destinada a iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, custo adminis-

trativo direto e indireto e a instalação, manutenção, e cientificação e expansão do sistema de iluminação pública do Município de Cataguases.

Art. 397 - O fato gerador da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública é:

I.O consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município;

II.A propriedade imobiliária de imóvel urbano edificado ou não, que não disponha de ligação regular de energia elétrica.

§1º O sujeito passivo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território do município, excetuando-se os consumidores localizados em área rural.

§2º No caso previsto no Art. 397, inciso II, o sujeito passivo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública será o proprietário, possuidor ou titular do domínio útil de imóvel urbano edificado ou não, que não disponha de ligação regular de energia elétrica, conforme o caso.

Art. 398 - A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública será calculada mensalmente sobre o valor da Tarifa de Iluminação Pública, aplicada pela Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica ao Município, incluindo-se acréscimos ou adições determinados pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica ou outro órgão que vier a substituí-la, devendo ser adotados, nos intervalos de consumo indicados, os percentuais correspondentes conforme Tabela I, do Anexo IV desta lei.

Art. 399 - No caso previsto no Art. 396, inciso II, a base de cálculo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública será a prevista na Tabela II, do Anexo IV.

Art. 400 - O produto da Contribuição constituirá receita destinada a cobrir os dispêndios da municipalidade decorrentes do custeio do serviço de iluminação pública.

Parágrafo Único. O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

a.Despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública;

b.Despesas com administração, operações, manutenção, cientificação e ampliação do sistema de iluminação pública.

Art. 401 - É facultada a cobrança da Contribuição na fatura de consumo de energia elétrica emitida pela empresa concessionária, condicionada à celebração de contrato e convênio.

Parágrafo Único. O Poder Executivo fica autorizado a celebrar contrato e convênio com a empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica local, para promover a arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP.

Art. 402 - Na hipótese do Art. 396, inciso II, a responsabilidade de pela arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública será do ente municipal, mediante lançamento juntamente com o carnê do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano ou outro meio previsto pelo município.

Art. 403 - Aplicam-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, no que couber, as normas do Código Tributário Nacional e legislação tributária do Município, inclusive aquelas relativas às infrações e penalidades.

LIVRO SEXTO - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 404 - Sem prejuízo das disposições relativas a infrações e penas constantes de outras leis e códigos, municipais, as infrações a este código serão punidas com as seguintes penas:

- I.Multa;
- II.Proibição de transacionar com as repartições municipais;
- III.Sujeição a regime especial de fiscalização;
- IV.Suspensão ou cancelamento de isenção de tributos.

Parágrafo Único. No que couber, a legislação tributária nacional será suplementar ao Código Tributário Municipal.

Art. 405 - Os prazos fixados nesta Lei ou na legislação tributária serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

§1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de serviços normais na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§2º Quando o término do prazo de recolhimento de tributos municipais recair em dia que não seja útil ou em que não haja expediente bancário, o referido recolhimento poderá ocorrer no dia útil imediatamente subsequente.

§3º O exposto no parágrafo anterior só se aplica se não houver outra previsão específica nesta lei.

Art. 406 - Fica o Município autorizado a celebrar convênios com a União, Estados, Distrito Federal e outros Municípios, com o objetivo de assegurar a melhoria da arrecadação e da fiscalização tributária e o combate à sonegação.

Parágrafo Único. Fica, também, o Município autorizado a celebrar convênios com os órgãos representativos de classe, devidamente constituídos.

Art. 407 - A Unidade Fiscal de Municipal - UFM fica definida em R\$410,00 (quatrocentos e dez reais), e sofrerá correção anual pelo IPCA, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, sempre considerando o período de outubro a setembro do ano imediatamente anterior.

§1º Todos os valores constantes do presente Código, no que couber, serão corrigidos anualmente com base na variação do IPCA, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

§2º O crédito tributário e não tributário, não integralmente pago no vencimento será atualizado monetariamente pelo IPCA

ou por outro índice que vier a substituí-lo e acrescido de juros de mora de um por cento (1%) ao mês, seja qual for o motivo determinante da falta, e multa moratória de 0,33% ao dia até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito.

Art. 408 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no que couber.

Art. 409 - O Prefeito Municipal poderá regulamentar ou alterar por Decreto os prazos e forma de arrecadação dos tributos municipais, inclusive conceder vantagens pelo recolhimento dentro dos prazos estabelecidos.

Art. 410 - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, respeitadas em caso as anteriores constitucionais, no que couber e produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Parágrafo Único. A Planta Genérica de Valores, bem como as alíquotas do IPTU produzirão seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Art. 411 - Revogam-se as disposições das seguintes leis:

I.Lei Complementar nº 1.869 de 17 de dezembro de 1990,

II.Lei Complementar nº 3.159 de 30 de dezembro de 2002, Lei nº 3.420 de 19 de outubro de 2005, Lei nº 3.494 de 18 de maio de 2006, Lei nº 3.834 de 22 de junho de 2010, Lei nº 4.093 de 08 de Janeiro de 2014, Lei nº 4.123 de 28 de maio de 2014, Lei nº 4.499 de 25 de março de 2018, Lei nº 4.627 de 14 de outubro de 2019, Lei nº 4.659 de 18 de outubro de 2019, Lei nº 4.733 de 27 de dezembro de 2020, Lei nº 4.667, de 11 de março de 2020, Art.46 da Lei nº3.848, de 27 de agosto de 2010, Lei Complementar nº3.264, de 29 de dezembro de 2003, Lei nº 4.506, de 22 de abril de 2018, Lei nº4.329, de 12 de janeiro de 2016, Lei nº4.451, de 01 de outubro de 2017, Lei Complementar nº4.380, de 29 de novembro de 2016, Lei nº4.094, de 08 de janeiro de 2014, Lei nº 3.979, de 28 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 4.438, de 08 de janeiro de 2014, Lei nº 3.565, de 21 de dezembro de 2006, Lei nº 3.566, de 21 de dezembro de 2006, Lei nº 3.524, de 05 de junho de 2006

Gabinete do Prefeito.

Cataguases, 30 de setembro de 2022

José Henriques
Prefeito

ANEXO I - PLANTA GENÉRICA DE VALORES

**TABELA I
PREÇOS DE M² DE TERRENOS**

DENOMINAÇÃO DO LOGRADOURO	VALOR DO METRO QUADRADO - R\$
CENTRO	
ALFERES HENRIQUES DE AZEVEDO	1.562,50
ALFREDO BARROSO	500,00
AMÉRICO RAMOS	1.071,00
ANANISIA FONSECA	1.071,00
ARNAUD COIMBRA	500,00
ASTOLFO DUTRA	1.562,50
1ª seção - do início até esquina com a Rua Coronel Arthur Cruz	
ASTOLFO DUTRA	1071,00
2ª seção - da esquina com a Rua Coronel Arthur Cruz até o fim - LADO ESQUERDO	
ASTOLFO DUTRA	500,00
3ª seção - da esquina com a Rua Coronel Arthur Cruz até o fim - LADO DIREITO	
CLETO DA ROCHA	1.071,00
1ª seção - do início até esquina com a Rua Valetim Pereira	
CLETO DA ROCHA	1.071,00
2ª seção - da esquina com a Rua Valetim Pereira até o fim - LADO	
ESQUERDO	
CLETO DA ROCHA	500,00
3ª seção - da esquina com a Rua Valetim Pereira até o fim - LADO DIREITO	
CORONEL JOSÉ GONÇALVES ARAÚJO PORTO	1.071,00
CORONEL ARTHUR CRUZ	1.071,00
1ª seção - do início até esquina da Rua Tácito de Andrade	
CORONEL ARTHUR CRUZ	500,00
2ª seção - da esquina da Rua Tácito de Andrade até fim	
CORONEL JOÃO DUARTE	1.562,50
CORONEL PAULINO FERNANDES	1.562,50
CORONEL VIEIRA	1.562,50
DONA ZICA	500,00
DOS ESTUDANTES	1.562,50
DOUTOR ANTÔNIO CAVALCANTI SOBRAL	1.071,00
DOUTOR CUNHA NETO	1.562,50
DOUTOR FRANCISCO DE BARROS	1.071,00
DOUTOR LOBO FILHO	1.562,50
DOUTOR TÁCITO DE ANDRADE	1.071,00
ELSIE FAJARDO DA SILVEIRA	1.071,00
ENNES LUZ PINTO	1.071,00
FRANCISCO ADOLFO DE CARVALHO	500,00
FRANCISCO ROSSI	500,00
GAMA CERQUEIRA	1.071,00

GETÚLIO VARGAS	1.562,50
GOVERNADOR VALADARES	1.071,00
HEMETÉRIO CARNEIRO SOUZA	500,00
HUMBERTO MAURO	1.562,50
JOÃO BRAGA	500,00
JOAQUIM HENRIQUES DA MATA	1.562,50
JOAQUIM PEIXOTO RAMOS	1.562,50
JOSÉ ROSSI	500,00
LEÓNIDAS PEIXOTO FONSECA	500,00
MAJOR VIEIRA	1.562,50
1º seção - do início até esquina com a Rua Tenente Fortunato	
MAJOR VIEIRA	1.071,00
2º seção - da esquina com a Rua Tenente Fortunato até esquina com a Rua Francisco Rossi	
MAJOR VIEIRA	500,00
3º seção - da esquina com a Rua Francisco Rossi até fim	
MANHÃES	500,00
MANOEL COUTO	500,00
MANOEL DA SILVA RAMA	1.071,00
MANOEL IGNACIO PEIXOTO	1.071,00
MANOEL PEIXOTO RAMOS	500,00
MANOEL RAMOS TRINDADE	1.562,50
MARECHAL DEODORO DA FONSECA	1.071,00
MAURO PEIXOTO GOMES	500,00

MEIA PATACA	500,00
MELO VIANA	1.562,50
NOGUEIRA NEVES	1.071,00
1º seção - do início até esquina com a Rua Doutor Sobral	
NOGUEIRA NEVES	500,00
2º seção - da esquina com a Rua Doutor Sobral até o fim.	
PAULO ROSSI	500,00
PROFESSOR ALCANTARA	500,00
QUEIROZ	1.071,00
RABELO HORTA	1.562,50
RAIMUNDO DE PAULA BATISTA	500,00
RICARDINA MACHADO MIRANDA	500,00
ROGERIO TEIXEIRA	500,00
ROTARY	500,00
RUI BARBOSA	1.562,50
SANDOVAL AZEVEDO	500,00
SANTA RITA	1.562,50
SÃO VICENTE DE PAULA	500,00
SIMÃO JOSÉ DA SILVA	500,00
TAMEGA	500,00
TENENTE FORTUNATO	1.071,00
TREZE DE MAIO	1.562,50
VALENTIM PEREIRA DA ROCHA	500,00
VIRGÍLIO MELO FRANCO	1.562,50

VISCONDE DO RIO BRANCO	1.071,00
DEMAIS LOGRADOUROS	500,00
MORADA DA SERRA	
TODOS OS LOGRADOUROS	240,58
SANTA CRISTINA	
TODOS OS LOGRADOUROS	324,82
BELA VISTA	
TODOS OS LOGRADOUROS	787,03
IMIGRANTES	
BOLONHA	277,78
GÊNOVA	277,78
JOSÉ MARIA DE FIGUEREDO REIS	500,00
MÂNTOVA	277,78
PÁDOVA	312,50
RAVENNA	312,50
DEMAIS LOGRADOUROS	277,78
RECANTO DAS PALMEIRAS	
TODOS OS LOGRADOUROS	384,92
GRANJARIA	
CESAR SIMÕES DA ROCHA	473,00
EPONINA PEIXOTO RIBEIRO	500,00
JOÃO INÁCIO PEIXOTO	973,45
DEMAIS LOGRADOUROS	326,47
BOM PASTOR	

AV. CENTENÁRIO	350,00
1º seção – Do início até esquina da Rua Abílio Tavares Pires.	
AV. CENTENÁRIO	255,55
2º seção – Da esquina da Rua Abílio Tavares Pires até o fim.	
DEMAIS LOGRADOUROS	255,55
CENTENÁRIO	
ABILIO TAVARES PIRES	177,78
LEVI SIMOES DA COSTA	177,78
MANOEL RIBEIRO	123,15
PEDRO NETO	177,78
MÁRIO CARDOSO	177,78
DEMAIS LOGRADOUROS	123,15
JARDIM BANDEIRANTES 1	
TODOS OS LOGRADOUROS	337,27
JARDIM BANDEIRANTES 2	
OFÉLIA REZENDE	583,33
DEMAIS LOGRADOUROS	337,27
VILA TERESA	
TODOS OS LOGRADOUROS	500,00
CARIJÓS	
TODOS OS LOGRADOUROS	287,50
TAQUARA PRETA	
JOSÉ COSTA CRUZ	245,00
1ªSeção – lado direito	

PROFESSOR JOSÉ SILVA GRADIN	245,00
MARIA PIMENTA	245,00
GERALDO MARTINS SILVÉRIO	245,00
TELMO ASSIS AMAUD	245,00
JOÃO DELÁCIO	245,00
HERCYL SALGADO	245,00
CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	245,00
GERALDO COSTA CRUZ	245,00
1ª seção – a partir da Rua José Costa Cruz até o fim	
ÂNGELO ROCHA	245,00
MARCOLINO SILVA	339,50
JOAQUIM DE SOUZA CARVALHO	339,50
MARIA DAS DORES MENDES VAZ	339,50
GOVERNADOR FRANCELINO PEREIRA DOS SANTOS	339,50
GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	339,50
GOVERNADOR BIAS FORTES	339,50
JOSÉ COSTA CRUZ	339,50
2ª seção – lado esquerdo	
GERALDO COSTA CRUZ	339,50
2ª seção – da Rua Marcolino Silva até a José Costa Cruz	
AVENIDA MANOEL INÁCIO PEIXOTO	339,50
2ª Seção – a partir da Rua Marcolino Silva até a Rua Tereza Cristina	
DEMAIS LOGRADOUROS	245,00
ÁREA INDUSTRIAL DO TAQUARA PRETA	

MANOEL ALVES MIRANDA	120,00
MARIA GRACIOLE	120,00
FRANCISCO GAMA DO VALE	120,00
JAIME AFONSO	120,00
DEMAIS LOGRADOUROS	120,00
VILA DOMINGOS LOPES	
TELEMACO DE SOUZA	500,00
ANTÔNIO ALEXANDRE	225,00
AURELIO AUGUSTO DE SOUZA	225,00
CARLOS INACIO PEIXOTO	633,34
CARVALHO	500,00
AUGUSTO REZENDE	500,00
CONEGO XAVIER	633,34
DOM PEDRO I	225,00
DO PIRES	500,00
DONA FINOCA	225,00
DOUTOR NORBERTO CUSTODIO FERREIRA	633,34
FRANCISCO NEVES	225,00
FRANCISCO VALENTE	633,34
FREDERICO ABRITA	500,00
GAMA CERQUEIRA	1.071,00
CRISTÓVÃO LACERDA DE MORAES	225,00
HOMERO FERNANDES	500,00
JOÃO VILA NOVA	225,00

JOAQUIM AUGUSTO DE ALMEIDA	633,34
JOSÉ DUARTE	225,00
JOSÉ HERDY RAMOS	225,00
JOSÉ RODRIGUES PANDELO	225,00
LEOPOLDO MURGEL	633,34
MAURICIO MURGEL	633,34
MEIA PATACA	500,00
MOREIRA LIMA	633,34
TENENTE LUIZ RIBEIRO	1.071,00
1ª seção – do início até esquina com Rua Ministro José Fabrino Baião	
TENENTE LUIZ RIBEIRO	633,34
2ª seção – da esquina com Rua Ministro José Fabrino Baião até o fim	
VILA NOVA	500,00
JOSÉ DUARTE	225,00
DOM PEDRO II	500,00
CAMILO NOGUEIRA DA GAMA	225,00
DEMAIS LOGRADOUROS	225,00
HAIDEE FARJADO	
ALTAMIRO PEIXOTO	700,00
ANTÔNIO FREDERIDO OZANAN	900,00
DOUTOR ABILIO CESAR NOVAIS	700,00
FRANCISCO ANTÔNIO LEONARDO	900,00
GUIDO MARLIERE	1.071,00

ITACOLOMI	700,00
ITALVA	300,00
ITAOCARA	700,00
ITAPOÃ	300,00
ITAQUERA	300,00
ITAQUI	300,00
JOÃO CARROCEIRO	700,00
JOSÉ CEZÁRIO	300,00
JOSÉ FRANCISCO MENDES	700,00
1ª seção – do início até esquina com Rua Itacolomi	
JOSÉ FRANCISCO MENDES	300,00
2ª seção – da esquina com Rua Itacolomi até o fim	
LÚCIO ALVES	900,00
DEMAIS LOGRADOUROS	300,00
RIGUETE	
TODOS OS LOGRADOUROS	162,50
MENEZES	
FELIPE BORGES	390,00
OLIMPIO SACHETO	390,00
ALBERTO RAMOS DE OLIVEIRA	390,00
FRANCISCO SALGADO	390,00
GUIDO MARLIERE	1.071,00
JACY DE ABREU LOPES	900,00
JOSÉ GODINHO	590,00

1ª seção – Do início até esquina com Rua Francisco Salgado	
JOSÉ GODINHO	390,00
2ª seção – Da esquina com Rua Francisco Salgado até fim	
ROMUALDO MENEZES	900,00
ITAGIBA THOMAS DA SILVA	390,00
DEMAIS LOGRADOUROS	590,00
INDEPENDÊNCIA	
Todos os logradouros	515,00
PARAÍSO	
TODOS OS LOGRADOUROS	200,00
VILA MINALDA	
ANA SIERVI	250,00
CAPITÃO MARCOS	500,00
JOSÉ VIEIRA DE GUSMÃO	350,00
DEDÉ PEIXOTO RAMA	250,00
DONA GENEBRA RODRIGUES S. DE SOUZA	150,00
DUQUE DE CAXIAS	250,00
HERBERTO DUTRA	350,00
GLICÉRIO BATISTA	150,00
HILDA PINHEIRO	150,00
JOAQUIM GONCALVES LEDO	150,00
JOVELINO PINHEIRO DE OLIVEIRA	250,00
LUIZ PINTO DA SILVA	500,00
SARATIEL DIAS FERRAZ	150,00

NICOLAU SIERVI	350,00
WALTER DOS S CARVALHO	350,00
DOS OPERÁRIOS	350,00
SILVÉRIA EMILIANA CRUZ DE ALMEIDA	150,00
DEMAIS LOGRADOUROS	150,00
JARDIM	
TODOS OS LOGRADOUROS	350,00
COLINAS	
AMARILIO NAVARRO	475,00
EFIGENIA RUFINO DE SOUZA	346,00
FRANCISCO MARQUES DA SILVA	475,00
JOÃO CARRARA FILHO	300,00
JOSÉ DE MIRANDA ROSSI	346,00
JOSÉ DE MOURA	475,00
JOSÉ MARIA MANSO	346,00
LUDOVICO MAGALHÃES	300,00
LUZIA PUSSENTE CAVALIER	300,00
MANOEL TAVEIRA	346,00
PROFESSOR ANTÔNIO AMARO	600,00
1ª seção – Do início até esquina da Rua Wilde Amorim	
PROFESSOR ANTÔNIO AMARO	475,00
2ª seção – Da esquina da Rua Wilde Amorim até fim	
WILDE AMORIM	475,00
DEMAIS LOGRADOUROS	300,00

BEIRA RIO	
ALFREDO JOSÉ NUNES	400,00
MANOEL BARBOSA JÚNIOR	500,00
NEIDE RESENDE	400,00
VERÍSSIMO MENDONÇA	500,00
DEMAIS LOGRADOUROS	200,00
IMÊ FARAGE	
TODOS OS LOGRADOUROS	180,00
SÃO PEDRO	
TODOS OS LOGRADOUROS	275,00
SÃO CRISTÓVÃO	
TODOS OS LOGRADOUROS	175,00
SÃO SEBASTIÃO	
TODOS OS LOGRADOUROS	180,00
FLORESTA	
TODOS OS LOGRADOUROS	350,00
GUANABARA	
TODOS OS LOGRADOUROS	180,00
ISABEL TAVARES	
TODOS OS LOGRADOUROS	180,00
SEBASTIÃO ADOLFO	
TODOS OS LOGRADOUROS	253,33
THOMÉ	
ANTÔNIO HENRIQUE FELIPE	390,00

MINISTRO JOSÉ FABRINO BAIÃO	390,00
DEMAIS LOGRADOUROS	280,00
VILA REIS	
PAULO AMARANTE BARCELOS	262,50
VEREADOR JORGE CARDOSO SALES (UM)	262,50
GUARY AREZO DA CUNHA	262,50
JOSÉ FRANCISCO MIRANDA	262,50
JOSÉ FELICIANO PEREIRA	262,50
VANTUIL CARDOSO DE LIMA	262,50
MANOEL DE ALMEIDA COSTA	490,00
SIGISMUNDO FERREIRA	490,00
JOSÉ RODRIGUES ROCHA	262,50
VITORIO PEDRO GRACIOLE	490,00
ELIZA DIAS DO CARMO	262,50
FERNANDO PEIXOTO	262,50
DANTON PORTILHO	262,50
JOÃO DIAS NETO	490,00
LEOGEDIO C DA SILVA	490,00
MARIA FERNANDES DE BARROS	642,20
NOSSA SRA.DA CONCEICAO	262,50
TENENTE PIRES	490,00
MANOEL ALMEIDA COSTA	262,50
DEMAIS LOGRADOUROS	262,50
MAROTE	

TODOS OS LOGRADOUROS	350,00
SOL NASCENTE	
ÁLVARO FRANÇA	380,00
REINOR RABELO REIS	380,00
1ª seção – Do início até esquina com Rua Álvaro França	
REINOR RABELO REIS	250,00
2ª seção – Da esquina com Rua Álvaro França até o fim	
TODOS OS LOGRADOUROS	250,00
FÁTIMA	
TODOS OS LOGRADOUROS	180,00
POPULAR	
ANTERO RIBEIRO	633,34
EUDALDO LESSA	633,34
MEIA PATACA	200,00
DEMAIS LOGRADOUROS	380,00
MEIGRE	
TODOS OS LOGRADOUROS	312,50
IBRAIM	
MANOEL BARBOSA	392,71
JOSÉ ESTEVES	392,71
DEMAIS LOGRADOUROS	280,00
CONDOMÍNIO BOAVENTURA ABRITA (IBRAIM)	
DAS BEGÔNIAS	394,00
DAS BRIZAS	394,00

DAS ORQUÍDEAS	394,00
DAS TULIPAS	394,00
DEMAIS LOGRADOUROS	394,00
SANTA CLARA	
AVENIDA DAS INDÚSTRIAS	120,00
DEMAIS LOGRADOUROS	275,00
DICO LEITE	
GENSERICO GOMES DE OLIVEIRA	312,50
DEMAIS LOGRADOUROS	250,00
PRIMAVERA	
TODOS OS LOGRADOUROS	200,00
LEONARDO	
ARLINDO PINHEIRO	233,33
JACI VIEIRA DE SOUZA	233,33
JOSÉ LEONARDO	233,33
SEBASTIÃO QUARESMA	233,33
DEMAIS LOGRADOUROS	200,00
PAMPULHA	
ARISTOBULO MACHADO	400,00
HAMILTON SCHELB	400,00
JOAQUIM ORNELAS DE ARAUJO	400,00
PERGENTINO DUTRA SIQUEIRA	400,00
SIZENANDO DUTRA DE SIQUEIRA	633,34
FRANCISCO CHAVES CAMPOS	400,00

DEMAIS LOGRADOUROS	300,00
JOÃO PEDRO	
TODOS OS LOGRADOUROS	220,00
SÃO MARCOS	
TODOS OS LOGRADOUROS	140,00
ANTÔNIO JUSTINO	
AVENIDA ANTÔNIO JUSTINO	280,00
DEMAIS LOGRADOUROS	192,31
SÃO VICENTE	
TODOS OS LOGRADOUROS	136,66
ANA CARRARA	
TODOS OS LOGRADOUROS	200,00
SÃO DINIZ	
TODOS OS LOGRADOUROS	200,00
BOM RETIRO	
TODOS OS LOGRADOUROS	250,00
BOM SUCESSO	
TODOS OS LOGRADOUROS	180,00
POUSO ALEGRE	
AQUILES FIALHO	356,66
EDSON FABRINO	356,66
DEMAIS LOGRADOUROS	250,00
PONTE ALTA	
TODOS OS LOGRADOUROS	633,34

CIDADE NOVA	
TODOS OS LOGRADOUROS	350,00
MIGUEL	
MIGUEL DE OLIVEIRA ROCHA	600,00
1ª seção – Do início até esquina com Rua Santa Helena	
MIGUEL DE OLIVEIRA ROCHA	320,00
2ª seção – Da esquina com Rua Santa Helena até fim	
SANTA HELENA	600,00
DEMAIS LOGRADOUROS	320,00
DISTRITO INDUSTRIAL	
TODOS OS LOGRADOUROS	120,00
CONDOMÍNIO DO HORTO	
TODOS OS LOGRADOUROS	324,00
DISTRITO DE SERENO	
MANOEL INÁCIO PEIXOTO	240,00
AIRES DE LIMA MONTEIRO	240,00
JOÃO VENTURA MARINHO	240,00
JOÃO BATISTA CORREIO NETO	240,00
DELVAUX ALVES	240,00
DEMAIS LOGRADOUROS	140,00
DISTRITO DE VISTA ALEGRE	
TODOS OS LOGRADOUROS	200,00
DISTRITO DE ARACATI	
TODOS OS LOGRADOUROS	120,00

DISTRITO DE CATAGUARINO	
TODOS OS LOGRADOUROS	120,00
DISTRITO DE GLÓRIA	
TODOS OS LOGRADOUROS	120,00

ZONAS FISCAIS	
ZONA FISCAL 1	
Centro	
Bela Vista	
Recanto das Palmeiras	

ZONA FISCAL 2	
Morada da Serra	

ZONA FISCAL 3	
Santa Cristina	
Imigrantes	
Condomínio do Horto	

ZONA FISCAL 4	
Granjaria	
Bom Pastor	
Centenário	
Jardim Bandeirantes 1	

Jardim Bandeirantes 2	
Vila Tereza	
Carijós	
Vila Domingos Lopes	
Menezes	
Independência	
Colinas	
Taquara Preta	
Haidee Farjado	

ZONA FISCAL 5	
São Pedro	
Vila Reis	
Popular	
Santa Clara (exceto Av. das Indústrias)	
Pampulha	
Vila Minalda	
Jardim	
Beira Rio	
Ibraim	
São Sebastião	
Floresta	
Dico Leite	

Sol Nascente	
Miguel	
Thomé	

ZONA FISCAL 6	
Imê Farage	
São Cristóvão	
Isabel Tavares	
Sebastião Adolfo	
Marote	
Fátima	
Horto Florestal (exceto Condomínio)	

ZONA FISCAL 7	
João Pedro	

ZONA FISCAL 8	
Antônio Justino	
Ana Carrara	
Bom Retiro	
Cidade Nova	
Bonsucesso	

Pouso Alegre	
Leonardo	
Distrito de Sereno	
Distrito de Vista Alegre	
Distrito de Aracati	
Distrito de Cataguairino	
Distrito de Glória	

ZONA FISCAL 9	
Ponte Alta	

ZONA FISCAL 10 (isenção)	
São Marcos	
São Vicente	
São Diniz	
Guanabara	
Rigquete	

ZONA FISCAL 11	
Paraíso	
Primavera	

ZONA FISCAL 12	
Condomínio Boaventura Abrita (Ibraim)	

ZONA FISCAL 13	
Distrito Industrial	
Avenida das Indústrias (Bairro Santa Clara)	
Zona industrial da Taquara Preta	

FATORES CORRETIVOS DE TERRENO - FCTs

ZONAS FISCAIS 1 – 4 – 5 – 6 – 8 – 10	
GLEBA	FC
Até 300 m²	1
De 300,01 a 500 m²	0,80
De 500,01 a 1000 m²	0,75
De 1000 m² a 1.500,00 m²	0,70
De 1500,01 a 2.500 m²	0,65
De 2.500,01 a 5.000 m²	0,50
De 5.000,01 m² a 10.000 m²	0,42
Acima de 10.000,01 m²	0,20

ZONA FISCAL 2, 3, 7	
GLEBA	FC
Até 300 m²	1,20

De 300,01 a 400 m²	1,15
De 400,01 a 600 m²	1,10
De 600,01 a 1000 m²	1
De 1000 m² a 1.500,00 m²	0,80
De 1500,01 a 2.500 m²	0,75
De 2.500,01 a 5.000 m²	0,50
De 5.000,01 m² a 10.000 m²	0,42
Acima de 10.000,01 m²	0,25

ZONA FISCAL 9	
GLEBA	FC
Até 300 m²	1,20
De 300,01 a 400 m²	1,15
De 400,01 a 499,99 m²	1,10
De 500,00 a 1000 m²	1
De 1000 m² a 1.500,00 m²	0,80
De 1500,01 a 2.500 m²	0,75
De 2.500,01 a 5.000 m²	0,50
De 5.000,01 m² a 10.000 m²	0,42
Acima de 10.000,01 m²	0,25

ZONA FISCAL 11/12	
GLEBA	FC
Até 300 m²	1,20

De 300,01 a 400 m²	1,15
De 400,01 a 600 m²	1
De 600,01 a 1000 m²	0,90
De 1000 m² a 1.500,00 m²	0,80
De 1500,01 a 2.500 m²	0,75
De 2.500,01 a 5.000 m²	0,50
De 5.000,01 m² a 10.000 m²	0,42
Acima de 10.000,01 m²	0,25

ZONA FISCAL 13	
GLEBA	FC
Até 600 m²	1,40
De 600,01 a 1000 m²	1,30
De 1000 m² a 1.500,00 m²	1,15
De 1500,01 a 2.500 m²	1,10
De 2.500,01 a 5.000 m²	1
De 5.000,01 m² a 10.000 m²	0,80
De 10.000,01 m² a 25.000 m²	0,40
De 25.001 m² a 50.000 m²	0,35
Acima de 50.001 m²	0,30

TODAS AS ZONAS FISCAIS	
SITUAÇÃO	FC
Uma frente	1,00
Duas frentes	1,10
Três frentes	1,20
Quatro frentes ou mais	1,30
Vila	0,90
Encravado	0,70
Aglomerado	0,40

TOPOGRAFIA	
FC	
Plana	1,00
Aclive/Declive acima de 30%	0,95

PEDOLOGIA	
FC	
Normal	1,00
Inundável	0,80
Alagadiço	0,80
Rochoso	0,70
Arenoso	0,70

SITUAÇÃO AMBIENTAL	
FC	
Área de APP	0,50
Área verde	0,50

PREÇO DAS CONSTRUÇÕES RESIDÊNCIA/COMÉRCIO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR ZONA FISCAL

ZONA FISCAL 1 1/2/3/12

PONTUAÇÃO	VALOR MÉDIO
Acima de 6,9 pontos	RS 2.189,07
Entre 5 e 6,9 pontos	RS 1.970,16
Entre 4 e 4,9 pontos	RS 1.773,15
Entre 3 e 3,9 pontos	RS 1.595,83
2,9 pontos ou menos	RS 1.436,25

ZONA FISCAL 4

VAGAS	VALOR MÉDIO
Acima de 6,9 pontos	RS 1.207,00
Entre 5 e 6,9 pontos	RS 1.086,30
Entre 4 e 4,9 pontos	RS 977,67
Entre 3 e 3,9 pontos	RS 879,90
2,9 pontos ou menos	RS 791,91

ZONA FISCAL 5/6/7/13

PONTUAÇÃO	VALOR MÉDIO
Acima de 6,9 pontos	RS 812,50
Entre 5 e 6,9 pontos	RS 731,25
Entre 4 e 4,9 pontos	RS 658,12
Entre 3 e 3,9 pontos	RS 592,31
2,9 pontos ou menos	RS 533,08

ZONA FISCAL 8/9/10/11

PONTUAÇÃO	VALOR MÉDIO
Acima de 6,9 pontos	RS 590,79
Entre 5 e 6,9 pontos	RS 539,62
Entre 4 e 4,9 pontos	RS 492,89
Entre 3 e 3,9 pontos	RS 450,20
2,9 pontos ou menos	RS 411,22

CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA RESIDÊNCIAS/COMÉRCIO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ANO DE CONSTRUÇÃO

ANO DE CONSTRUÇÃO	PONTUAÇÃO
Até 5 anos	7
Entre 5 anos e 10 anos	5
Entre 10 anos e 15 anos	4

Entre 15 anos e 20 anos	2
Mais de 20 anos	1

REFORMA

REFORMA	PONTUAÇÃO
Sim	+2

NÚMERO DE QUARTOS

Nº DE QUARTOS	PONTUAÇÃO
5 ou mais	1,5
4	1,3
3	1,0
2	0,5
1	0

Nº DE VAGAS NA GARAGEM

Nº DE VAGAS NA GARAGEM	PONTUAÇÃO
4 ou mais	1,5
3	1,3
2	1,0
1	0,5

0	0
---	---

PRÉDIO DE APARTAMENTOS

PONTUAÇÃO	VALOR MÉDIO
Acima de 6,9 pontos	RS 1.048,72
Entre 5 e 6,9 pontos	RS 943,84
Entre 4 e 4,9 pontos	RS 849,46
Entre 3 e 3,9 pontos	RS 764,51
2,9 pontos ou menos	RS 688,06

ANO DE CONSTRUÇÃO

ANO DE CONSTRUÇÃO	PONTUAÇÃO
Até 5 anos	7
Entre 5 anos e 10 anos	5
Entre 10 anos e 15 anos	4
Entre 15 anos e 20 anos	2
Mais de 20 anos	1

REFORMA

REFORMA	PONTUAÇÃO
Sim	+2

NÚMERO DE QUARTOS

--	--

Nº DE QUARTOS	PONTUAÇÃO
5 ou mais	1,5
4	1,3
3	1,0
2	0,5
1	0

Nº DE VAGAS NA GARAGEM

Nº DE VAGAS NA GARAGEM	PONTUAÇÃO
4 ou mais	1,5
3	1,3
2	1,0
1	0,5
0	0

INDÚSTRIA/GALPÃO

TODAS AS ZONAS FISCAIS

PONTUAÇÃO	Valor do m ²
Acima de 6,9 pontos	RS 333,48

Entre 5 e 6,9 pontos	RS 303,16
Entre 4 e 4,9 pontos	RS 275,60
Entre 3 e 3,9 pontos	RS 248,04
2,9 pontos ou menos	RS 223,24

CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA INDÚSTRIA/GALPÃO

TODAS AS ZONAS FISCAIS

ANO DE CONSTRUÇÃO

ANO DE CONSTRUÇÃO	PONTUAÇÃO
Até 5 anos	7
Entre 5 anos e 10 anos	5
Entre 10 anos e 15 anos	4
Entre 15 anos e 20 anos	2
Mais de 20 anos	1

REFORMA

REFORMA	PONTUAÇÃO
Sim	+3

PREÇO DAS CONSTRUÇÕES RESTAURANTES/HOTÉIS

TODAS AS ZONAS FISCAIS

PONTUAÇÃO	Valor do m ²
Acima de 6,9 pontos	RS 373,99
Entre 5 e 6,9 pontos	RS 339,99
Entre 4 e 4,9 pontos	RS 309,08
Entre 3 e 3,9 pontos	RS 280,98
2,9 pontos ou menos	RS 255,44

CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA RESTAURANTES/HOTÉIS

TODAS AS ZONAS FISCAIS

ANO DE CONSTRUÇÃO

ANO DE CONSTRUÇÃO	PONTUAÇÃO
Até 5 anos	7
Entre 5 anos e 10 anos	5
Entre 10 anos e 15 anos	4
Entre 15 anos e 20 anos	2
Mais de 20 anos	1

REFORMA

REFORMA	PONTUAÇÃO
Sim	+3

PREÇO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLAS

TODAS AS ZONAS FISCAIS

PONTUAÇÃO	Valor do m ²
Acima de 6,9 pontos	RS 798,72
Entre 5 e 6,9 pontos	RS 726,12
Entre 4 e 4,9 pontos	RS 660,10
Entre 3 e 3,9 pontos	RS 600,09
2,9 pontos ou menos	RS 540,08

CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA ESCOLAS

TODAS AS ZONAS FISCAIS

ANO DE CONSTRUÇÃO

ANO DE CONSTRUÇÃO	PONTUAÇÃO
Até 5 anos	7
Entre 5 anos e 10 anos	5
Entre 10 anos e 15 anos	4

Entre 15 anos e 20 anos	2
Mais de 20 anos	1

REFORMA

REFORMA	PONTUAÇÃO
Sim	+3

TABELA DAS ALÍQUOTAS

TIPOS DE IMÓVEIS	ALÍQUOTA
IMÓVEIS EDIFICADOS	
ZONA FISCAL 1 1/2/3/4/6/12	
Residencial	0,16%
Comercial/Misto/Demais usos (exceto indústria)	0,22%
ZONA 5/7/11/13	
Residencial	0,14%
Comercial/Misto/Demais usos (exceto indústria)	0,18%
ZONA 8/9/10	

Residencial	0,12%
Comercial/Misto/Demais usos (exceto indústria)	0,14%
IMÓVEIS NÃO EDIFICADOS	
ZONA FISCAL 1 1/2/3/4/6/12	
Imóveis não edificados	0,37%
ZONA 5/7/11/13	
Imóveis não edificados	0,31%
ZONA 8/9/10	
Imóveis não edificados	0,26%

INDÚSTRIA

TIPOS DE IMÓVEIS	ALÍQUOTA
Imóvel Edificado	0,70%

FÓRMULA DE CÁLCULO DO IPTU

Fórmula para cálculo do valor venal do imóvel
VVI = VVT + VVE

onde:

VVI = valor venal do imóvel

VVT = valor venal do terreno

VVE = valor venal da edificação

Fórmula para cálculo do valor venal do terreno
VVT = AT x VMPT x FCT x FIP

onde:

VVT = valor venal do terreno

AT = área do terreno

VMPT = valor metro quadrado do Terreno, por face de quadra

FCT = fatores corretivos do terreno

Cálculo da fração ideal do terreno quando aplicável (mais de uma unidade autônoma por terreno)
FIT = (Ater x Aund)/At und
FIP = FIT/Ater

Onde

FIT = Fração Ideal da unidade em m²

Ater = Área total do terreno

Aund = Área da Unidade Residencial em questão

At und = Área total construída das unidades

FIP = Fração Ideal da unidade em percentual

Fórmula para cálculo do valor venal da edificação
VVE = AE x VMFE

onde:

VVE = valor venal da edificação

AE = área de edificação

VMFE = valor do metro quadrado de edificação apurado na Planta Genérica de Valores

CÁLCULO DO IMPOSTO
IPTU = [VVT + VVE] x ALÍQUOTA

ANEXO II – LISTA DE SERVIÇOS

SERVIÇOS	ALÍQUOTA
1. Serviços de informática e congêneres.	
1.1. Análise e desenvolvimento de sistemas.	5%
1.2. Programação.	5%
1.3. Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	5%
1.4. Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	5%
1.5. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	5%
1.6. Assessoria e consultoria em informática.	5%
1.7. Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	5%
1.8. Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	5%
1.9. Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras	5%

--	--

de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	
2. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	
2.1.Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	5%
3. Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	
3.1.-	-
3.2.Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5%
3.3.Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5%
3.4.Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5%
3.5.Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5%
4. Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	
4.1.Medicina e biomedicina.	5%
4.2.Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	5%

4.3.Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	5%
4.4.Instrumentação cirúrgica.	5%
4.5.Acupuntura.	5%
4.6.Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	5%
4.7.Serviços farmacêuticos.	5%
4.8.Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	5%
4.9.Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	5%
4.10. Nutrição.	5%
4.11. Obstetrícia.	5%
4.12. Odontologia.	5%
4.13. Ortopédia.	5%
4.14. Próteses sob encomenda.	5%
4.15. Psicanálise.	5%
4.16. Psicologia.	5%
4.17. Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	5%
4.18. Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5%

4.19. Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	5%
4.20. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%
4.21. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5%
4.22. Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5%
4.23. Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5%
5. Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	
5.1. Medicina veterinária e zootecnia.	5%
5.2.Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5%
5.3.Laboratórios de análise na área veterinária.	5%
5.4.Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5%
5.5.Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	5%
5.6.Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%
5.7.Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5%

5.8.Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5%
5.9.Planos de atendimento e assistência médico veterinária.	5%
6. Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	
6.1.Barbearia, cabeleiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	2%
6.2.Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	2%
6.3.Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	2%
6.4.Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	2%
6.5.Centros de emagrecimento, SPA e congêneres.	2%
6.6.Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	2%
7. Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	
7.1.Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres	5%
7.2.Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do	5%

localprestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	
7.3.Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5%
7.4.Demolição.	5%
7.5.Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%
7.6.Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5%
7.7.Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5%
7.8.Calafetação.	5%
7.9.Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5%
7.10. Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5%
7.11. Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5%
7.12. Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5%
7.13. Detetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5%
7.14. -	-
7.15. -	-
7.16. Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	5%
7.17. Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5%
7.18. Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5%
7.19. Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5%
7.20. Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5%
7.21. Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de	5%

outros recursos minerais.	
7.22. Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5%
8. Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	
8.1.Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2%
8.2.Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2%
9. Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	
9.1.Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite-service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5%
9.2.Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	5%
9.3.Guias de turismo.	5%
10. Serviços de intermediação e congêneres.	
10.1. Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de	5%

previdência privada.	
10.2. Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5%
10.3. Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5%
10.4. Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5%
10.5. Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5%
10.6. Agenciamento marítimo.	5%
10.7. Agenciamento de notícias.	5%
10.8. Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	2%
10.9. Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	2%
10.10. Distribuição de bens de terceiros.	5%
11. Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	
11.1. Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5%

11.2. Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	5%
11.3. Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5%
11.4. Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5%
11.5. Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.	5%
12. Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	
12.1. Espetáculos teatrais.	3%
12.2. Exibições cinematográficas.	3%
12.3. Espetáculos circenses.	3%
12.4. Programas de auditório.	3%
12.5. Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	3%
12.6. Boates, taxi-dancing e congêneres.	3%
12.7. Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%

12.8. Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%
12.9. Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	3%
12.10. Corridas e competições de animais.	3%
12.11. Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	3%
12.12. Execução de música.	3%
12.13. Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%
12.14. Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	3%
12.15. Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	3%
12.16. Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	3%
12.17. Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3%

13. Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	
13.1. -	-
13.2. Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5%
13.3. Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5%
13.4. Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5%
13.5. Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	5%

14. Serviços relativos a bens de terceiros.	
14.1. Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2%
14.2. Assistência técnica.	5%
14.3. Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2%
14.4. Reauchtagem ou regeneração de pneus.	2%
14.5. Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura,	2%

beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	
14.6. Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	2%
14.7. Colocação de molduras e congêneres.	2%
14.8. Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	2%
14.9. Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	2%
14.10. Tinturaria e lavanderia.	2%
14.11. Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	2%
14.12. Funilaria e lanternagem.	2%
14.13. Carpintaria e serralheria.	2%
14.14. Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	5%

15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	
15.1. Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%

15.2.	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%
15.3.	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%
15.4.	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%
15.5.	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%
15.6.	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%
15.7.	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fax-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%
15.8.	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de	5%

	crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	
15.9.	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%
15.10.	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%
15.11.	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%
15.12.	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%
15.13.	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%

15.14.	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%
15.15.	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%
15.16.	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%
15.17.	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%
15.18.	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%
16. Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.1.	Serviços do transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	2%
16.2.	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	2%
17. Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		

17.1.	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5%
17.2.	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.	5%
17.3.	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5%
17.4.	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5%
17.5.	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5%
17.6.	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5%
17.7.	-	-
17.8.	Franquia (franchising).	5%
17.9.	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5%
17.10.	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5%

17.11.	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	5%
17.12.	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5%
17.13.	Leilão e congêneres.	5%
17.14.	Advocacia.	5%
17.15.	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5%
17.16.	Auditoria.	5%
17.17.	Análise de Organização e Métodos.	5%
17.18.	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5%
17.19.	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5%
17.20.	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5%
17.21.	Estatística.	5%
17.22.	Cobrança em geral.	5%
17.23.	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5%
17.24.	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5%
17.25.	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas	5%

	modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	
18. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.1.	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5%
19. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01 -	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5%
20. Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		
20.1.	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5%
20.2.	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia,	5%

	movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	
20.3.	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5%
21. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		
21.1.	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5%
22. Serviços de exploração de rodovia.		
22.1.	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%
23. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.1.	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	5%
24. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.1.	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	3%

25. Serviços funerários.		
25.1.	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5%
25.2.	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5%
25.3.	Planos ou convênio funerários.	5%
25.4.	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5%
25.5.	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	5%
26. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.		
26.1.	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier congêneres.	3%
27. Serviços de assistência social.		
27.1.	Serviços de assistência social.	2%
28. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.1.	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5%

29. Serviços de biblioteconomia.		
29.1.	Serviços de biblioteconomia.	3%
30. Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.1.	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5%
31. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.1.	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5%
32. Serviços de desenhos técnicos.		
32.1.	Serviços de desenhos técnicos.	5%
33. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.1.	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5%
34. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.1.	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5%
35. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.1.	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5%
36. Serviços de meteorologia.		

36.1.	Serviços de meteorologia.	5%
37. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.1.	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3%
38. Serviços de museologia.		
38.1.	Serviços de museologia.	3%
39. Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.1.	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3%
40. Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.1.	Obras de arte sob encomenda.	3%

ANEXO III – TAXAS

TABELA I - TAXA DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO
Primeiro Ano

TAXA DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO		
Nº ORDEM	DEESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DA UFM AO ANO
1	COMÉRCIO	UNIDADE DA UFM

		AO ANO
	Estabelecimentos comerciais, escritórios, lojas, prestadores de serviços e atividades similares, não listados em outros itens da tabela, enquadrados conforme áreas efetivamente utilizadas:	
	Até 50 m²	0,35 UFM
	De 51 a 100 m²	0,45 UFM
	De 101 a 250 m²	0,70 UFM
	Acima de 250 m²	1,00 UFM
2	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	Unidade da UFM ao ano
	Agências bancárias	3 UFM
	Caixas Eletrônicas (por unidade)	0,5 UFM
	Cooperativa de crédito	2,5 UFM
	Factoring, Agenciamento e intermediação de negócios em geral e similares	1,5 UFM
3	Agências de seguro, casas lotéricas e similares.	1,5 UFM
4	Hotéis e Motéis	2 UFM
5	Pensões e Similares	1,5 UFM
6	Empreiteiras e Incorporadoras	1 UFM

7	Postos de Combustíveis, depósitos de inflamáveis, explosivos e similares.	2,5 UFM
8	Estabelecimentos de banhos, massagens, ginásticas, duchas, academias e similares.	1 UFM
9	Hospitais.	2,5 UFM
10	Laboratórios, análises, postos de coleta.	1,5 UFM
11	Farmácia e Drogeria.	1 UFM
12	Clínica médico-veterinária.	1,5 UFM
13	Clínicas médicas.	1,5 UFM
14	Consultórios odontológicos.	1,5 UFM
15	Salão de Beleza.	1 UFM
16	Barbearias.	1 UFM
17	Pet-shop.	1 UFM
18	Açougue, avícola, peixaria.	1 UFM
19	Restaurantes.	1 UFM
20	Padaria, lanchonete, quiosques, pastelaria e sorveteria.	1 UFM
21	Locais com música ao vivo, boates e similares.	1 UFM
22	Comércio de ovos, de bebidas, frutaria, verdura, legumes, quitanda e bar.	0,5 UFM

23	Concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia, água e comunicação.	2,5 UFM
24	Construção civil (enquadradas como Microempresas)	0,5 UFM
25	Construção civil (enquadrada como Empresa de Pequeno Porte)	1 UFM
26	Construção civil – demais empresas	2 UFM
27	Comércio atacadista de produtos agropecuários “in natura”; produtos alimentícios para animais.	1,5 UFM
28	Reparação de veículos automotores.	0,5 UFM
29	Correios	1,5 UFM
30	Torres de transmissão, Torres de Telefonia, antenas e demais instalações de Estação Rádio-Base (ERB) de Serviços de Comunicação Móvel Celular, TV e Especializada.	1 UFM
31	Instituições de Ensino	1,5 UFM
32	MERCADOS E SUPERMERCADOS Estabelecimentos, por metro quadrado de áreas efetivamente utilizadas	Unidade da UFM ao ano
	Até 50 m²	0,5 UFM
	De 51 a 150 m²	1 UFM
	De 151 a 300 m²	1,5 UFM

	De 301 a 1000 m²	2 UFM
	Acima de 1000 m²	2,5 UFM
33	INDÚSTRIAS	METRAGEM DA EMPRESA - Unidade da UFM ao ano
	Até 300 m²	0,5 UFM
	De 301 m² a 1.000 m²	1 UFM
	De 1.001 m² a 3.000 m²	1,5 UFM
	Acima de 3.000 m²	2 UFM pelos primeiros 3.000 m² e 0,25 UFM a cada 1.000 m² excedentes.

TABELA II - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

TAXA DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO		
Nº ORDEM	DEESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DA UFM AO ANO
1	COMÉRCIO	UNIDADE DA UFM AO ANO

	Estabelecimentos comerciais, escritórios, lojas, prestadores de serviços e atividades similares, não listados em outros itens da tabela, enquadrados conforme áreas efetivamente utilizadas:	
	Até 50 m²	0,70 UFM
	De 51 a 100 m²	0,90 UFM
	De 101 a 250 m²	1,40 UFM
	Acima de 250 m²	2,00 UFM
2	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	Unidade da UFM ao ano
	Agências bancárias	6 UFM
	Caixas Eletrônicos (por unidade)	1 UFM
	Cooperativa de crédito	5 UFM
	Factoring, Agenciamento e intermediação de negócios em geral e similares	3 UFM
3	Agências de seguro, casas lotéricas e similares.	3 UFM
4	Hotéis e Motéis	4 UFM
5	Pensões e Similares	3 UFM
6	Empreiteiras e Incorporadoras	2 UFM
7	Postos de Combustíveis, depósitos de inflamáveis,	5 UFM

	explosivos e similares.	
8	Estabelecimentos de banhos, massagens, ginásticas, duchas, academias e similares.	2 UFM
9	Hospitais.	5 UFM
10	Laboratórios, análises, postos de coleta.	3 UFM
11	Farmácia e Drograria.	2 UFM
12	Clínica médico-veterinária.	3 UFM
13	Clínicas médicas.	3 UFM
14	Consultórios odontológicos.	3 UFM
15	Salão de Beleza.	2 UFM
16	Barbearias.	2 UFM
17	Pet-shop.	2 UFM
18	Açougue, avícola, peixaria.	2 UFM
19	Restaurants.	2 UFM
20	Padaria, lanchonete, quiosques, pastelaria e sorveteria.	2 UFM
21	Locais com música ao vivo, boates e similares.	2 UFM
22	Comércio de ovos, de bebidas, frutaria, verdura, legumes, quitanda e bar.	1 UFM
23	Concessionárias de serviços públicos de distribuição de	5 UFM

	energia, água e comunicação.	
24	Construção civil (enquadradas como Microempresas)	1 UFM
25	Construção civil (enquadrada como Empresa de Pequeno Porte)	2 UFM
26	Construção civil – demais empresas	4 UFM
27	Comércio atacadista de produtos agropecuários “in natura”; produtos alimentícios para animais.	3 UFM
28	Reparação de veículos automotores.	1 UFM
29	Correios	3 UFM
30	Torres de transmissão, Torres de Telefonia, antenas e demais instalações de Estação Rádio-Base (ERB) de Serviços de Comunicação Móvel Celular, TV e Especializada.	2 UFM
31	Instituições de Ensino	3 UFM
32	MERCADOS E SUPERMERCADOS Estabelecimentos, por metro quadrado de áreas efetivamente utilizadas	Unidade da UFM ao ano
	Até 50 m²	1 UFM
	De 51 a 150 m²	2 UFM
	De 151 a 300 m²	3 UFM

	De 301 a 1000 m²	4 UFM
	Acima de 1000 m²	5 UFM
33	INDÚSTRIAS	METRAGEM DA EMPRESA - Unidade da UFM ao ano
	Até 300 m²	1 UFM
	De 301 m² a 1.000 m²	2 UFM
	De 1.001 m² a 3.000 m²	3 UFM
	Acima de 3.000 m²	4 UFM pelos primeiros 3.000 m² e 0,5 UFM a cada 1.000 m² excedentes.

TABELA III - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE PUBLICIDADE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UFM
EXTERNOS:		
1	Placas, banners, ou tabuletas com letreiros, colocados nas platibandas, telhados, paredes, lateral de prédios, andaimes ou tapumes e no interior de terreno, por qualquer sistema, desde que visível da via pública (por unidade, por mês)	0,1
2	Out-door (por unidade, por mês)	0,3
3	Painel Eletrônico (por unidade, por mês)	0,3
4	Muro (por metro quadrado, por ano)	0,1
PUBLICIDADE EVENTUAL		
5	Anúncios ou propaganda irradiada, ou projetada, gravada ou televisionada, inclusive na traseira de veículos, com visão para via pública, por unidade, por mês	0,1
6	Wind Banner Flag, por unidade, por mês	0,1

7	Panfletos, folhetos, folhas volantes e similares, por dia	0,06
BALÕES, POR UNIDADE		UFM
8	Por dia	0,06 UFM
	Por mês	1 UFM

TABELA IV – TAXA DE FISCALIZAÇÃO EXERCÍCIO DO COMÉRCIO/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EVENTUAL.

Taxa devida em razão de comércio e/ou prestação de serviços, de forma esporádica, em espaços privados.

Item	Tipo	UFM por Dia	UFM por Mês
1	Por trailers, carretinhas e demais veículos para venda de bebidas, lanches, comidas e doces.	0,20 UFM	1 UFM
2	Por banca ou carrinho para venda de bebidas, lanches, comidas e doces.	0,10 UFM	0,50 UFM
3	Atividades mercantis (compra e venda e prestação de serviços).	0,20 UFM	1 UFM
4	Feiras de exposição de produtos, feira de negócios e feira de empreendedorismo, desde que somente expositiva, sem finalidade comercial.	isento	isento
5	Demais feirantes, até 100 m², desde que, feiras de produtos manufaturados tais como: calçados, roupas, móveis, eletrônicos, bijuterias, etc.	5 UFM	Não se aplica
6	Demais feirantes, acima de 100 m², desde que,	10 UFM	Não se

	feiras de produtos manufaturados tais como: calçados, roupas, móveis, eletrônicos, bijuterias, etc.		aplica
7	Banca, estande e/ou veículos para venda de ferramentas manuais e elétricas, tapetes, colchas e similares, mudas de árvores frutas e plantas, acessórios para veículos.	0,2 UFM	Não se aplica
8	Circos e parques de diversão	0,10 UFM	Não se aplica
9	Espetáculos artísticos e rodeios	0,20 UFM	Não se aplica
10	Shows e similares	0,20 UFM	Não se aplica

TABELA V - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES LOTEAMENTOS, DESMEMBRAMENTOS E REMEMBRAMENTOS

LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO, PARA REFORMA OU PARA DEMOLIÇÃO E REGULARIZAÇÃO (PARA EMISSÃO DOS RESPECTIVOS ALVARÁS)	UFM por m²
1 - Construção, reforma e regularização. Até 70 m² (por metro quadrado)	0,005 UFM
2- Construção, reforma e regularização. Acima de 70 m² (por metro quadrado)	0,0075 UFM
3- Construção, reforma e regularização por metro quadrado. Por interesse social (conforme definição da Secretaria de Assistência Social)	0,0025 UFM
4- Demolição por m²	0,0025 UFM
5- Vistoria de edificações em obras irregulares para fins de regularização.	0,015 UFM
FISCALIZAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO	UFM por m²
6- Desmembramento e Remembramento por m².	0,0004 UFM
LOTEAMENTO	UFM

7- Licença para execução de loteamento e/ou granjeamento, por lote	1 UFM por lote
8- Licença para modificação de loteamento e/ou granjeamento, por lote	2 UFM por lote
9- Vistoria para recebimento de obras de loteamento. Por vistoria.	2 UFM por vistoria
HABITE-SE	UFM por m²
10- Alvará de Habite-se, até 70 m² (por metro quadrado), por vistoria.	0,005 UFM por m²/por vistoria
11- Alvará de Habite-se, acima de 70 m² (por metro quadrado), por vistoria.	0,0075 UFM por m²/por vistoria
12- Alvará de Habite-se, por interesse social (conforme definição da Secretaria de Assistência Social), por vistoria	0,0025 UFM por m²/por vistoria
OUTROS	POR REQUERIMENTO
13- Alvará de terraplanagem e movimentação de terras, por requerimento.	01 UFM
14- Análise de projetos de retificação de área e demais requerimentos que requerem análise de projetos e croquis. Por solicitação.	0,5 UFM
15- Emissão de certidão ou análise que exige busca no arquivo	0,5 UFM

da Secretaria de Obras. Por solicitação.

- Fica concedida a isenção de 50% do valor das taxas de licença para construção e reforma nos casos de famílias de baixa renda, mediante laudo da Secretaria de Assistência Social.**
- Fica concedida a isenção de 50% do valor da taxa para licença para habite-se nos casos de famílias de baixa renda, mediante laudo da Secretaria de Assistência Social.**
- Fica concedida a isenção de 50% do valor das taxas listadas nos itens 14 e 15 para famílias de baixa renda, mediante laudo da Secretaria de Assistência Social.**

TABELA VI - TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

ITEM	SERVIÇO	UFM (Unidade da UFM)
01	Certidão de Avaliação de imóvel	3 UFM
02	Transferência de placa de Táxi	0,5 UFM
03	Abate de animais	0,10 UFM por animal
04	Numeração de Imóvel	0,15 UFM
DE LIBERAÇÃO DE ANIMAIS APREENDIDOS OU DEPOSITADOS:		UFM (Unidade da UFM)
OBS: Além das taxas, serão cobradas as despesas com alimentação dos animais e com o seu transporte até o depósito.		
05	Apreensão de animal, solto em via pública, por unidade, bovinos e equinos.	0,5 UFM
	Guarda de animal apreendido em via pública, por animal, por dia, bovinos e equinos.	0,3 UFM
	Apreensão de animal, solto em via pública, por unidade, caninos, caprinos, ovinos e suínos.	0,3 UFM
	Guarda de animal apreendido em via pública, por unidade, por dia, caninos, caprinos, ovinos e suínos.	0,2 UFM
06	Apreensão de veículos, por unidade.	0,33 UFM

07	Depósito de veículos apreendidos, por unidade, por dia. Até o limite de 90 dias.	0,10 UFM
08	Remoção de animais mortos, por animal.	1 UFM
09	Remoção especial de entulhos e demais resíduos volumosos, por caminhão.	1 UFM

17	Serviço de Tatuagem	0,50 UFM
18	Instituição de Longa Permanência para Idosos	isento
19	Serviço de Controle de Pragas	1 UFM
20	Serviço de Prótese Dentária	0,5 UFM
21	Médico Veterinário	0,5 UFM
22	Pet Shop	0,5 UFM
23	Estéticas, salão de beleza e barbearia	0,5 UFM
24	Consultório Odontológico	1 UFM
25	Consultório dos Demais Profissionais de Saúde	0,5 UFM
26	Psicologia Serviço de Enfermagem Biomédica Nutricionista Fonoaudiologia Musicoterapia Terapia Alternativa Consultório de Fisioterapia	0,5 UFM
27	Clínica Médica, consultórios médicos e serviços médicos em geral	1 UFM
28	Clínica Radiográfica	1 UFM
29	Drogarias e farmácias com metragem até 150 m²	0,8 UFM

	plantada, tendo presença de sub-bosque nativo com rendimento lenhoso (quando associado ao licenciamento ambiental)	até 1000 m²	1000 m² excedentes ou fração.
8	Supressão de maciço florestal de origem plantada, localizada em APP	1,154 por até 3000 m²	0,289 a cada 3000 m² excedentes ou fração.
9	Aproveitamento de material lenhoso	1,154 por licença	0,1154 a cada m³ ou fração
10	Prorrogação de prazo da DAIA – com vistoria	1,154	-
11	Prorrogação de prazo de validade do DAIA – sem vistoria	0,202	-
12	Corte ou poda em terreno particular – por árvore	0,15	-
13	Certidão para Agência Nacional de Mineração.	0,15	-
14	Certidão de Uso e Ocupação do Solo (anuência)	0,15	-
15	Supressão de indivíduo arbóreo exótico em propriedade particular	0,1	
16	Supressão de indivíduo arbóreo nativo em propriedade particular	0,15	
17	Poda drástica de indivíduo arbóreo em propriedade particular	0,084	
18	Taxa de emissão de parecer ambiental avulso	0,15	
19	Emissão de certidão	0,2	

TABELA VII - TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ESPECIFICAÇÃO	UFM POR METRO QUADRADO DE ÁREA CONSTRUÍDA
Residencial, comercial e industrial	0,002 por m² de área construída

30	Drogarias e farmácias com metragem superior a 151 m²	1,5 UFM
31	Farmácias de Manipulação	1 UFM
32	Indústria	2 UFM
33	Posto de Coleta e Laboratório de Análises clínicas	1 UFM
34	Comércio Atacadista de Produtos de Higiene, Limpeza e Saneantes	0,5 UFM
35	Estabelecimento de Ensino Ensino de Idiomas Ponto de Apoio Educação Infantil – Pré-escolar Ensino Fundamental Ensino Médio Educação Superior – Graduação e Pós Graduação Serviço de Ensino Profissionalizante Educação Profissional de Nível Técnico	0,5 UFM
36	Serviço de Sepultamento (Cemitério)	0,5 UFM
37	Velório	0,5 UFM
38	Serviço de Vacinação e Imunização Humana	0,5 UFM
39	Serviço Ambulatorial de Atenção Primária	1 UFM
40	Serviços de alimentação (bares, lanchonetes, padarias, restaurantes, mercearias, sorveteria, buffets, etc)	0,5 UFM

20	Alteração ou inclusão de CCIR	0,285	
21	Descarte de resíduo de poda em área municipal	0,1	a cada 5 metros cúbicos
22	Descarte de resíduos no aterro sanitário	0,2	A cada 5 metros cúbicos
23	Plano de fechamento de areal	1	
24	Taxa de controle de fiscalização ambiental para empreendimentos licenciados pelo município	0,5	anual

TABELA VIII – TAXA DE OCUPAÇÃO DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO

ESPECIFICAÇÃO	Valor em Unidades Fiscais do Município - UFM		
	DIA	MÊS	ANO
1 – NA FEIRA DE ARTESANATO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			

a) Barracas (modelo da Prefeitura)	Não se aplica	0,042 UFM	Não se aplica
b) Barracas de alimentação (modelo da Prefeitura)	Não se aplica	0,0521 UFM	Não se aplica
2- COMÉRCIO AMBULANTE			
c) Barraca desmontável e tabuleiro		0,25 UFM	1,0 UFM
d) Carrinho para venda de pequenos lanches, frutas, verduras ou legumes		0,15 UFM	0,5 UFM
e) Outros ambulantes		0,25 UFM	1,0 UFM
3 - DEMAIS OCUPAÇÕES			
f) Mesas por unidade	Não se aplica	0,021 UFM	Não se aplica
g) Outdoor		0,50 UFM	1,0 UFM
h) Espaço ocupado por circos, parques de diversões, rodeios, shows e similares, em locais designados pelo Município, por prazo e a critério deste.		0,10 UFM	1,0 UFM

41	Açougues	0,5 UFM
42	Comércio varejista de alimentos, exceto supermercados	0,5 UFM
43	Supermercados	1,5 UFM
44	Outros não especificados anteriormente	0,5 UFM

ANEXO IV – CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

TABELA I - IMÓVEIS URBANOS EDIFICADOS

Consumo Mensal – kWh	Contribuição em percentual (tarifa B4A)
0 a 30	Isento
31 a 100	2,81%
101 a 200	4,09%
201 a 350	4,32%
351 a 500	4,53%
Acima de 500	4,73%

TABELA II - IMÓVEIS URBANOS NÃO EDIFICADOS

Metragem do terreno	Valor da contribuição em Reais
Até 200 m²	R\$ 36,00
De 201 a 300 m²	R\$ 48,00
De 301 a 400 m²	R\$ 60,00
Acima de 401 m²	R\$ 72,00

ANEXO V - LAUDO OFICIAL

DADOS DO CONTRIBUINTE	
NOME:	CPF:

MÉDICO	
NOME:	
CRM:	ESPECIALIDADE:

DECLARAÇÃO

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE _____ É PORTADOR, DESDE _____ (mês/ano) ATÉ A PRESENTE DATA, DE _____ (identificação nominal da moléstia) CID _____, MOLÉSTIA REFERIDA NO ART. °, Parágrafo Único da Lei Municipal nº _____, SOB A RUBRICA DE _____ (denominação utilizada pelo legislador)

PARECER OU LAUDO OFICIAL

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

Doença passível de controle de controle? SIM NÃO.
Em caso afirmativo, determinar o prazo de validade do laudo: ___/___/___.

CARIMBO DE IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO MÉDICO OFICIAL

EM, ___/___/___ _____
CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO

TABELA IX - TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

ITEM	ATIVIDADE	UFM
1	Academias	0,5 UFM
2	Ambulatório	1 UFM
3	Ambulância (por veículo)	0,5 UFM
4	Transportadora de Alimentos	0,5 UFM
5	Armazenadora de Produtos para Saúde	1,0 UFM
6	Clubes	0,5 UFM
7	Comércio Varejista de Produtos de Higiene, Perfumes e Cosméticos	0,5 UFM
8	Comércio Varejista de Produtos para Saúde	0,5 UFM
9	Comércio de Artigos Funerários	0,5 UFM
10	Comércio Varejista de Saneantes	0,5 UFM
11	Comunidade Terapêutica	isento
12	Creches	0,5 UFM
13	Distribuidora de Medicamentos	1 UFM
14	Lavanderia	0,5 UFM
15	Hotéis e motéis	0,5 UFM
16	Óticas	0,5 UFM

TABELA X – TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

GRAU DE LICENCIAMENTO	LISTAGEM	VALOR DA TAXA EM UFM
Declaração de não passível de Licenciamento Ambiental	-	0,5
GRAU 1	(A,B,C,D,E,F)	3,512
GRAU 2	(A,B,C,D,E,F)	4,870
GRAU 1	(G)	1,445
GRAU 2	(G)	2,539

TABELA XI – TAXA DE INTERVENÇÃO E SERVIÇOS AMBIENTAIS

ITEM	INTERVENÇÃO/REQUERIMENTO	VALOR EM UFM	ACRÉSCIMO EM UFM
1	Supressão de cobertura vegetal nativa com ou sem destoca, para uso alternativo do solo.	1,154 por até 1000 m²	0,289 a cada 1000 m² excedentes ou fração.
2	Supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente	1,154 por até 1000 m²	0,289 a cada 1000 m² excedentes ou fração.
3	Destoca em área remanescente de supressão de vegetação nativa	1,154 por até 2000 m²	0,289 a cada 2000 m² excedentes ou fração.
4	Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas (zona rural – ligadas ao licenciamento)	0,387 por unidade	-
5	Corte ou aproveitamento de árvores isoladas exóticas (zona rural – ligadas ao licenciamento)	0,242 por unidade	-
6	Intervenção em área de Preservação Permanente – APP, sem supressão de cobertura vegetal nativa	1,422 por até 1000 m²	0,355 a cada 1000 m² excedentes ou fração.
7	Supressão de maciço florestal de origem	1,154 por	0,289 a cada